

ALAIN GRESH

Israel, Palestina:

Verdades sobre um Conflito



Tradução de Lígia Calapez Gomes

1ª edição



CAMPO DAS
LETRAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler.

Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância.

A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



ÍNDICE

Agradecimentos	4
Carta à minha filha. “Deus está do lado dos perseguidos...”	5
Os primórdios do conflito (1917-1939).....	12
Promessas contraditórias de Londres.....	12
O mandato britânico sobre a Palestina.....	13
Uma terra sem povo?.....	13
O Yishouv: imigração, compra das terras e organização política.....	14
Uma longa revolta (1936-1939).....	16
O Livro Branco.....	17
Do judaísmo ao sionismo.....	18
Quem é judeu?.....	18
O que é uma nação?.....	19
Os Hebreus: lenda e história.....	20
O século XIX inventa as “raças”.....	21
Theodor Herzl e o sionismo.....	22
Uma dimensão colonial.....	24
Nascimento de Israel, naufrágio da Palestina (1947-1949).....	27
Intransigência britânica.....	27
A arbitragem das Nações Unidas	28
Os mitos da guerra 1948-1949.....	31
Do genocídio à expulsão, os sofrimentos do Outro.....	34
A Shoah.....	34
Roger Garaudy e o negacionismo.....	37
Massacres e “transferência”.....	39
Mais uma guerra? (1950-2001).....	43
O dia-a-dia nos territórios ocupados.....	46
“Estado judaico” e democracia.....	48
Abertura em Oslo.....	49
Cronologia: Da Primeira Guerra Mundial à Segunda Intifada.....	56
Bibliografia.....	62

AGRADECIMENTOS

Este livro nasceu de uma conversa sobre as lições do conflito israelo-árabe, de um receio suscitado pelas manifestações que se sucederam, em França, ao desencadear da Segunda Intifada, e de uma indignação face à forma como os acontecimentos foram abordados pelos responsáveis políticos. Utilizei os trabalhos de dezenas de autores palestinianos, israelitas, franceses, anglo-saxões. Recorri sem complexos às mais recentes análises sobre a história do conflito, mas também a antigas reflexões sobre a “questão judaica” ou sobre a nação. Na bibliografia reconheço esta minha dívida.

Agradeço a Isabelle Avran, Alice Barzilay, Sylvie Braibant, Marina Da Silva, Laurence Malegat, Rita Sabah e Dominique Vidal pela sua releitura minuciosa do manuscrito, mas sobretudo pelas suas críticas, as suas sugestões enriquecedoras, sem as quais esta obra não seria o que é.

Os meus maiores agradecimentos a Henri Trubert, das edições Fayard, que aceitou sem hesitações o projecto incipiente que lhe apresentei e o apoiou com os seus conselhos.

Este livro é dedicado à minha filha e aos jovens da sua geração, aos nossos filhos. Foi a pensar nela, e neles, que o escrevi.

CAPÍTULO I

CARTA À MINHA FILHA “DEUS ESTÁ DO LADO DOS PERSEGUIDOS...”

Escrevi este livro para ti, a pensar em ti e em todos os jovens de 20 anos. Há mais de duas décadas que escrevo, participo em conferências, faço reportagens sobre o conflito israelo-palestiniano. Debati com ardor os direitos dos palestinianos, o carácter do Estado de Israel, as perspectivas de paz. Convencido da força, da razão e da lógica, da necessidade de ultrapassar preconceitos, tentei compreender e fazer compreender este complexo Oriente. Sempre o fiz de forma apaixonada, porque trago o Médio Oriente no coração, porque foi lá que nasci e cresci. E espero transmitir-vos, a ti e aos teus irmãos, ao menos uma pequena parcela deste sentimento, ainda que o meu percurso seja diferente, quer do teu, quer do deles.

Com os acordos de Oslo, com a escalada da violência no Médio Oriente, senti-me durante uns tempos desencorajado. Uma vez mais se afastava a perspectiva de paz, uma vez mais a região era arrastada para a loucura dos confrontos. Pior ainda, o conflito transbordava para o Hexágono¹. Milhares de judeus franceses, frequentemente muito jovens, manifestavam-se diante da embaixada de Israel, alguns gritando “Morte aos árabes!” Aliás, outros jovens franceses, frequentemente de origem magrebina, gritavam a sua indignação face à repressão na Cisjordânia e em Gaza, alguns aos gritos de “Morte aos judeus!” Sinagogas foram atacadas, incendiadas. Durante várias semanas, o espectro de uma guerra entre comunidades perpassou pela “cordial França”. Para lá da mera condenação de princípio de quaisquer manifestações de anti-semitismo, os responsáveis políticos pareciam paralisados. Nas escolas, nos liceus, os professores, siderados, diziam preferir o silêncio a abrir a discussão: as solidariedades de grupo — os feujis com Israel, os beurs com os palestinianos, os franceses de cepa olhando de lado — pareciam tão fortes, tão “naturais”, de tal forma insuperáveis; mais valia tentar não as exacerbar.

Como tolerar este fosso? Para mim, isto corresponderia a abdicar dos princípios que estão na base do meu trabalho, a minha militância, as minhas convicções. Pertencço a uma geração que veio à política — como se diz, vir ao mundo — nos anos 60 através do formidável movimento de descolonização e em apoio da luta, que proclamávamos invencível, do povo vietnamita contra a agressão dos Estados Unidos. As clivagens de então eram políticas, diria mesmo ideológicas, se esta palavra não estivesse hoje tão denegrida. Nem as origens nem a religião de cada um tinha qualquer peso nas nossas análises, nas nossas lutas, nas nossas certezas. Considerávamo-nos como parte integrante da humanidade, acima dos preconceitos, das origens de “raça” ou mesmo de nação. Foi o que nos seduziu na mensagem universalista do marxismo: “Proletários de todos os países, uni-vos!”

É verdade que o conflito israelo-árabe era mais complexo do que a guerra do Vietname. A vitória israelita sobre o Egipto, a Síria e a Jordânia levantou ondas de entusiasmo em França. O peso do genocídio dos judeus, o mito do kibboutz (explorações agrícolas colectivas) socialista, mas também o sentimento de “vingança” anti-árabe, volvidos apenas cinco anos sobre a guerra da Argélia — factores que explicavam as tomadas de posição unilaterais a favor de Israel. Mas, no fundamental, o confronto continuava a ser político. E, nas organizações comunistas e de extrema-esquerda, onde os militantes judeus eram numerosos, defendíamos, uma vez mais, posições internacionalistas.

No entanto, éramos herdeiros de uma tradição nacionalista. Ainda nos sentíamos fascinados por aqueles franceses considerados traidores à pátria por terem apoiado a Frente de Libertação Nacional Argelina; chamavam-lhes os porteurs de valise. Ao invés de Albert Camus, tinham preferido a justiça à “mãe pátria”. Nascido no Egipto, de uma mãe de origem judaica russa e de um pai copta², ateu, mas respeitador dos crentes, eu identificava-me com a pátria das Luzes.

1 - A França metropolitana (N. da T.).

2 - Cristão do Egipto e da Etiópia (N. da T.).

Como já te disse, minha filha, tive o imenso privilégio de ter “escolhido” a minha nacionalidade: o liceu do Cairo fez-me francês de cultura e de coração, ainda que o não fosse de sangue. Admirava Voltaire. Ele tinha-se envolvido no caso Calas, defendendo esse calvinista acusado em 1761 de ter morto o seu filho alegadamente convertido ao catolicismo, e executado um ano depois em Toulouse. O caso dividiu a França. Foi preciso esperar por 1765 para que Calas fosse reabilitado depois de Voltaire ter defendido a sua causa com todo o talento e energia, que aliás punha sempre no combate contra os fanatismos religiosos, incluindo o protestantismo, e os privilégios das igrejas.

“Com o meu irmão contra o meu primo, com o meu primo contra os estrangeiros”: este provérbio resume, de alguma forma, a espiral de massacres que o Líbano viveu, mergulhado na guerra civil, durante os anos setenta. Sempre rejeitei esta lógica. Teremos de a aceitar hoje, num momento em que se celebra a “aldeia global”, os direitos universais da pessoa e a igualdade entre seres humanos? Será de considerar como legítimo que os judeus estejam solidários com Israel e os muçulmanos com os palestinianos? Podemos compreender as proximidades familiares, afectivas, religiosas. “Quase todos os judeus de Estrasburgo — assinalava um responsável do Conselho representativo das organizações judaicas de França (CRIF) após os diversos incidentes anti-semitas do Outono de 2000 — têm família por lá. O sentimento de base é uma reacção de ansiedade pelos seus próximos. Sempre que um perigo ameaça Israel, a solidariedade joga em pleno”. Quanto aos jovens de origem muçulmana, eles identificam-se com esses atiradores de pedras por razões sociais — “Deserdados de todos os países, uni-vos” — ou por um sentimento, mais ou menos difuso, de pertença cultural e religiosa. Uma nota do serviço de estatística relativa ao mês de Dezembro de 2000 sublinhava que as agressões anti-semitas, muito esporádicas, exprimiam sobretudo a explosão de sentimentos de alguns jovens das cidades e que não era de lhes atribuir qualquer carácter político. Mas ficaremos por aqui?

Porque a verdade é que a esquerda se mantém estranhamente à margem dos acontecimentos da Palestina. Paralisada pelo receio dos excessos, recorrendo às autoridades religiosas para acalmar as tensões, abandonou à sua sorte estes jovens que crescem fora da sua influência, da sua cultura, da sua visão do mundo. Ela não soube dirigir-se-lhes, dar resposta aos problemas que se vivem nas cidades, encontrar as palavras adequadas, implementar as acções que poderiam dar um sentido universal ao que se passava na Palestina e em Israel. Revoltados, para quem se poderiam voltar estes jovens? Para os que dão a esta luta uma explicação e uma resposta, religiosa ou comunitária?

Há entretanto vozes corajosas, ainda que minoritárias, que rejeitam quer esta cegueira da esquerda quer a deriva das solidariedades “comunitárias”. Em 18 de Outubro de 2000, *Le Monde* publicava um apelo: “Cidadãos do país em que vivemos e cidadãos do planeta, não temos razões nem por hábito pronunciarmo-nos como juízes”, escreviam dezenas de intelectuais, entre os quais o resistente Raymond Aubrac, o antigo dirigente dos Médicos Sem Fronteiras Rony Brauman, o filósofo Daniel Bensaid, o médico Marcel Francis Kahn, a advogada Gisèle Halimi, o matemático Laurent Schwartz, o historiador Pierre Vidal Naquet.

“Lutamos — prosseguem — contra o racismo, incluindo, naturalmente, o anti-semitismo sob todas as suas formas. Condenamos os atentados contra as sinagogas e as escolas judaicas que visam uma comunidade e os seus locais de culto. Recusamos a internacionalização de uma lógica comunitária que se traduz, também aqui, por confrontos entre jovens de uma mesma escola e de um mesmo bairro.

Mas, ao pretender falar em nome de todos os judeus do mundo, ao apropriar-se da memória comum, ao erigir-se em representantes de todas as vítimas judaicas do passado, os dirigentes do Estado de Israel arrogam-se também o direito de falar, sem nos consultar, em nosso nome. Ninguém tem o monopólio do genocídio de judeus pelos nazis. Também as nossas famílias tiveram o seu quinhão de deportados, de desaparecidos, de resistentes. O recurso à chantagem da solidariedade comunitária, para legitimar a política de união sagrada dos dirigentes israelitas, é intolerável”. Algumas semanas mais tarde, com intelectuais árabes ou de origem árabe, criaram um comité para defender uma paz justa no Médio Oriente. Os dois grupos felizmente não foram os únicos — tentaram superar as lógicas identitárias em nome de princípios universais e apesar das condenações:

Roger Ascott, em Larche, *le mensuei du judaïsme français* (Julho-Agosto 2001), denunciava como “um punhado de meios-traidores” estes judeus que não eram solidários com Israel. Apesar de tudo não exigiu que fossem fuzilados.

Como sempre acontece em cada nova crise na região, fui convidado para participar em debates. Frequentemente as discussões foram inflamadas. Encontrei muitos jovens da tua idade, estudantes do secundário ou da universidade. Apercebi-me de que não tínhamos sido capazes de transmitir esta experiência “internacionalista” de que falava atrás. Quero assumir, contra ventos e tempestades e sem pretender idealizar à passado o papel de “elo” e transmitir um testemunho. É este desejo que está na origem deste livro. Pretendi simultaneamente restabelecer um certo número de factos sem os quais nenhuma discussão séria é possível e expor os princípios sobre os quais assenta a minha perspectiva sobre este conflito.

O confronto na Palestina é um dos mais antigos do planeta. Surgiu há quase um século, com a emergência do movimento sionista na Europa e as primeiras vagas de colonização na Palestina. Da Primeira Guerra Mundial até aos nossos dias, envolveu, em cada época, todas as grandes potências, do império otomano à Rússia czarista, da União Soviética à Alemanha nazis, dos Estados Unidos à Grã-Bretanha. Traduziu-se em cinco guerras, algumas das quais quase degeneraram em conflitos mundiais. No programa de história do último ano da escola secundária, que fala do mundo contemporâneo, o Médio Oriente é abordado em diversos capítulos e sob várias perspectivas. Por acréscimo, pelas razões já evocadas, como muitos professores evitam tratar este tema “sensível”, que raramente aparece nas provas finais, a confusão instala-se. Ora, o conhecimento é uma condição indispensável a qualquer debate. Diferentes pontos de vista podem confrontar-se se jovens ou menos jovens estiverem na posse dos elementos históricos de base, o que em geral não é o caso. Assim, irei relembrar factos e processos que me parecem indispensáveis para qualquer debate sério.

Mas não basta precisar factos. Na verdade, há já centenas de obras dissecando o conflito, a sua história e os seus protagonistas. Mas nem por isso os “especialistas” estão de acordo entre si. Por quê? Porque, conscientemente ou não, cada um faz a sua leitura deste conflito através de “grelhas de análise”, que dão um “sentido” aos acontecimentos. Que resposta dar a alguém que proclama que a terra de Israel foi dada aos judeus por Deus? Pode-se contestar Deus? Uma visão religiosa, baseada numa mensagem divina, não é negociável. Como convencer os estudantes muçulmanos que pensam que a Palestina é um waqf (bem de mão morta) islâmico e que não pode ser objecto de negociação ou compromisso?

Esclarecendo melhor. A linha de demarcação, no que respeita à Palestina ou em relação a outros conflitos, não passa necessariamente entre crentes e não crentes. Há pessoas laicas que defendem posições nacionalistas extremistas, que atribuem uma superioridade aos “seus” contra os “outros” — tal como se viu na Sérvia ou na Croácia.

Em contrapartida, alguns crentes defendem uma leitura humanista. Num texto de opinião publicado no jornal *Le Monde* de 9 de Janeiro de 2001, o rabino David Meyer lembrava que, na tradição judaica, não existia qualquer ideia de “terra santa” ou de “promessa incondicional” referindo-se à terra de Israel. Ele citava o capítulo IV do Deuteronomio (um dos primeiros livros da Bíblia): “E agora escuta, ô povo de Israel, as leis e as regras que te ensino para as praticares, para poderes viver e alcançar o país que o Eterno, o Deus dos teus pais, vos concede. (...) Vede, ensinei-vos as leis e as regras, tal como me foi ordenado pelo Eterno, o meu Deus, para que as cumprais no país para onde ides para o fazer vosso. Observai-as e praticai-as! Será essa a vossa sabedoria e a vossa inteligência aos olhos dos povos (...). Ora, quando tiverdes engendrado os vossos filhos, os vossos netos, e envelhecido sobre esta terra, se então degenerardes, se fabricardes um ídolo, a imagem de um qualquer ente, afrontando assim a vontade do Eterno, vosso Deus, e ofendendo-O, tomo hoje como testemunhas contra vós os céus e a terra; prontamente desaparecereis deste país, por cuja posse ireis agora passar o Jordão, não podereis lá continuar, sereis proscritos”. E o rabino interroga-se sobre esse culto insensato que consiste na idolatria da terra de Israel, da “Grande Israel”, que leva a dar mais valor às “noções de santidade e de sagrado do que à do respeito pela vida humana”.

Certos intelectuais laicos bem poderiam aprender aqui alguma coisa.

Pela minha parte, não pertenço a nenhum “partido de Deus”, contento-me, como o “bastardo Goetz”, personagem central da peça “O Diabo e o Bom Deus”, de Jean-Paul Sartre, de pertencer aos homens, ou antes, aos seres humanos. Não reconheço qualquer hierarquia, tal como não classifico em nenhuma escala ascendente ou descendente as comunidades religiosas ou nacionais. Mesmo que compreenda que, por razões ou familiares, ou religiosas, frequentemente culturais, nos poderemos sentir mais próximos deste ou daquele povo... Na condição de não o idealizar, na condição de não absolver os crimes cometidos em seu nome.

Claude Lanzmann é o director de *Les Temps Modernes*, uma revista fundada por Sartre. Ela representou — mas isso foi bem antes do teu nascimento — um papel no debate intelectual em França. Lanzmann produziu um filme lamentável e apologético sobre o exército israelita. Estava no seu direito, somos um país livre. Realizou um outro, marcante, sobre o genocídio dos judeus. Rodou um terceiro, intitulado “Pourquoi Israël?” (Por que Israel?). Em nenhum momento refere os árabes. Questionado sobre o porquê dessa omissão, respondeu, em artigo de opinião no *Le Monde* (7 de Fevereiro de 2001): “Cabe a eles fazerem-no”. Pensa um minuto apenas na aberração desta afirmação. Os negros deveriam escrever sobre negros, os árabes sobre árabes, os judeus sobre judeus... Lógica étnica, tribal, lógica de guerra, afastada de qualquer ideal humanista.

Na Palestina não existe, na minha opinião, qualquer direito “natural” ou “religioso”. Recuar a três mil, ou esmo a mil anos, para definir que pedaço de terra pertence a quem é um exercício absurdo, ilegítimo mas também sangrento. Idêntica argumentação foi utilizada pelo governo de Belgrado para justificar um “direito” sobre Kosovo, “berço da Sérvia”. Sabemos que as nações modernas remontam ao século XVIII e à Revolução Francesa. Voltarei a este ponto no terceiro capítulo. Mas a ocupação de tal região francesa pelas tribos germânicas ou da Aquitânia pelos anglo-saxões não dá lugar a nenhum direito.

Como poderemos então identificar direitos, face a reivindicações opostas? Pela afirmação do primado do Direito Internacional. Que dizem, em substância, as resoluções das Nações Unidas sobre a Palestina e Israel? Elas reconhecem que, neste momento, no território histórico da Palestina estão instalados dois povos, um judeu israelita outro palestino, e que ambos estes povos têm direito um Estado independente.

Importa entretanto matizar esta simetria. Antes de mais, o povo israelita dispõe de um Estado já há mais de cinquenta anos, enquanto os palestinos continuam privados dele e vivem num exílio forçado ou sob ocupação. Por outro lado, a situação actual nasceu de uma injustiça primordial: os palestinos foram expulsos das suas terras, nomeadamente em 1948-1950, pelas milícias judaicas e posteriormente pelo exército israelita, assunto que irei desenvolver no quarto capítulo. Esta expulsão, durante muito tempo negada e recusada tanto em Israel como no Ocidente, é doravante um dado adquirido, graças nomeadamente aos trabalhos dos “novos historiadores” israelitas. Vivemos numa época e num espaço, a Europa, onde “dever de memória” é invocado à saciedade. Muito bem, mas então não devemos fazer discriminações. A injustiça feita aos palestinos merece, tal como as outras — múltiplas durante o período colonial —, reparação e, antes do mais, reconhecimento. Esta dimensão moral não pode ser escamoteada porque ela condiciona uma reconciliação entre israelitas e palestinos.

O genocídio dos judeus pesa fortemente sobre este conflito. As tomadas de posição, tanto em França como no Médio Oriente, estão marcadas a ferro e fogo pelo que foi um dos mais monstruosos crimes deste século. O assassinato em massa dos judeus pelo nazismo e seus aliados, a incapacidade demonstrada pelas grandes potências da época de impedir este crime criaram um sentimento de culpa na opinião pública ocidental e uma tendência a favor dos que se reivindicam como herdeiros da história e da memória dos judeus. Este martírio favoreceu o voto da Assembleia Geral das Nações Unidas de 29 de Novembro de 1947 a favor da partilha da Palestina, e como tal da criação do Estado de Israel. Mas foram os palestinos quem pagou o preço de um crime que não cometeram. Voltarei a abordar mais profundamente esta contradição, no quinto capítulo.

Quando se fala do Médio Oriente, não nos podemos pôr “de fora da confusão”. A neutralidade é uma ilusão. Recuso, entretanto, a solidariedade no abstracto com qualquer dos campos. Não acredito que um povo, seja ele qual for, seja “bom”, “justo”, “superior” por natureza ou por uma

qualquer graça divina ou imanente. Nenhum povo está investido de uma “missão superior”. Em contrapartida, existem “causas justas”. Esta distinção escapa por vezes aos comentadores. Richard Liscia, num artigo sobre — ou antes contra — a imprensa publicado por L. Arche em Novembro de 2000, denunciava um dos “mecanismos” dos media e das pessoas em geral, a solidariedade com os “revoltados”: “A admiração das pessoas pelos grevistas da SNCF e da RATP, ou pelos camionistas — que, entanto, lhes envenenam a existência —, não deixa tal de ter alguma relação com a defesa frenética da caída palestiniana. Actualmente alinha-se quase sistematicamente pelos revoltados”. Será razão para preocupação que a opinião pública esteja, espontaneamente, do lado das vítimas?

No Figaro, o psicanalista Daniel Sibony explica que opinião pública ocidental só “ama” as pessoas enquanto vítimas. Ela ama os judeus vítimas dos campos de concentração (ela ama-os sobretudo depois dos campos concentração) e ela ama os palestinianos vítimas de judeus”. Pese embora o comentário ambíguo sobre campos de concentração, repito, será tão anormal sentir-se solidário com as vítimas? Não, na condição de reter as lições da história: as vítimas de ontem podem, infelizmente com muita facilidade, tornar-se nos carrascos de hoje. Os exemplos abundam, como aquele, muito recente, em Ruanda. Os tutsis foram vítimas de genocídio por parte dos hutus, mas uma das suas organizações conseguiu alcançar o poder e cometeu terríveis massacres. Será caso para absolver os responsáveis pelos massacres dos tutsis? Pierre Vidal-Naquet, historiador e crítico da tortura durante a guerra da Argélia, incansável combatente da causas justas, cita este antigo comentário rabínico da Bíblia, que dedico aos crentes e aos não crentes: “Deus está sempre do lado de quem é perseguido. Pode-se deparar com um caso em que um justo persegue um justo, Deus está do lado do perseguido; quando um mau persegue um justo, Deus está do lado do perseguido; quando um mau persegue um mau, Deus está do lado do perseguido, e mesmo quando um justo persegue um mau, Deus está do lado do que é perseguido”.

Quanto aos intelectuais franceses, não estão sempre desse lado. O silêncio de muitos deles depois do desencadear da Segunda Intifada é ensurdecador. Na verdade, por vezes seria preferível que se abstivessem. Num delirante artigo de opinião (*Libération*, 10 de Julho de 2001), três de entre eles, Marc Lefevre, Philippe Gumpłowicz e Pierre-André Taguieff, apoiados por uma dezena de outros, denunciaram a visita de solidariedade de uma delegação, que incluía nomeadamente José Bové, aos territórios ocupados. O subtítulo resumia a ideia central: “A origem das desgraças dos palestinianos está na sua direcção política corrupta e não nos colonos israelitas, como afirma o dirigente sindical José Bové”. Os quatrocentos mil colonos? Só uma pequena minoria de entre eles — trinta mil — são fanáticos religiosos; porquê então preocupar-se? Serão evacuados no momento oportuno. A repressão israelita? Ela nem sequer é referida, os signatários apenas denunciam os atentados “bárbaros”. “As bases de um acordo definitivo para resolver todos os problemas”? Elas foram definidas em Taba em Janeiro de 2001, escrevem os autores, o que é verdade; apenas Arafat não quis aproveitar esta oportunidade, o que é mentira. A menos que se trate de pura ignorância arvorada em argumento teórico. Uma solução baseada em dois Estados é a única possível? Estamos encantados por ouvir dizer que Ariel Sharon “também a admite quando os microfones são desligados”. Sem dúvida tal como a África do Sul do apartheid aceitava a independência dos bantustões... No dia em que este texto apareceu, o exército israelita destruiu uma vintena de casas de palestinianos em Jerusalém e na faixa de Gaza.

Numerosas famílias ficaram na rua. Mas para quê preocupar-se, essas casas serão mais tarde reconstruídas...

Decididamente, aplicam-se a este pequeno território Palestina-Israel outros princípios, análises diferentes das que são utilizadas noutros casos. Fico sempre confundido quando constato que destacados intelectuais, sempre prontos a mobilizarem-se por inúmeras causas, hesitam quando se trata da Palestina. Mesmo um filósofo como Jean-Paul Sartre, cujas posições generosas são conhecidas, da guerra da Argélia à luta dos negros americanos, era pelo menos timorato neste domínio. Por vezes, inconscientemente, aplicamos ao Médio Oriente a regra de “dois pesos, duas medidas”.

“Será cinismo perguntar de onde vêm estas crianças, quem as colocou na primeira linha, no quadro de que lúgubre estratégia do martírio? (...) Será arriscado sugerir, sim, que a insensata

brutalidade do exército sul-africano, este excesso e esta desproporção dos meios utilizados era uma resposta ao que é preciso considerar uma declaração de guerras dos negros?” Estas palavras, se tivessem sido escritas no dia seguinte aos motins de Soweto de 1976, em que se assistiu à revolta da juventude dos townships da África do Sul, teriam desacreditado definitivamente o seus autores...

Ora, este texto escreveu-o Bernard Henry Lévy em *Le Point* de 13 de Outubro de 2000. Estava escrito: “Ser cinismo perguntar de onde vêm estas crianças, quem as colocou na primeira linha, no quadro de que lúgubre estratégia do martírio? (...) Será arriscado sugerir, sim, que a insensata brutalidade do exército israelita, este excesso, esta desproporção dos meios utilizados era uma resposta ao que é preciso considerar uma declaração de guerra dos palestinianos?” Dezenas de jovens com menos de 18 anos, por vezes mesmo crianças, foram mortos nas primeiras semanas da Segunda Intifada. E Bernard-Henry Lévy pergunta-se o que fazem eles na primeira linha. Teria colocado esta mesma questão se estes jovens fossem bósnios ou tchetchenos?

Algumas semanas mais tarde, Bernard-Henry Lévy “corrige” ligeiramente o tiro, se é que tal se pode dizer, no regresso de uma viagem à Palestina. “Um argumento que não voltarei a utilizar — reconhece — depois de ter ouvido as mães palestinianas falarem-me, como qualquer mãe do mundo, da sua louca angústia quando, à hora da saída da escola, não viam regressar os seus filhos: “as crianças deliberadamente empurradas para a frente, friamente transformadas em escudos humanos, etc”. Mas acrescenta que o pequeno Mohamed El Dourra, essa criança cuja morte foi filmada em directo pelas câmaras de televisão, foi morto por uma bala “perdida”, não por “o tiro deliberado de um soldado judeu assassino de crianças” (*Le Point*, 24 de Novembro de 2000). Assim, Bernard-Henry Lévy precisou de fazer uma viagem à Palestina para compreender que as mães palestinianas não gritam de alegria quando os seus filhos são mortos, que os palestinianos são, muito simplesmente, seres humanos?

A história dá por vezes estranhas voltas, como o testemunha esta informação. A manifestação foi muito dura. Os confrontos prolongaram-se. Na sequência de um dia de motins, registaram-se nove mortos e 44 feridos graves. Entre estes, 18 tinham idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos, 14 tinham entre 16 e 20 anos. A imprensa denuncia então esses pais que utilizam os seus filhos como “escudos humanos” ou que os mandam para o meio da confusão enquanto ficam tranquilamente em casa. Estes factos têm lugar precisamente na Palestina, mas em... Novembro de 1945 em Telavive! Os manifestantes eram judeus que protestavam contra as restrições à imigração. Davar, o jornal da central sindical judaica (a Histadrut), publicou então uma caricatura que lhe valeu o encerramento por uma semana: um médico, ao lado de crianças feridas na cama de hospital, diz a um colega:

“Bons atiradores, estes ingleses! Com alvos tão pequeninos, e não falham nenhum!”

Este episódio foi relatado por Charles Enderlin, correspondente da *Erance 2* em Jerusalém, cuja equipe filmou em directo a morte do pequeno Mohamed El Dourra. Bernard-Henry Lévy teria então escrito que os jovens manifestantes tinham sido mortos por uma “bala perdida”? E que significa a sua expressão “soldado judeu assassino de crianças”? Uma censura dirigida a todos os que criticam o exército israelita: eles estariam imbuídos de um anti-semitismo camuflado, andariam a espalhar os piores clichés do anti-semitismo, dos judeus assassinos de crianças. Se o nosso “filósofo” tivesse muito simplesmente lido a imprensa israelita, teria ficado a saber que, sim, os soldados israelitas matam deliberadamente, incluindo crianças.

A jornalista israelita Amira Hass publicou este incrível diálogo com um atirador de elite do exército israelita: “Estamos proibidos de matar crianças”, diz, falando das ordens da sua hierarquia. Mas acrescenta: “Não se pode atirar sobre crianças com 12 anos de idade ou menos. Acima dos 12 anos, já é autorizado. É o que eles dizem” (*Le Monde*, 24 de Novembro de 2000). A organização israelita de defesa dos direitos humanos B'Tselem demonstrou, com base em números do próprio exército israelita que em três de cada quatro dos incidentes mortais, entre o início da Intifada e 15 de Novembro de 2000, não se registara nenhuma presença de atiradores palestinianos (*International Herald Tribune*, 14 de Dezembro de 2000). A imprensa mencionou numerosos casos em que palestinianos, sim, crianças tinham sido deliberadamente mortas enquanto a vida dos soldados não corria qualquer perigo. A recusa do exército em abrir inquéritos sobre a maioria destes casos

encoraja naturalmente tais comportamentos. E um inquérito do jornalista israelita Joseph Algazy, do jornal Haaretz, revelou o pesadelo de dezenas de palestinianos de 14, 15 ou 16 anos, espancados, maltratados, torturados nas prisões israelitas.

O caso de Mohamed El Dourra tocou um ponto sensível, provocando outras incríveis reacções. Claude Lanzmann, outra vez ele, explicou em *Les Temps Modernes* o que o “revolta” neste caso: “É que esta morte foi filmada em directo pelo cameraman árabe de uma cadeia francesa de televisão. Eu, se visse uma criança ameaçada de morte debaixo dos meus olhos, o meu impulso seria mais de correr e tentar salvá-la, do que de lisonjear o que Lacan chamava de pulsão scopique³”. Charles Enderlin, responsável por Talal, o cameraman em causa, interrogava-se em carta dirigida ao *Le Monde*, onde ironicamente se apresentava como “jornalista judeu da cadeia francesa France 2”:

“Devemos assinar as nossas reportagens indicando aos telespectadores a nossa pertença nacional ou religiosa: jornalista judeu, cameraman árabe, responsável pelo som cristão, montador de imagem vietnamita?” E explicava:

“Debaixo de fogo durante quarenta minutos, receou perder ele próprio a vida, e por diversas vezes me contactou pelo seu telefone portátil para me pedir que tomasse conta da sua família no caso de morrer. Os outros cameramen presentes no local filmaram a cena, Talal e o seu assistente tentando proteger-se por detrás de uma camioneta branca no meio do cruzamento. O condutor de uma ambulância tentou socorrer o pequeno Mohamed e seu pai. Foi morto. Mas será preciso sublinhar que ele era árabe, palestiniano e muçulmano?”

Uma única questão merece ser colocada: como é que é possível um soldado apontar para crianças e matá-las? Qualquer outra interrogação é obscena, comenta com emoção o psiquiatra palestiniano Eyad Serraj. É desta obscenidade que nós devemos defender ao mergulhar na história deste conflito. Não entrarei em detalhes. Há um sem-número de livros sobre este assunto; farei uma escolha dos encadeamentos de factos que me pareçam indispensáveis para a compreensão deste conflito. “Para o complexo Oriente, voarei com idéias simples”, escreveu Charles de Gaulle. Esta fórmula batida serve frequentemente para justificar posições que estão em contradição com os valores universais. Voemos antes para este complexo Oriente guiados pela bússola da razão humana.

3 - Scop: notícia dada em primeira mão por um jornalista. Caixa (N. da T.).

CAPÍTULO II

OS PRIMÓRDIOS DO CONFLITO (1917-1939)

Um mundo afunda-se em 1917. A Primeira Guerra Mundial entra no seu último ano. Os impérios otomano e austro-húngaro não lhe sobreviverão. A Rússia czarista já está morta e os bolcheviques preparam-se para o assalto ao Palácio de Inverno para instaurar um regime cuja duração irá coincidir com o que os livros de história designam por século XX. Nesse 2 de Novembro de 1917, Lorde Arthur James Balfour, ministro do poderoso império britânico, dão último retoque à sua carta. Terá hesitado antes de lhe apor a sua rubrica? Terá sido assaltado por alguma premonição? Sem dúvida que não, porque este texto, mais conhecido como “Declaração Balfour”, foi longamente debatido pelo governo de Sua Majestade. Este declara que “encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de uma pátria para o povo judeu e que envidará todos os esforços para facilitar a concretização deste objectivo”. A declaração, que, numa primeira versão, evocava a “raça judaica”, precisa que, para a concretização deste objectivo, “nada será feito que possa atentar nem contra os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que os judeus gozem em qualquer outro país”. Como criar uma pátria para os judeus sem afectar as populações locais árabes? Esta contradição, a Grã-Bretanha nunca poderá resolvê-la e estará na origem do mais longo conflito que marca o mundo contemporâneo.

PROMESSAS CONTRADITÓRIAS DE LONDRES

A declaração de Balfour responde a várias preocupações do governo de Londres. Antes do mais, enquanto a guerra se intensifica no continente, trata-se de ganhar a simpatia dos judeus de todo o mundo, que se considera deterem um considerável poder, frequentemente oculto. Por ironia da história, esta perspectiva não está muito longe da dos piores anti-semitas que vêm, por todo o lado, “a mão dos judeus”. Assim, o primeiro-ministro britânico da época refere nas suas Memórias o poderio da “raça judaica”, guiada por interesses exclusivamente financeiros. O próprio lorde Balfour foi quem apresentou, em 1905, um projecto de lei sobre a limitação da imigração na Grã-Bretanha, que visava antes do mais os judeus da Rússia. Mark Sykes, um dos negociadores dos acordos que levaram à partilha do Médio Oriente em 1916, escrevia a um dirigente árabe: “Acredite-me que sou sincero quando lhe digo que esta raça (os judeus) vil e fraca é hegemônica no mundo inteiro e nós não a podemos vencer. Há judeus em todos os governos, em todos os bancos, em todas as empresas”. A carta de Balfour é enviada a lorde Walter Rothschild, um dos representantes do judaísmo britânico, próximo dos sionistas.

O que é o sionismo? Voltarei a este tema no próximo capítulo. Limitemo-nos de momento a dizer que este movimento reclama o “renascimento nacional do povo judeu” e o seu “regresso” à terra da Palestina.

A missiva de Balfour dirige-se particularmente aos judeus americanos, suspeitos de simpatia pelo império austro-húngaro, aliado da Alemanha, e aos judeus da Rússia, influenciados pelas organizações revolucionárias que derrubaram o czar na Primavera de 1917. Muitos deles são favoráveis a que a Rússia assine uma paz em separado com o inimigo. Londres espera evitar o “abandono” por parte do seu aliado. Balfour evoca mesmo a missão que seria confiada aos judeus da Palestina: fazer com que os judeus de todo o mundo se comportem “convenientemente”! Um cálculo que irá falhar, pois, na noite de 6 para 7 de Novembro de 1917, os revoltosos Bolcheviques tomam o poder em Petrogrado e apelam a uma paz imediata.

Mas a Grã-Bretanha, ao reforçar o movimento sionista, persegue igualmente um objectivo mais estratégico: o controlo do Médio Oriente. O desmembramento dos vencidos é negociado entre Paris, Londres e Moscou, antes mesmo de a vitória estar garantida. Em 1916 são assinados por Paris

e Londres, e depois ratificados pelo czar, os acordos conhecidos sob o nome de Sykes-Picot (Mark Sykes e Georges Picot são dois altos funcionários, um britânico, outro francês), que definem as linhas de partilha e as zonas de influência no Médio Oriente. Para Londres, a Palestina “protege” o flanco leste do canal do Suez, linha vital entre as Índias, a glória do império, e a metrópole. O apadrinhamento do sionismo permite ao governo britânico obter um controlo total sobre a Terra Santa.

Mas os britânicos não se limitaram a fazer promessas ao movimento sionista, fizeram-nas também aos dirigentes árabes. O califa otomano (que exerce a sua autoridade sobre os territórios árabes do Médio Oriente e é o “comendador dos crentes”) juntou-se em 1914 à Alemanha e ao império austro-húngaro. Chegou mesmo a lançar um apelo à guerra santa contra os infiéis. Como resposta, Londres impulsiona uma revolta dos árabes contra o império otomano, estimulada pelo dirigente religioso, o xeque Hussein, de Meca. Em troca, Hussein obtém a promessa britânica de apoiar a independência dos árabes. Mas as promessas apenas comprometem os que nelas acreditam... Como conciliar, na prática, a independência árabe e a criação de uma pátria para os judeus? A revolta árabe ficará célebre através de uma versão claramente deformada, forjada por um dos agentes britânicos que nela jogou um papel decisivo, Thomas E. Lawrence, conhecido como “Lawrence da Arábia”. Este relato, Os Sete Pilares da Sabedoria, será levado ao cinema por David Lynch, com Peter O'Toole a encarnar Lawrence.

O MANDATO BRITÂNICO SOBRE A PALESTINA

O Médio Oriente será assim partilhado entre a França e a Grã-Bretanha. Criada em 1920, a Sociedade das Nações (SDN), o antepassado das Nações Unidas, reunia então apenas algumas dezenas de Estados, na sua maioria europeus. Ela instaura o sistema de “mandatos”, assim definido na sua carta: “Algumas comunidades, que antes pertenciam ao império otomano, atingiram um tal grau de desenvolvimento que a sua existência como nações independentes pode ser provisoriamente reconhecida, na condição de que os conselhos e ajuda de um mandatário orientem a sua administração até serem capazes de se orientarem por si”. Assim, os povos considerados “menores” teriam necessidade de tutores para, talvez um dia, aceder à maioria...

A 24 de Julho de 1922, a SDN outorga à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina. O texto prevê que a potência mandatária seja “responsável pela concretização da declaração originalmente elaborada em 2 de Novembro de 1917 pelo governo britânico e adoptada por “as potências aliadas” no sentido da criação de uma pátria para o povo judeu”. Os filhos do xeque Hussein, controlados por Londres, instalam-se nos tronos do Iraque e da Transjordânia (país criado pelos Britânicos a leste da Jordânia), enquanto os territórios libanês e sírio são atribuídos à França. O Egipto, formalmente independente desde 1922, continua sob ocupação britânica.

Todos os actores do drama palestiniano estão presentes: a potência dominante, a Grã-Bretanha, que pretende manter o seu controlo sobre uma região estratégica, rica em petróleo, com um peso crescente no plano económico e militar; o movimento sionista, fortalecido com o seu primeiro grande sucesso diplomático, que organiza a imigração para a Palestina; os árabes da Palestina, que então ainda não eram designados por “palestinianos”, que começam a mobilizar-se contra a Declaração de Balfour; e por fim os países árabes, na sua maioria sob influência britânica, que irão gradualmente envolver-se nas questões palestinianas.

UMA TERRA SEM POVO?

O que é a Palestina? “Uma terra sem povo, para um povo sem terra”, como afirmam os sionistas? Os mais lúcidos de entre eles adoptam uma visão mais realista. Entre estes um judeu russo, Asher Ginzberg, actualmente venerado por toda a Israel como “Ahad Ha'am”, deslocou-se pela primeira vez à Palestina em 1891. De lá regressou com um artigo premonitório intitulado “A verdade sobre a terra de Israel”. “Temos o costume de pensar, fora de Israel — escreve —, que a

terra de Israel está actualmente quase deserta, árida e inculta, e que quem quiser comprar aí terras o pode fazer sem entraves. Mas a verdade é outra. Por todo o país, é difícil encontrar terras cultiváveis que ainda não estejam cultivadas (...). Temos o costume de pensar, fora de Israel, que os árabes são selvagens do deserto, um povo de burros, que não vêem nem compreendem o que se passa à sua volta. Mas estamos profundamente enganados. O árabe, como todos os filhos de Sem⁴, tem uma inteligência aguda e astuciosa (...). Se vier a acontecer que a vida do nosso povo (os judeus) no país de Israel se desenvolva tanto que leve a repelir, por pouco que seja, o povo deste país, este não abandonará facilmente a sua terra”.

É um facto que a terra da Palestina é habitada, na sua grande maioria, por árabes: seiscentos mil muçulmanos e setenta mil cristãos (também aí vivem oitenta mil judeus). Os camponeses — os fellahs — representam quase 60% da população activa e um terço não possui qualquer terra. Mais de metade das terras pertence a um número restrito de famílias latifundiárias (menos de 10% dos proprietários), no essencial muçulmanos que gozem de uma influência dominante nos campos. Têm também grande influência nas cidades, mas aí as grandes famílias cristãs também têm um papel activo. Apesar do peso do passado otomano — as últimas décadas de hegemonia turca foram marcadas pela incapacidade, pela corrupção, pelo despotismo —, a região é economicamente activa. Conhecida pelos seus citrinos (as suas laranjas são conhecidas na Europa), produz também trigo e outros cereais. Uma indústria de manufactura está em desenvolvimento. As classes médias predominam nas cidades, que entretanto são de pequena dimensão, à excepção de Jerusalém, que conta mais de cinquenta mil habitantes. Há várias décadas que as peregrinações têm vindo a alimentar uma indústria de turismo, em Jerusalém, claro, mas também em Belém e na Nazaré. No início do século, a vida intelectual e política está em pleno florescimento, com o nascimento da imprensa, nomeadamente o Al Karmel em Haifa e o Filastin em Jaffa.

Na Palestina, a oposição ao projecto sionista manifestou-se mesmo antes da guerra. Traduziu-se, concretamente, pela rejeição desses “invasores”, cujos costumes e modo de vida são totalmente estranhos e cujo comportamento se caracteriza muitas vezes pelo racismo e o desprezo pelos “bárbaros”. As compras de terras a proprietários absentistas, que viviam em Beirute ou Constantinopla, desde 1880 que suscita resistências, tanto maiores quanto rapidamente são apercebidas como tentativas de desapropriação.

A ocupação de Jerusalém pela Grã-Bretanha em 9 de Dezembro de 1917, a queda do império otomano e a “revelação” da promessa Balfour acentuam a inquietação dos palestinianos. Com a instauração do mandato britânico sobre a Palestina em 1922 e a “fixação” das fronteiras, a luta passa a desenvolver-se dentro da Palestina objecto de mandato, e o movimento nacional palestiniano, pelo menos até à grande revolta de 1936-1939, terá que contar apenas com as suas próprias forças. Os palestinianos exigem “a constituição de um governo nacional que será responsável, perante um parlamento eleito por todos os que residiam na Palestina antes da guerra, muçulmanos, cristãos e judeus”. Mas já era demasiado tarde. O mandato britânico entrou em vigor, abria-se uma nova página.

O YISHOUV: IMIGRAÇÃO, COMPRA DAS TERRAS E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Até 1939, a Grã-Bretanha favorece sem restrições a instalação dos judeus na Palestina e a sua organização autónoma. A partir da conquista de Jerusalém, em 1917, instala-se, a par da administração britânica, uma administração independente sionista. O Yishouv (designação dada a comunidade judaica instalada na Palestina) inicia a sua caminhada para a construção de um Estado. O texto do mandato previa a criação de uma entidade judaica, como interlocutor da autoridade mandatária. Esta irá funcionar como um verdadeiro governo-sombra, dedicando-se nomeadamente à aceleração do processo de imigração, considerando os britânicos que os sionistas são os únicos com competência para escolher os candidatos, as formalidades terão lugar nas instalações do movimento sionista por todo o mundo, e não nos consulados britânicos.

4 - Filho mais velho de Noé, o antepassado dos Semitas (N. da T.).

Quem são os imigrantes? No essencial, vêm da Rússia e da Europa central, fugindo dos pogroms⁵. Enquadrados por militantes convictos, esperavam poder assim construir uma nova vida. Entretanto, os números da imigração, pelo menos até à chegada de Hitler ao poder em 1933, reflectem as dificuldades do movimento sionista em mobilizar as massas judaicas. “No próximo ano em Jerusalém”: este slogan tem mais a ver com invocação religiosa do que com palavra de ordem política. Entre 1919 e 1923, imigram apenas 35.000 pessoas. O processo acelera-se um pouco em 1924-1925, data do início de uma política antijudaica na Polónia e da adopção, pelos Estados Unidos, de medidas limitadoras da imigração, para sofrer uma quebra com a crise económica na Palestina. Em 1927, contavam-se mesmo mais emigrantes judeus da Palestina do que imigrantes. Em 1928, 155.000 judeus estão instalados na Palestina enquanto, entre 1870 e 1927, o número de judeus nos Estados Unidos passa de 250.000 para... quatro milhões. Livres de escolher, a grande maioria de judeus da Rússia e de Leste prefere, tal como os irlandeses ou os italianos, o Novo Mundo à Terra Santa.

Através do Fundo Nacional Judeu, a compra de terras é um dos objectivos — e um dos meios — essenciais do movimento sionista. Como refere em 1925 um memorando do Fundo, não se pode falar de uma “colonização de terras virgens” na Palestina, porque já existem camponeses autóctones; não se pode tão-pouco “expropriá-los pelos processos sumários utilizados nas colónias”, como na Argélia. As propriedades adquiridas são cedidas a particulares mas continuam a ser “propriedade inalienável do povo judeu”. É encorajada a mão-de-obra exclusivamente judaica, os fellahs expulsos. São criadas colónias agrícolas e instalam-se os famosos kibboutz, o primeiro dos quais em 1910, em Degania. Em 1920 é fundada a Haganah, uma organização de milícias judaicas, o embrião do futuro exército israelita.

O Yishouv impõe a língua hebraica, em detrimento do yiddish falado pela maioria dos imigrantes da Europa de Leste, e cria a sua organização política. Os britânicos autorizam, a partir de 1920, a eleição de uma espécie de Parlamento, como o seu próprio organismo executivo, o Vaad Leumi (Conselho Nacional). Enquanto nos anos 20 o centro de decisão do movimento sionista estava ainda no exterior, a partir do início dos anos 30 passa para o Yishouv. Todas estas instituições, bem organizadas, beneficiam de apoio da potência colonial. É quase “naturalmente” que se irão transformar, em 1948, num Estado moderno e eficaz.

A corrente socialista regista um crescimento constante nas eleições (mais de 40% dos votos nos anos 30) e o seu dirigente, David Ben Gourion, torna-se o presidente da Agência judaica em 1935. Em 1925 é criada uma oposição por Zeev Jabotinsky. É considerada como “revisionista” porque pediu a revisão do mandato para abarcar as duas margens do rio Jordão, ou seja, os judeus teriam o direito de dominar também a Transjordânia. Em que se distinguem correntes socialista e revisionista? Para além dos discursos antagónicos sobre a questão social e importantes divergências no que diz respeito à táctica — a primeira mais pragmática, defende um entendimento com a Grã-Bretanha —, os socialistas aceitam o princípio da partilha da Palestina enquanto os revisionistas afirmam que território é “inalienável”, exigindo também, mais abertamente, a expulsão dos palestinianos.

Face ao Yishouv, os palestinianos não dispõem de grandes hipóteses, a não ser o seu peso numérico. Mas, ao invés do que se passa noutras colónias, a imigração vai paulatinamente privá-los desta sua única vantagem. A unidade dos palestinianos na rejeição do mandato e da promessa de Balfour não dura muito. Os britânicos atacam os desentendimentos entre as grandes famílias palestinianas, nomeadamente os Nashashibi, que lhes estão mais próximos, e os Husseini — Amine El Husseini virá a ser o grande mufti⁶ de Jerusalém. Estas contradições conduzem ao desmantelamento das estruturas unitárias palestinianas e a uma paralisia no plano estratégico. Por um lado, as organizações palestinianas recusam as propostas da potência mandatária de constituição de uma assembleia que não reflectiria os equilíbrios demográficos; rejeitam igualmente a criação de uma Agência árabe (à imagem da Agência judaica), que viria legitimar o direito político dos judeus sobre a Palestina. Por outro lado, não conseguem chegar a acordo em relação a uma orientação,

5 - Massacres de judeus; massacre de uma comunidade étnica ou religiosa (N. da T.).

6- Intérprete oficial da lei muçulmana (N. da T.).

hesitam em enfrentar abertamente a política dúplice da Grã-Bretanha, e assim se perdem. Mas como poderia ter sido de outra forma no quadro da diplomacia internacional dominada pelos ocidentais? No entanto, a frustração das massas palestinianas exprime-se em motins, uma mistura de jacqueries camponesas, pogroms e golpes contra os britânicos — tal como os que rebentam em Agosto de 1929 em Jerusalém, já então em torno do controlo dos lugares santos. Alastram depois pelo país, nomeadamente a Hebron, onde cerca de oitenta judeus são massacrados de forma atroz. Mas é durante esse pogrom que, como lembra o historiador israelita Tom Segev, numerosos judeus são salvos por muçulmanos: “A história dos judeus — sublinha — inclui poucas acções de salvação colectiva deste género”.

Um fosso separa, entretanto, “autóctones” e “colonos”. Para os árabes, a chegada de imigrantes armados de um projecto político coerente é sentida como uma ameaça a sua própria sobrevivência. Estes “estrangeiros” expulsam-nos das suas terras e pretendem criar um Estado judaico. Para os imigrantes judeus, frequentemente convencido de que desembarcam numa “terra sem povo”, os árabes são, no mínimo, “selvagens” à margem da civilização. Tendo fugido dos pogroms, encaram os seus ataques com a continuação das perseguições de que foram vítimas no Velho Continente.

UMA LONGA REVOLTA (1936-1939)

A aceleração da imigração na sequência da subida de Hitler ao poder radicaliza posições. É neste contexto que se desencadeia a grande revolta de 1936-1939, que coincide com o desenvolvimento do movimento nacionalista antibritânico e antifrancês no mundo árabe. Um homem encarna esta revolta: filho de camponeses, muçulmano convicto, pregador numa mesquita de Haifa, chama-se Ezzedine El Qassam. Condena a cega violência de 1929, prepara a luta armada. “Obedecei a Deus e ao Seu profeta, mas não ao alto comissário britânico”, prega. O seu funeral (foi morto em 1935, na resistência) deu lugar a grandes manifestações. “Somos os filhos de Qassam”, proclamava um dos primeiros comunicados da revolta das pedras que rebenta na Palestina em Dezembro de 1987. Na continuidade da História...

Em 1936 é criado o Alto Comitê árabe que, pela primeira vez, reúne o conjunto das tendências e dos partidos palestinianos. Será presidido por Amine El Husseini. A 15 de Abril de 1936, deflagra por todo o país uma greve geral. Os revoltosos exigem nomeadamente a suspensão da imigração judaica. Desobediência civil, recusa de pagamento de impostos, manifestações, marcam este movimento, enquanto se multiplicam as acções de guerrilha. A greve dura 170 dias. Chaim Weizmann, presidente da organização sionista desde 1920 e futuro primeiro presidente de Israel, escreveu: “De um lado erguem-se as forças da destruição, as forças do deserto, de outro resistem firmemente as forças da civilização, as forças construtivas. É a velha guerra do deserto contra a civilização, mas não vamos ceder”. A civilização contra a barbárie, o repisado discurso do colonialismo...

O movimento é suspenso na sequência de um apelo comum dos soberanos da Arábia Saudita, da Transjordânia e do Iraque “a confiar nas boas intenções da nossa amiga Grã-Bretanha”. Londres envia para o terreno uma comissão de inquérito que, a 7 de Julho de 1937, remete o seu relatório, conhecido como “Relatório Peel”. O texto propõe a divisão da Palestina em dois Estados, um judeu, outro árabe, devendo ambos aceder à independência mas mantendo-se Jerusalém e a região limítrofe sob mandato britânico. Aconselha igualmente, pela primeira vez, uma troca de populações, para garantir a homogeneidade de ambas as entidades: 225.000 árabes passariam da entidade judaica para a árabe, enquanto 1250 judeus fariam o percurso inverso! Se esta “generosa proposta” não for aceite pelos árabes, ser-lhes-á imposta...

Indignados, os palestinianos relançam o seu movimento em Setembro de 1937. Desta vez, é uma verdadeira revolta popular armada, com centenas de grupos que desenvolvem acções quer contra as forças britânicas quer contra os colonatos judeus. Apesar da inexistência de um direcção centralizada, apesar das divisões, apesar da falta de armas, a resistência irá prolongar-se até 1939 e mobilizará muitos milhares de soldados de Sua Majestade. E depois de Outubro de 1938 e dos

acordos de Munique, que afastam por uns tempos a ameaça de uma guerra na Europa, é que Londres pode enviar tropas suficientes para liquidar os rebeldes. Esta revolta terá uma influência profunda sobre todas as partes em conflito — palestino, judeus e britânicos.

Nas fileiras árabes o balanço foi trágico: entre três mil, seis mil mortos e milhares de prisões e deportações — contam-se nove mil presos em 1939. Entre 1936 e 1940, duas mil casas são destruídas pelas autoridades, uma prática que será retomada pelo governo israelita a partir de 1967 nos territórios ocupados. Os palestinos encontram-se privados de qualquer forma de direcção. Os ódios e rancores nascidos dos confrontos internos irão perdurar por muitos anos. Para o melhor, mas em geral para o pior, os países árabes irão assumir a causa palestina, fazendo passar em primeiro lugar os seus próprios interesses.

Do lado dos colonos judeus, a revolta reforça, paradoxalmente, a estrutura criada na Palestina e as bases já bem estabelecidas de um Estado em gestação. Leva também a um reforço da colaboração entre a Agência judaica e os britânicos. Milhares de polícias judeus são recrutados. Assiste-se ao desenvolvimento da Haganah⁷ e à criação de novas unidades armadas com maior mobilidade, por vezes treinadas por oficiais britânicos. São criadas fábricas clandestinas de armamento. Ainda que limitada, a imigração prossegue, com cerca de cinquenta mil recém-chegados vindos durante estes três anos “agitados”. Por outro lado, e pela primeira vez, grupos sionistas utilizam a arma do terrorismo cego. O Irgoun, a organização militar ligada ao movimento “revisonista”, passa à acção em 11 de Novembro de 1937, fazendo explodir bombas em locais públicos. A 6 de Julho de 1938, em Haifa, uma bomba mata 21 pessoas no mercado árabe; a 25 de Julho de 1938, outra bomba faz cerca de 40 mortos.

O LIVRO BRANCO

Finalmente, a Grã-Bretanha inflecte a sua estratégia. A guerra com a Alemanha, inevitável, será longa e global. Torna-se assim indispensável garantir as bases do império no Médio Oriente onde se infiltra uma perniciosa propaganda nazis antibritânica, apoiando-se na convicção de que “os inimigos dos nossos inimigos nossos amigos são”. Convencida de que pode contar com o apoio dos judeus contra Hitler, Londres propõe-se conseguir o dos árabes adoptando, em 17 de Maio de 1939, um Livro Branco, que define a sua nova política: “A declaração de Balfour — lê-se no documento — não pode, em caso algum, significar a transformação da Palestina num Estado judaico, contra a vontade da população árabe”. Por outro lado, os compromissos assumidos pelos britânicos durante a Grande Guerra não podem “constituir uma base justa para a exigência de uma Palestina transformada em Estado árabe”. Será assim necessário prever, num prazo de cinco anos, a criação de um Estado palestino independente “no qual árabes e judeus partilharão o governo de forma a que sejam salvaguardados os interesses fundamentais de ambos”. Mais importante ainda, a imigração será mantida durante cinco anos a um nível que permita que a população judaica constitua um terço da população total (ou seja, um acréscimo de cerca de 75 000 pessoas), após o que só poderá ser autorizada com o acordo dos árabes da Palestina. Enfim, o alto comissário britânico é investido de todos os poderes para regulamentar as transferências de terra, ou seja, restringir a sua compra pelos judeus. Vitória parcial para os palestinos, mas o mufti Amine El Husseini rejeita o Livro Branco, demonstrando uma vez mais o seu fraco sentido político. Em contrapartida, este texto leva a um ericar de defesas da parte das organizações sionistas, de que as mais extremistas passam mesmo a preconizar a luta armada contra o “colonialismo britânico”. Mas a Agência judaica não tem outra alternativa senão declarar o seu apoio a Londres no conflito que se inicia. Esta guerra, declara a 3 de Setembro de 1939, é a nossa guerra e nós desejamos a vitória do império britânico. Está-se no limiar de uma prova terrível para a humanidade e para os judeus.

7 - Organização de milícias judias, o embrião do futuro exército israelita (N. da T.).

CAPÍTULO III

DO JUDAÍSMO AO SIONISMO

Façamos uma pausa neste sobrevoos sobre a História. Falei, no capítulo anterior, dos judeus e do início do movimento sionista. Para ir mais longe, é preciso dar resposta a duas questões muito simples, pelo menos a uma primeira vista. O que significa o termo “judeu”? Por outro lado, os judeus formam uma nação?

QUEM É JUDEU?

A 5 de Julho de 1950, o Parlamento israelita adoptou a “lei de retorno”. Esta lei estipulava que “qualquer judeu tem o direito de imigrar para o país”. David Ben Gourion, o primeiro-ministro, afirma: “Não é o Estado que concede aos judeus do estrangeiro o direito a instalar-se, mas este direito pertence a cada judeu pelo facto de o ser”. Mas como “medir” a dimensão de judeu? Foi preciso esperar até 1970 para que o Supremo Tribunal propusesse uma definição: judeu é aquele que nasceu de mãe judia, ou se converteu ao judaísmo e não pertence a nenhuma outra religião. Esta decisão não pôs fim às controvérsias: as conversões colocam alguns problemas, pois as efectuadas por rabinos conservadores ou liberais não são reconhecidas pelos rabinos ortodoxos de Israel. Por outro lado, como classificar os ateus? E como definir uma “mãe judia”? Há uma anedota em que se diz que, para se tornar uma mãe judia, não é necessário nem ser mãe, nem ser judia... Mas falando a sério, sabe-se que, em centenas de milhares de ex-cidadãos da União Soviética instalados em Israel desde 1980, cerca de um terço não tem qualquer relação com o judaísmo. De nacionalidade israelita, servem no entanto no exército, mesmo que os rabinos, como aconteceu quando do atentado contra a discoteca de Telavive (Junho de 2001), possam recusar a alguns destes “judeus duvidosos” o enterro em “terra santa”.

Os anti-semitas não foram mais felizes nas suas tentativas de definir judaísmo. Em Setembro de 1935, os nazis adoptam as leis de Nuremberga, expressão da sua visão racista e delirante da humanidade. Essas leis definiam como judeu quem tivesse três ou quatro avós judeus. Eram designados como “mestiços judeus” de primeiro grau os que tivessem dois avós de sangue alemão e dois de sangue judeu; se pertencessem à religião judaica ou estivessem integrados na comunidade judaica, nomeadamente pelo casamento, eram considerados como judeus. Os mestiços de segundo grau tinham três avós alemães e um de sangue judeu; poderiam tornar-se cidadãos do Reich. Mas como detectar o “sangue judeu”? Na prática os nazis, defensores das teorias racistas, oscilam na sua busca de “sinais distintivos”, privilegiando umas vezes o factor religioso, outras vezes tendo em conta a circuncisão, outras o nome, etc. A “versão francesa” desta lei (estatuto dos judeus de 3 de Outubro de 1940) afirma que são de “raça judaica” os que tiverem “pertencido à religião judaica”.

Hannah Arendt, filósofa alemã, ela própria judaica, em carta de 1961 dirigida a seu marido, estabelece um paralelo devastador — que aliás a põe em confronto com alguns dos seus amigos israelitas — entre as leis de Nuremberga e as do “Estado judaico”. Descreve um jantar com Golda Meir, ministra dos Negócios Estrangeiros israelita: “Discutimos até à uma da manhã (...). No fundo, e sobretudo, questões como a Constituição, a separação entre Igreja e Estado, os casamentos mistos ou mais concretamente essas leis de Nuremberga que existem actualmente e que de certa forma são verdadeiramente monstruosas”. Do perigo de traçar uma linha de demarcação entre os judeus e os outros, de fazer dos judeus uma entidade à parte...

Enquanto eu escrevia estas linhas, soube da morte de um amigo muito querido: Chehata Haroun. Era egípcio e judeu. Muito jovem ainda, em 1940, este jovem advogado juntou-se à luta dos comunistas. Recusava obstinadamente emigrar para Israel ou para a Europa, como o fizeram a maioria dos seus camaradas. Na sua sepultura lêem-se estas linhas da sua autoria: “Cada ser humano tem várias identidades. Sou um ser humano. Sou egípcio quando os egípcios são

oprimidos. Sou negro quando os negros são oprimidos. Sou judeu quando os judeus são oprimidos e sou palestino quando os palestinos são oprimidos”. Recusou qualquer pertença “estreita”, qualquer identidade rígida, excludora. Travou no seu país uma luta dura, por vezes dolorosa. Foi preso várias vezes como comunista, mas também como judeu, e “como tal” um potencial agente de Israel. Suscitou mesmo por vezes a desconfiança de alguns dos seus camaradas de esquerda, incapazes de distinguir entre “judeu” e “sionista”.

Assim, evitemos quaisquer classificações e as teorias filosóficas que as alimentam. Maxime Rodinson, eminente orientalista, tentou dissipar as trevas do obscurantismo na introdução da sua obra *Peuple juif ou problème juif*? Nela descreve os quatro grupos distintos que o termo “judeu” recobre. Antes do mais, os fiéis de uma religião claramente definida — diz-se “judeu” como se pode dizer “muçulmano” ou “cristão”. O segundo grupo é constituído pelos descendentes dos membros desta religião que são actualmente ateus ou crentes mas se consideram como pertencendo a uma espécie de “comunidade étnico-nacional”, ou seja, um povo. A terceira categoria é constituída pelos que rejeitaram tanto os Laços religiosos como comunitários, mas que os outros consideram, pelo menos em determinadas alturas, como judeus. A última categoria, a mais insólita, a que o escritor Roger Peyrefitte apelidava ironicamente de “judeus desconhecidos”, inclui aqueles cuja ascendência judaica é ignorada pelos outros e pelos próprios.

O QUE É UMA NAÇÃO?

Os judeus constituem assim um conjunto heterogêneo, que não é fácil apreender. Diferem em parte do conjunto “cristão” ou “muçulmano”, e não apenas porque sempre foram — voltarei a este assunto — por toda a parte minoritários. Formam por isso uma “nação”? Para o movimento sionista a resposta é óbvia: os judeus são inassimiláveis pelos outros povos entre os quais vivem, anseiam há dois mil anos por regressar à Palestina de onde foram expulsos. Então por que é que esta ambição não se manifestou em termos políticos antes do século XIX? O sionismo ilude a questão, que tem no entanto o mérito de incluir os judeus na história concreta e não no mundo etéreo das idéias.

Durante a Idade Média, o termo “nação” era entendido a partir da sua etimologia, nasci (nascer): uma nação é um conjunto de indivíduos nascidos num mesmo lugar e aos quais se atribui uma origem comum. Esta palavra, explica a historiadora Suzanne Citron, “podia também designar uma comunidade religiosa. Até à Revolução falava-se, em França, da “nação judaica”. (...) A língua, a religião são, entre outros, elementos da identidade colectiva que os antropólogos designam actualmente pela palavra “cultura”. A “nação”, no seu antigo sentido, era assim antes do mais cultural. Esta dimensão étnico-religiosa subsiste ainda na Europa de Leste e balcânica ou no Médio Oriente.

A Revolução Francesa marca o nascimento da nação moderna, baseada num conjunto de dados permanentes e estáveis ao longo dos séculos: comunidade de território, de língua, de história, de cultura. Ernest Renan, um dos mais brilhantes intelectuais da III República, numa célebre conferência realizada na Sorbonne a 26 de Março de 1882 e intitulada “O que é uma nação?”, dizia: “Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. É o coroar de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de dedicação; ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito em conjunto grandes obras, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo”. Esta vontade comum exprime-se na participação política dos cidadãos num quadro único, o Estado.

Nenhum critério “científico” permite definir se uma comunidade de pessoas constitui ou não uma nação. Que dizer dos corsos? Ou dos bretões? Ou dos bascos? Não nos é possível definir nação, assinala o historiador britânico Eric Hobsbawm, mas podemos acompanhar os movimentos nacionalistas. Alguns destes movimentos resultam outros falham. No primeiro caso, a nação consolida-se em torno do Estado; no segundo, dissolve-se, integra-se num conjunto dominante, ou por vezes resiste, como no caso curdo.

Porque, o mais frequente é a nação ter tido necessidade do Estado para se realizar plenamente, esse Estado que unifica o mercado nacional, erradica os particularismos assegura a lealdade dos

seus cidadãos. Para consolidar o apoio desses cidadãos, à partida em geral frágil, o Estado impõe também uma “história oficial” que remonta às origens. Vercingétorix foi “inventado” pela III República no seu esforço de legitimação; a Roménia de Nicolae Ceausescu assumia-se como descendente dos daces, uma população indo-europeia; os dirigentes da ex-Iugoslávia justificaram as suas loucas ambições com mitos históricos frequentemente absurdos. Apesar das suas pretensões à eternidade, as nações são, vale a pena repeti-lo, criações modernas, cuja pré-história é mais frequentemente imaginária do que real.

Existe então uma comunidade judaica coerente que tenha atravessado a história? Há alguma relação entre os judeus do reino de Salomão no século X antes de Cristo, o da Palestina nos tempos do Império Romano, os dos guetos do império czarista, os de Israel de hoje? No decurso dos dois últimos milênios, os judeus não estiveram ligados nem pelo território, nem pela língua — a maioria adoptou a língua local, tendo o hebreu ficado limitado às cerimónias religiosas —, nem pela História — as trajectórias dos judeus em Marrocos ou em França não têm qualquer paralelismo —, nem pelos costumes — os judeus aderiram aos costumes locais (no Irão, ainda hoje, se descalçam quando entram nas sinagogas). Em contrapartida, na Europa de Leste e na Rússia, nos séculos XVIII e XIX, adquiriram, como iremos ver, características quase nacionais.

OS HEBREUS: LENDA E HISTÓRIA

Na origem da história dos judeus está um dos textos mais sagrados da humanidade, a Bíblia, o Antigo Testamento para os cristãos. Ele descreve a lenda dos hebreus e do seu antepassado, Abraão, um pastor nômade da Mesopotâmia.

“O Senhor diz a Abraão: deixa o teu país, a tua família e a casa de teu pai e parte para o país que te indicarei. A partir de ti farei uma grande nação e abençoar-te-ei” (Gênesis). Abraão instala-se em Siquém, uma localidade hoje conhecida como Napluse. Depois os judeus são conduzidos para o Egipto, onde são reduzidos à escravidão. Moisés, salvo das águas pelo filho do faraó e príncipe do Egipto, salva-os do seu jugo. Eles fogem por volta do século XIV antes de Cristo, errando pelo Sinai, onde Moisés recebe de Deus os Dez Mandamentos. Alguns estudos consideram, como aliás Sigmund Freud em vários dos seus textos sobre Moisés, que os seus seguidores mais não eram que os fiéis a Akhenaton, o faraó que instaurou o culto de Aton, o Deus único. É perceptível uma semelhança entre o hino de Akhenaton ao deus Sol e o Salmo 104 da Bíblia, que começa por: “Abençoi, Senhor, a minha alma”, ambos falando das mercês da divindade.

Depois de ter errado pelo deserto, os hebreus instalam-se na Palestina, a terra prometida por Deus. Edificam-se reinos, nomeadamente os de Saul, de David e de Salomão por volta do século X antes de Cristo. Na nova capital, Jerusalém, eleva-se o Templo, um majestoso santuário glória de Deus. Em 597 antes de Cristo, Nabucodonosor soberano da Babilónia, conquista-a e destrói o Templo; muitos judeus são expulsos e reduzidos à escravidão, antes de serem autorizados, em 537, no reinado de Ciro, a regressar e a reconstruir o Templo. Até aí, mergulhai profundamente na lenda, ainda que esta seja considerada como “palavra sagrada” no ensino em Israel. Segundo dos mais eminentes arqueólogos israelitas, Israel Finstein, “os hebreus nunca estiveram no Egipto, não vaguearam pelo deserto, não conquistaram a Terra prometida. Os reinos de David e de Salomão descritos na Bíblia como potências regionais não passavam de pequenos reinos baixos”.

Os romanos conquistaram a Palestina no século I antes de Cristo. Em 70 depois de Cristo, Tito dirige uma campanha para esmagar a revolta dos judeus contra Roma que ocupa Jerusalém. Tenta opor-se à destruição, mas as 5 ordens não são acatadas, como foi registado por Flavius Josefo, historiador judeu ligado a Tito, em A Guerra Judeus: “Nem a exortação, nem a ameaça retiveram ímpeto das legiões que avançavam; deixaram-se todos arrastar exclusivamente pela sua cólera”. Na sequência de uma outra insurreição esmagada por Hadrien, sessenta anos mais tarde, Jerusalém foi interdita aos judeus, que entretanto não foram expulsos da Palestina; o seu exílio, sua diáspora, começou bem mais cedo. A partir do século I antes de Cristo, encontramo-los em todos os centros mercantis do Mediterrâneo ocidental. Eles representam terço da população de Alexandria. Muitas destas comunidades irão desaparecer ao longo da história, fundindo-se com as populações locais.

O triunfo do cristianismo — no início uma simples facção judaica —, e posteriormente a conversão do imperador, e como tal do império romano, inauguram uma nova era. Os judeus são por todo o lado minoritários, a não ser entre o Cáucaso e o Volga, no império dos khazares, povo de origem incerta cuja classe dirigente abraça o judaísmo no século VIII ou IX.

A condição dos judeus varia através dos séculos, em função dos países, das circunstâncias, das alianças; a fobia dos judeus também: não é nem permanente nem universal. Na Europa, até ao século XI, os judeus vivem no seio da população, sem segregação e sem limitações a nível profissional. Só a partir das Cruzadas é que um certo número de profissões, da mesma forma que a posse de terras, lhes são progressivamente interditas. Alguns dedicaram-se então aos empréstimos de dinheiro e ao comércio internacional, favorecido pelos contactos entre os membros da diáspora. Esta especialização de funções, susceptível de atizar ódios e invejas, fez deles bodes expiatórios fáceis para os governos. O reforço de um fundamentalismo religioso católico alimenta um clima persecutório. A partir de 1492, depois da reconquista dos reinos muçulmanos de Espanha, os judeus são expulsos da Península Ibérica. Muitos deles refugiam-se no império otomano, nomeadamente em Constantinopla. Porque o Islão é muitas vezes mais tolerante com eles. Mas não sempre: os poderes muçulmanos podem também, em períodos turbulentos, fazer deles bodes expiatórios, como aconteceu em Granada em 1066 ou em Marrocos em 1790. Encontram-se no Corão numerosas referências aos judeus.

Dizem respeito às alianças que o profeta Maomé, exilado em Medina, estabelece com as tribos árabes judaicas (sim, existem árabes judeus) da cidade, inicialmente favoráveis, estas referências adquirem um tom cada vez mais negativo à medida que Maomé consolida o seu poder e entra em confronto com essas tribos, que recusam converter-se à nova fé. As autoridades muçulmanas adoptam, conforme os períodos, uma interpretação aberta ou fechada dos textos sagrados. Com um balanço global bem mais positivo, pelo menos até ao século XVIII, do que o dos impérios cristãos.

Por que é que estas tão diversas “entidades judaicas” resistem ao longo de séculos? Por que é que a maioria dos judeus não foi assimilada pela sociedade dominante? Maxime Rodinson insiste na importância do “carácter pluralista destas sociedades, na insuficiência das forças unificadoras, na falta de um verdadeiro incentivo da ideologia preponderante no Estado para levar o totalitarismo até à destruição das ideologias rivais”. Sobretudo se essas minorias não constituem, como o protestantismo em França no século XVI, uma ameaça política ao poder estabelecido. O relativo quietismo dos judeus jogou assim a favor da sua preservação enquanto grupo. Até à criação do estado-nação moderno, numerosos particularismos, tanto regionais como linguísticos ou religiosos, mantêm-se.

A Revolução Francesa vai alterar esta situação. A unificação das nações acelera-se com a criação de um Estado forte e de uma economia integrada, com a afirmação de um nacionalismo moderno. Doravante, pelo menos na Europa Ocidental, as “comunidades”, religiosas ou regionais, tendem a dissolver-se, a perder as suas características — o que, até hoje, não acontece no mundo muçulmano, onde o indivíduo é definido pela sua pertença a uma comunidade religiosa. A emancipação dos judeus franceses pela Assembleia Constituinte, em 27 de Setembro de 1791, favorece esta evolução. “A França é a nossa Palestina, escreve um deles, as suas montanhas são o nosso Sião, os seus rios são o nosso Jordão. Bebamos a água das suas fontes, é a água da liberdade”. Persiste entretanto uma hostilidade dos católicos contra o “povo que matou Deus” (aquele que teria crucificado Jesus Cristo).

O SÉCULO XIX INVENTA AS “RAÇAS”

A tendência para a assimilação será contrariada pela emergência de uma nova forma de hostilidade em relação aos judeus, o anti-semitismo (o termo foi inventado em 1873), e pelo desenvolvimento paralelo do movimento sionista. No século XIX, esta hostilidade será alimentada pela invenção de uma nova “ciência”, a das “raças”. Um frenesim de “classificação” dos povos apodera-se do mundo científico e intelectual; e quem diz classificação diz em geral hierarquização.

Ela serve de justificação à aventura colonial e ao “necessário” domínio dos brancos. Jules Ferry explicava em 1885: “Repito que há para as classes superiores um direito, porque para elas há também um dever. Elas têm o direito de civilizar as raças inferiores”. Até aos anos 1930, na França republicana e na Europa, os zoos humanos são uma atracção com procura: aí são exibidos os povos primitivos. Os bons cidadãos acorrem para ver com os seus próprios olhos o que a grande imprensa qualificava então de “bando de animais exóticos, acompanhados por alguns indivíduos não menos singulares”.

Entre 1877 e 1912, uma trintena de “exposições etnológicas” deste tipo teve lugar no Jardim Zoológico de Paris, com permanente sucesso.

Os judeus serão também vítimas destas mesmas doutrinas, da mesma ciência das “raças”: assim, os arianos e os semitas constituiriam dois grupos de povos que teriam estado na origem da civilização e que depois teriam iniciado uma luta feroz. É sobre esta visão que o anti-semitismo se apóia, mas ele tem também as suas raízes no renascer do nacionalismo que varre a Europa nesse fim do século XIX e é acompanhado de uma crescente hostilidade em relação aos “estrangeiros”, tanto de fora como de dentro. O anti-semitismo, observa o historiador Henry Laurents, vem juntar-se “ao antijudaísmo tradicional (...), à incomodidade dos cristãos face à afirmação da sociedade laica, à emergência dos nacionalismos e à generalização de uma interpretação racial da história”. Este movimento coincide, na Europa Ocidental, com os pogroms anti-semitas promovidos pelo poder na Rússia czarista a partir de 1881.

Uma imagem dos judeus como um poder na sombra, onnipotente e riquíssimo — os “banqueiros judeus” ocultam a grande pobreza das massas judaicas que, nomeadamente na Europa de Leste, vivem numa miséria indescritível —, alimenta também o anti-semitismo. Ela é partilhada por muitos responsáveis políticos. Foi popularizada através de um célebre texto intitulado Protocolos dos Sábios do Sião que incluía, nomeadamente, o balanço das decisões tomadas por um pretenso congresso judeu, para garantir o controlo do mundo. Este documento apócrifo foi fabricado pela polícia política czarista em 1903, mas continua ainda hoje a ser levado a sério por alguns e a ser difundido.

THEODOR HERZEL E O SIONISMO

O sionismo político surge na segunda metade do século XIX, em resposta a esta nova forma de fobia contra os judeus. Inscreve-se no quadro dos movimentos nacionalistas modernos que abalam o conjunto da Europa de Leste e os impérios czarista, otomano e austro-húngaro; búlgaros e sérvios, húngaros e polacos, ucranianos e estonianos, por todo o lado as elites anseiam criar estados-nação segundo o modelo europeu ocidental.

A designação de sionista vem de Sião, colina de Jerusalém. Ela é o símbolo do regresso à terra prometida. Em todos os tempos, os religiosos judeus iam em peregrinação a Jerusalém, alguns para lá morrer. Mas o projecto do sionismo é outro: dar aos judeus de todo o mundo um centro espiritual e estatal. São os Amantes do Sião quem organiza, a partir de 1881, a primeira vaga de imigração moderna, a alya, a “subida” para a Palestina. Até 1903, junta 20.000 a 30.000 pessoas. O testemunho foi então tomado pelo sionismo político, que defende a criação de um Estado judaico. Este projecto alimenta-se de duas fontes. Por um lado, entre 1881 e 1884, na sequência do assassinato do czar Alexandre II, multiplicam-se os pogroms antijudeus no império czarista. Este atentado serve de justificação para a adopção de leis antijudaicas: *numerus clausus* nas universidades, restrições à liberdade de circulação, expulsões de judeus de Moscovo, integração forçada no exército em qualquer idade, etc. Por outro lado, em França, nos anos 1890, o caso Dreyfus gera uma vaga generalizada de anti-semitismo, o que choca um jovem jornalista chamado Theodor Herzl (1860-1904). Nascido em Budapeste, falando correntemente alemão e francês, cresceu numa família austríaca judaica bem integrada. Faz a cobertura do processo do capitão como correspondente do diário austríaco Neue Freie Presse. Escandalizado pelo persistente anti-semitismo que se fazia sentir na República, publica, em 1896, *L'état des juifs*.

Os judeus, considera, formam um povo e como tal precisam de um Estado — algumas

pessoas próximas de Herzl defendiam a sua implantação no Uganda ou na Argentina. Tanto mais, prossegue, que o anti-semitismo é “eterno”, independentemente das flutuações da História. Assimilação? “O nosso carácter nacional é demasiado conhecido historicamente e o seu valor ainda demasiado elevado (...) para que o seu desaparecimento seja desejável”, responde Herzl. Não passando esta opção de puro engano, os judeus devem voltar a ser um povo “normal” e como tal ocupar um território, no caso a Palestina. O primeiro congresso sionista tem lugar em Bâle a 29 de Agosto de 1897. A saída da reunião, Herzl escreve estas frases premonitórias: “Se eu tivesse que sintetizar o Congresso de Bâle numa palavra, diria: Em Bâle, lancei as bases do Estado judaico (...). Talvez nos próximos cinco anos e sem dúvida nos próximos 50 anos, será um facto”. Falhou apenas por um ano: o Estado de Israel nasceu em 15 de Maio de 1948.

Na Rússia, a nova vaga de pogroms de 1903-1906 coincide com a revolução de 1905. Um deles, em Kichinev, em Abril de 1903, provoca uma forte indignação internacional: no total foram mortas 49 pessoas; à luz dos massacres que se seguiriam, ainda se estava numa fase artesanal. Estas perseguições alimentam a segunda alya. Doravante, o movimento sionista vai de vento em poupa, nomeadamente a Leste, lá onde os judeus estão cada vez mais perto de formar o que se poderá chamar uma “comunidade nacional étnico-religiosa”. Obrigados a fixar residência, na Rússia, no início do século XVIII, num território de cerca de um milhão de quilómetros quadrados, do mar Báltico ao mar Negro, entre Yalta e Vilna — e nas margens ocidentais e meridionais desta zona, em Galicie, em Bukovine e na Roménia —, falam a mesma língua (o yiddish), professam a mesma religião e partilham o que designaríamos como um “destino comum”. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, acabam por ficar divididos entre diferentes estados-nação em vias de construção: Polónia, Roménia, Estados Bálticos, etc. Uma nacionalidade como as outras? — interroga-se então o historiador Pierre Vidal-Naquet. “A sua dimensão transnacional salvaguardava-a quer das vantagens quer dos inconvenientes das estruturas de um Estado nacional”, responde. A criação, a leste, de Estados nacionais que os excluem, tal como aos ciganos, confirma a ideia de que os judeus estão “simultaneamente dentro das nações e fora das nações”. Esta dimensão confere ao conjunto de judeus na Europa características próprias e explica nomeadamente o seu envolvimento em movimentos internacionalistas.

Porque o sionismo foi apenas uma das respostas possíveis, durante muito tempo claramente minoritária, à “questão judaica”. No fim do século XIX e antes da Primeira Guerra Mundial, a grande maioria dos judeus da Europa Central e da Rússia “volta com os pés”, emigrando em massa para Ocidente, e nomeadamente para os Estados Unidos, a terra prometida de tantos deserdados... Muitos outros, apostam na integração. A partir de 1880, e apesar do anti-semitismo, o número de casamentos mistos entre os judeus e alemães não cessa de crescer: entre 1901-1929, a proporção passa de 16,9% para 59%. Também em França, esta “assimilação” acelera-se. A participação activa dos judeus nos movimentos revolucionários internacionais, nomeadamente socialistas e comunistas, que defendem a fraternidade universal, pode ser considerada como outra forma de reacção às discriminações de que são objecto. Quanto aos religiosos, na sua maioria rejeitam o sionismo: o Estado judaico não pode renascer e o Templo não pode ser reerguido senão com a vinda do Messias.

O sionismo não é o único movimento organizado específico dos judeus de Leste. Em 1897 é criado o Bund, a União Geral dos Operários Judeus da Lituânia, Polónia e Rússia. Será um concorrente do sionismo mesmo até aos anos 30. Afirma-se nacionalista e socialista, baseia-se em princípios de classe, preconiza o yiddish como língua nacional e uma autonomia político-cultural de acordo com as teorias defendidas pelos que são designados de “austro-marxistas”. Os bundistas apelam à emancipação, “no local”, das massas judaicas, afirmando: “As palmeiras e os vinhedos da Palestina são-me estranhos”. Defendem a solidariedade dos operários judeus com a classe operária internacional e opõem o patriotismo da galout (o “exílio”) ao patriotismo sionista. Caído no esquecimento, este movimento irá escrever páginas gloriosas da história da Europa central, nomeadamente pelo seu papel na insurreição do gueto de Varsóvia em 1943. Será por fim esmagado na Polónia pelos nazis e na União Soviética pelos comunistas, cujas posições em relação à “questão judaica” flutuarão ao sabor dos acontecimentos e das reviravoltas doutrinárias. Para concorrer com o sionismo, a URSS irá até ao ponto de arquitectar uma república autónoma judaica, a Birobidjan,

no extremo oriental da Sibéria.

A criação do Estado de Israel consagra a vitória do movimento sionista, vitória tornada possível pelo anti-semitismo hitleriano e o genocídio. Este Estado reagrupa um número crescente de judeus do mundo — qualquer que seja a definição que se dê a este termo — mas inferior a 40%. Centenas de milhares de judeus preferiram a integração, nos Estados Unidos ou na Europa, apesar de Israel ter conseguido entretanto mobilizar muitos a favor das suas opções. Muito naturalmente, sentem-se mais seguros em Nova Iorque ou Paris do que em Telavive ou Jerusalém. Deveríamos ficar felizes com o triunfo deste nacionalismo estreito, em torno de um Estado? Albert Einstein escreveu: “A minha concepção da essência do judaísmo opõe-se à idéia de um Estado judaico, com fronteiras, um exército e uma qualquer forma de poder temporal, mesmo que limitado. Receio o desgaste interno que isso acarretará para o judaísmo — e sobretudo o crescimento de um nacionalismo estreito nas nossas próprias fileiras (...). Um regresso a uma nação, no sentido político do termo, equivale a afastarmo-nos da espiritualidade da nossa comunidade, espiritualidade à qual devemos o gênio dos nossos profetas”.

“O sionismo não é o corolário obrigatório, fatal, da continuidade de uma identidade judaica — assinala Maxime Rodinson —; é apenas uma das opções possíveis”. E esta opção é criticável, não apenas como qualquer ideologia nacionalista, mas também porque a sua concretização — a criação de um Estado judaico — não é possível sem o desapossamento dos palestinianos. O sionismo inscreveu-se plenamente — e foi esta uma das condições fundamentais da sua vitória — numa aventura colonial. Esta foi e continua a ser a sua principal falta.

UMA DIMENSÃO COLONIAL

Não está em causa o devotamento ou o idealismo de muitos militantes sionistas. Um jovem judeu desembarcado na Terra Prometida em 1926 escrevia: “Posso estar orgulhoso porque neste ano, desde que cheguei à Palestina, libertei-me do peso das impurezas da diáspora e purifiquei-me o melhor possível. Queria uma pátria. Ser um homem como os outros, igual aos outros, orgulhosos como eles de estar na Palestina. Desde o momento em que os meus pés pousaram na terra dos meus antepassados, quebrei todos os laços com a Europa e a América”. Mudou de nome, passou a chamar-se Chaim Shalom e declarou:

“Sou hebreu e o meu nome é hebreu porque sou originário do país dos hebreus”.

Apesar de um credo socialista — ou em alguns casos por isso mesmo —, os sionistas assemelhavam-se aos colonos que se instalaram na Argélia ou na África do Sul, convencidos de que faziam progredir a civilização junto das populações selvagens. O sionismo na Palestina, a despeito das suas formas específicas, está ligado ao movimento de colonização em dois planos: pela sua atitude com as populações “autóctones”; pela sua dependência em relação a uma metrópole, a Grã-Bretanha, pelo menos até 1945. Aliás, numa época em que o colonialismo não tinha a conotação negativa que tem hoje, Theodor Herzl escrevia a Cecil Rhodes, um dos conquistadores britânicos da África do Sul: “O meu programa é um programa colonial”. Zeev Jabotinsky, o dirigente do movimento sionista revisionista, regozijava-se, por seu lado: “Graças a Deus, nós, judeus, não temos nada em comum com o que se designa por “Oriente”. Devemos ajudar as pessoas do povo que são incultas e mantêm as tradições e as arcaicas leis espirituais do Oriente. Vamos para a Palestina, antes do mais pelo nosso “bem-estar” nacional, e depois para expurgar sistematicamente qualquer traço de “alma oriental”. Mordechai Ben Hillel Ha Cohen, um judeu instalado em Jerusalém, diz: “Somos na Palestina a população mais civilizada, ninguém pode competir conosco no plano cultural. A maioria dos indígenas são fellahs e beduínos que nada sabem da cultura ocidental. Ainda vai demorar o seu tempo até que aprendam a viver sem rapinas, roubos e outros delitos, se envergonhem da sua nudez e dos seus pés descalços e adotem um modo de vida em que prevaleça a propriedade privada, que sintam necessidade de ruas e calçadas alcatroadas, e que as escolas, as instituições de assistência e os tribunais se generalizem sem que haja corrupção”. Mas a insondável “alma oriental” parece resistir a décadas de civilização pois Moshé Katsav, o presidente de Israel, declara em Maio de 2001: “Há um abismo entre nós judeus e os nossos inimigos, não

apenas no que diz respeito a capacidades, mas também no plano da moral, da cultura, do carácter sagrado da vida e da consciência (...). Eles são nossos vizinhos, mas tem-se a sensação de que a escassas centenas de metros moram pessoas que não são do nosso continente, do nosso mundo, mas que na verdade pertencem a uma outra galáxia”. Serão humanos, estes palestinianos?

Na sequência dos motins em Jaffa em 1921, uma comissão de inquérito britânica assinala que o movimento não correspondia de forma alguma a um pogrom anti-semita, mas que os revoltosos odiavam os sionistas, não os judeus. O *Jewish Chronicle*, jornal dos judeus britânicos, protesta: “Tentem imaginar que os animais selvagens do jardim zoológico fogem das suas jaulas e matam alguns dos visitantes, e que a comissão encarregada de fazer o inquérito sobre as circunstâncias do ocorrido considera que a razão do drama é que os animais não gostavam das suas vítimas. Como se não fosse da responsabilidade da direcção do zoo manter os animais nas suas jaulas e garantir que estejam bem fechadas”. É o que se chama falar claro! Frantz Fanon, psiquiatra das Antilhas ligado à revolução argelina, autor de um célebre panfleto, *Os Condenados da Terra* (1961), constata: “A terminologia do colono, quando fala do colonizado, é uma terminologia zoológica. Alude-se aos movimentos reptilíneos do amarelo, às emanções da aldeia indígena, às hordas, ao fedor, ao pulular, ao bulício, às gesticulações. O colono, quando quer fazer uma descrição e encontrar a palavra adequada, reporta-se constantemente ao bestiário”.

A conquista da terra, assim como a “expulsão” dos autóctones, confirmam a dimensão colonial do movimento sionista. Um dos seus quadros reconhecia, já na primeira década do século XX: “A questão árabe revelou-se em toda a sua acuidade desde a primeira compra de terras, quando pela primeira vez tive que expulsar habitantes árabes para instalar em seu lugar os nossos irmãos. Durante muito tempo continuou a ressoar nos meus ouvidos a triste lamentação dos beduínos reunidos nessa noite em torno da tenda das negociações, antes de abandonarem a aldeia de Shamsin (...). Senti o coração apertado e percebi então a que ponto os beduínos estavam ligados à terra”. Metro quadrado após metro quadrado, os colonos judeus apoderaram-se das terras, expulsando os árabes.

Nenhum compromisso é possível, Ben Gourion tem perfeita consciência disso: “Todos consideram as relações entre judeus e árabes como problemáticas. Mas nem todos vêem que esta questão é insolúvel. Não há solução! Um abismo separa as duas comunidades. (...) Nós queremos que a Palestina seja a nossa pátria. Os árabes querem exactamente o mesmo”. Israel Zangwill, próximo de Theodor Herzl, explica na imprensa britânica, durante a Primeira Guerra Mundial: “Se pudéssemos expropriar, com compensação, os 600.000 árabes da Palestina, ou se os pudéssemos levar a imigrar para a Arábia, pois eles deslocam-se facilmente, seria a solução para o maior problema do sionismo”. Herzl confessa no seu diário em 1895: “Devemos expropriá-los com cuidado. O processo de expropriação e de deslocação dos pobres deve ser realizado de forma simultaneamente secreta e prudente”. Estará terminado, em grande medida, em 1948-1949, como irei mostrar no quinto capítulo.

É verdade que os judeus não vêm de uma “metrópole”. Vêm de diferentes países e não podem pensar em “regressar” à Rússia ou à Polónia, como aliás os europeus brancos, na sua maioria protestantes, instalados nas Américas e que encerraram os índios em reservas depois de terem tentado — e em parte conseguido — exterminá-los. Mas o movimento sionista beneficia ainda do apoio de Londres, sem o qual estaria votado ao fracasso: assim, apenas na década que se segue à instauração do mandato, contam-se 250.000 imigrantes, mais do dobro em relação à década anterior. “Durante todo o meu serviço na Palestina — escreve Arthur Wauchope, o alto-comissário britânico destacado para Jerusalém a partir de 1931 —, considerei meu dever encorajar o povoamento judeu e a minha maior ambição era garantir a sua segurança”. Aliás, fala mesmo da “grande aventura” da colonização. Nem a imigração, nem as compras de terras, nem a criação de estruturas estatais teriam sido possíveis sem o chapéu-de-chuva britânico. Claro, são sempre possíveis contradições entre os interesses dos Yishouv e os de Londres, como veremos no próximo capítulo, mas, pelo menos até 1939, foram secundárias.

Esta aliança é alimentada por aquilo que designarei de “afinidades culturais”. Dou um exemplo. Na sequência dos violentos motins que estalaram na Palestina em 1929, numerosos

responsáveis britânicos, no local ou na Grã-Bretanha, ficaram convencidos da necessidade de uma mudança de rumo que passasse por restrições à imigração e à compra de terras. O Ministério das Colônias prepara, em Outubro de 1930, um Livro Branco que retoma essas propostas. Mas Weizmann mexe todos os seus cordelinhos, Ben Gourion reúne com o primeiro-ministro britânico e obtém uma garantia de liberdade de imigração e de compra de terras, considerada como “carta negra” pelo árabes. O primeiro-ministro britânico debate mesmo com o número um sionista a forma de privilegiar os judeus nos acordos, em detrimento do princípio de paridade (tratamento igualitário para árabes e judeus) publicamente afirmado. Este retumbante sucesso deve-o o movimento à sua habilidade, aos seus contactos políticos, ao seu conhecimento do sistema político britânico. Os sionistas têm mais possibilidades de se fazer ouvir do que os representantes árabes ou palestinianos, cuja cultura, tradições e o próprio modo de negociar são estranhos para os europeus. Os sionistas são ocidentais a falar com ocidentais. Uma vantagem que irão utilizar em cada etapa do conflito.

Israel, para retomar a expressão de Maxime Rodinson, é uma “construção colonial”. Como a Austrália ou os Estados Unidos, o país nasceu de uma conquista, da expropriação dos autóctones. Em contrapartida, e ao contrário da África do Sul do apartheid, não é uma “sociedade colonial”, uma sociedade que precisa dos “indígenas” para sobreviver. Por outro lado, muito embora tenha sido erigida com base numa injustiça, Israel é actualmente um Estado reconhecido pela comunidade internacional, pelas Nações Unidas. Pensar, como houve quem o fizesse e há ainda quem o faça, que se pode “expulsar” os israelitas, mandá-los de volta, não é nem moralmente defensável nem politicamente realista. Uma injustiça não pode ser reparada com outra injustiça. Actualmente vivem na Terra Santa dois povos, um israelita, outro palestiniano. Pode-se sonhar, como alguns intelectuais palestinianos e israelitas, juntá-los num único Estado; é uma bela utopia que a nossa geração não verá concretizar-se. E, em qualquer dos casos, nenhuma solução poderá ser imposta de forma unilateral, nem aos palestinianos nem aos israelitas.

CAPÍTULO IV

NASCIMENTO DE ISRAEL, NAUFRÁGIO DA PALESTINA (1947-1949)

Regressemos ao momento-charneira de 1947-1949. O plano de partilha da Palestina é votado pelas Nações Unidas, nasce o Estado judaico, setecentos a oitocentos mil palestinianos tornam-se refugiados, as regras do confronto entre Israel e os seus vizinhos árabes estão fixadas. É também um período que suscita, ainda hoje, um sem-fim de controvérsias quanto à origem dos problemas e dos dramas que assolam a região.

INTRANSIGÊNCIA BRITÂNICA

1939: a Grã-Bretanha adota o Livro Branco que limita a imigração judaica e proíbe a compra de terras árabes (ver capítulo II). A revolta palestiniana foi esmagada. As tensões internas na Palestina mantêm-se fortes, mas são atenuadas pelo desencadear da Segunda Guerra Mundial, em Setembro de 1939. Esta acelera a marcha para a constituição de um Estado judaico, mas cria também um fosso entre Londres e o movimento sionista. Doravante a Grã-Bretanha teme sobretudo que o reforço do Yishouv possa enfraquecer a sua influência no Médio Oriente árabe. O movimento sionista, e nomeadamente David Ben Gourion, volta-se noutra direcção, para os Estados Unidos. Em Maio de 1942, no Hotel Biltmore, em Nova Iorque, realiza-se uma conferência sionista extraordinária que apela, abertamente, e pela primeira vez, à “criação de um Estado (Common wealth) judeu na Palestina”.

Para a concretização deste objectivo era necessário atrair centenas de milhares de “deslocados” judeus, sobreviventes dos campos de concentração da Europa, marcados por profunda perturbação e angústia. Para onde poderiam ir essas pessoas? Tanto os Estados Unidos como a Europa recusam acolhê-los. E os britânicos mantêm a política de restrição da imigração para a Palestina. É em relação a esse território que, durante uns tempos, se dirige o esforço principal do movimento sionista, que tenta alterar ainda os equilíbrios demográficos na Palestina: entre o fim da guerra e 15 de Maio de 1948, desembarcam aí setenta mil clandestinos. Mas a cobertura mediática da retenção, por navios britânicos, desses barcos carregados de sobreviventes dos campos de concentração reverte num formidável apoio à causa de Ben Gourion. A 27 de Setembro de 1945, os dirigentes sionistas denunciam o bloqueio da Palestina, que corresponde a “uma sentença de morte para estes judeus libertados, longo tempo retidos nos campos da Alemanha”. A opinião pública ocidental comove-se. Em contrapartida, para os árabes, trata-se de pura propaganda: e a nuance é que eles estão dispostos a acolher refugiados, mas não colonos.

A 12 de Agosto de 1946, as autoridades britânicas adoptam novas medidas contra a imigração, de que a mais dramática é o internamento no Chipre de todos os que forem interceptados. “Contrariamente ao que foi afirmado — proclama Londres —, este tráfico ilegal não é um movimento nascido espontaneamente entre os judeus da Europa que veriam na Palestina a sua perspectiva de futuro. Este tráfico foi organizado por pessoas sem escrúpulos que querem forçar o governo de Sua Majestade e antecipar as suas decisões em relação à política para a Palestina”. A política britânica em relação ao sionismo não regista nenhuma mudança de fundo depois do fim da guerra, apesar da derrota do conservador Winston Churchill nas eleições gerais de Julho de 1945 e a vitória dos trabalhistas, considerados mais favoráveis ao movimento sionista; pelo contrário, endurece, mas sem nunca atingir um ponto de não regresso. Tanto mais que os ingleses começam a fazer as malas.

Várias razões explicam este afastamento. Apesar de pertencer ao campo dos vencedores, o império “em que o sol nunca se põe” já não passava da sua própria sombra. A situação financeira do país é desesperada. Inicia-se o longo refluxo, que se materializa nomeadamente no abandono da

Índia, a jóia da coroa, em 1947. Por outro lado, a Grã-Bretanha defronta um forte movimento nacionalista árabe que ameaça os tronos dos seus protegidos, os reis do Iraque, da Transjordânia e do Egito. Impunha-se assim cuidar das relações com os seus aliados no próprio momento em que o sionismo reclama abertamente a urgente criação de um Estado judaico, situação que torna difícil o “dúplice discurso” que Londres pôde manter durante os anos 20 e 30.

Finalmente, no terreno, os sionistas desafiam cada vez mais abertamente a sua autoridade. Por um lado, milhares de judeus do Yishouv alistaram-se no exército britânico e aí adquiriram experiência militar. Em Maio-Junho de 1941, com a ajuda dos britânicos, que temiam uma invasão alemã, foi criada a Palmah, uma força armada permanente judaica de eficácia temível. Por outro lado, como vimos, a imigração clandestina alimenta o confronto e radicaliza o Yishouv, traumatizado com as informações sobre o genocídio. A maioria dos judeus da Palestina teve na sua família pessoas mortas, fuziladas, exterminadas nas câmaras de gás. Indignava-os a recusa de Londres em permitir a vinda dos sobreviventes. Primeiro, os grupos armados dissidentes — o Irgoun (ligado ao movimento revisionista) e o Lehi, uma pequena cisão —; depois, durante um curto período todas as milícias judaicas se lançam em acções contra os britânicos.

Em 1 de Fevereiro de 1944 o Irgoun, então dirigido por Menahem Begin — o mesmo que, trinta e quatro anos mais tarde, irá assinar a paz em Camp David com o presidente egípcio Sadate —, anuncia o fim das tréguas com os britânicos. Numa primeira fase, as suas acções são condenadas pela Haganah e pelo movimento trabalhista, que entregam aos britânicos alguns dos militantes desses movimentos. Mas o tom muda em Outubro de 1945, em particular em torno do drama dos imigrantes ilegais. Durante oito meses, os três grupos unem-se, atacando objectivos militares na Palestina. Assim começa o que se designa como a “revolta”. A mais espectacular destas acções ocorreu na noite de 17 de Junho de 1946, quando a Palmah faz saltar onze das pontes que ligam a Palestina aos países vizinhos. Mas um atentado espectacular e mortífero, levado a cabo pela Irgoun, em 22 de Julho de 1946, contra o Hotel King David, quartel-general militar e administrativo britânico, e que fez uma centena de mortos, põe fim à aliança; a Haganah condena este atentado e decide a dissolução da Irgoun, sem sucesso claro está. Mas nem o movimento trabalhista nem Londres querem provocar uma situação irreparável. Como faz notar o historiador israelita Tom Segev, os britânicos “nunca agiram contra os judeus com a mesma determinação e a mesma dureza que demonstraram a reprimir a revolta árabe”. E Ben Gourion, apesar das suas declarações belicistas, tenta até ao início de 1947 prolongar o mandato britânico, receando uma confrontação demasiado rápida com os árabes.

A ARBITRAGEM DAS NAÇÕES UNIDAS

Londres já tinha decidido. Em 18 de Fevereiro de 1947, o governo anuncia a sua decisão de levar a questão palestiniana às Nações Unidas: “Não podemos — reconhece o ministro dos Negócios Estrangeiros Ernest Bevin — aceitar as propostas apresentadas pelos árabes ou pelos judeus, ou impor uma solução a todos”. Tanto mais que a Grã-Bretanha não quer perder as simpatias dos Estados Unidos, favoráveis às aspirações dos judeus, num momento em que se perfila a guerra fria com a União Soviética.

Os Estados Unidos, embora tenham tendência para deixar para Londres a responsabilidade de gerir o conflito, sofrem a pressão de numerosos judeus americanos, nomeadamente em relação à questão da imigração. Em Agosto de 1945, o novo presidente, Harry Truman, que acaba de suceder a Franklin D. Roosevelt, declara-se partidário da concessão de cem mil vistos suplementares para os judeus na Palestina. Bem implantadas, as organizações sionistas mobilizam a opinião pública. Quando uma comissão anglo-americana se desloca em 1946 aos campos de deslocados, os representantes da Agência judaica organizam-se de forma a que aquela só se encontre com judeus favoráveis à imigração para a Palestina. Entretanto, um conselheiro do governo americano afirmava à época que, se os deixassem escolher, metade dos sobreviventes judeus preferiria os Estados Unidos à Palestina.

É neste contexto que as Nações Unidas criam uma comissão, mais uma — a décima sétima

desde 1917 — a debruçar-se sobre o destino da Palestina. A United Special Committee on Palestine (Unscop) reúne os representantes de onze países. É encarregada de elaborar o seu relatório até 1 de Setembro de 1947. A comissão chega ao local em Junho e depara-se com um país em guerra, paralisado pelo terrorismo dos grupos armados extremistas judeus. É boicotada pelo Alto Comité árabe enquanto a Agência judaica, ao invés, a rodeia de todas as “atenções”: vai ao ponto de instalar microfones ocultos nas salas onde se reúne a comissão, tomando desta forma conhecimento das posições de cada um dos comissários e do seu testemunho. Atribui a cada membro da Unscop acompanhantes que falam a sua língua; desencanta mesmo judeus suecos para se ocupar do seu presidente...

Embora a Agência judaica tente impor a sua perspectiva — a criação de um Estado judaico —, a Unscop ouve também os representantes de opiniões minoritárias, favoráveis a um Estado judaico-árabe. Apesar de ignorados, tiveram uma real influência nas sociedades judaica e árabe. De um lado, a Liga para a Aproximação e Cooperação Judaico-Arabe, apoiada nomeadamente por Hachomer Hatzair, um partido de extrema-esquerda que se apóia numa poderosa federação de kibboutz, preconiza “a construção da Palestina como pátria comum do povo judeu e regressado e do povo árabe e residente, e que deve basear-se numa compreensão e num acordo comum duráveis”. De outro, os comunistas, anti-sionistas, viram o seu partido dividir-se em 1943 entre uma organização judaica e a Liga de Libertação Nacional, muito activa entre os árabes. Recusam tanto a partilha como a dominação de um grupo sobre outro. Estas lutas mostram que existiam e continuam a existir correntes que recusam corajosamente a lógica de “nós ou eles”...

Três factores vão determinar a opinião da maioria dos membros da Unscop e levá-los a defender a partilha da Palestina e a criação de um Estado judaico: a tragédia dos “clandestinos”; o sucesso da colonização; a visita aos campos de morte.

Julho de 1947. Uma multidão comprime-se no porto de Haifa. Observa uma velha embarcação rodeada de navios de guerra britânicos. Sob o olhar de todos, os 4.500 embarcados, mulheres, velhos, crianças, sobreviventes miseráveis dos campos de morte, são brutalmente transferidos para outros barcos-prisão. Entre os assistentes estupefactos e revoltados, está Emil Sandstrom, o presidente sueco da Unscop. Será contactado, algumas horas mais tarde, por um padre americano, o reverendo John Grauel. O religioso tinha feito a viagem no paquete, fretado pela Haganah e rebaptizado Exodus 47, que deixou o porto de Sète em 12 de Julho de 1947. Fez um relato dramático da travessia, da forma como os britânicos tomaram de assalto a embarcação, matando pelo menos três pessoas. Termina com estas palavras: “Observei estas pessoas. Sei quem são. E garanto-lhe que os judeus instalados nos campos de “deslocados” europeus querem vir para a Palestina, virão para a Palestina e nada, a não ser uma guerra aberta e uma destruição completa, os impedirá de vir”.

Como poderiam os membros da Unscop não ficar impressionados? Tanto mais que a odisseia destes refugiados repelidos, transportados de porto em porto, arrasta-se por todo o Verão. São finalmente desembarcados à força... na Alemanha. O representante guatemalteco na Unscop, Jorge García Granados, refere nas suas memórias que essa foi “uma das decisões mais cínicas e estúpidas alguma vez tomadas por um governo civilizado”. Com base no episódio do Exodus foi feito um livro, depois um filme de grande espectáculo, que tem tão pouco a ver com a história real como Os Dez Mandamentos, o grande filme mítico de Cecil B. DeMille...

Quem poderia, nestas condições, ouvir os argumentos dos palestinianos? Para eles, o que estava em causa não era de maneira nenhuma o acolhimento de refugiados. Durante toda a Segunda Guerra Mundial, a Terra Santa servira de asilo a dezenas de milhares de pessoas que fugiam da guerra ou da repressão. Mas, neste caso, os “refugiados” pretendem “regressar” ao seu país, ocupar o lugar da população local...

Tendo as organizações árabes boicotado a Unscop, os delegados apenas ouviram o toque de um sino. E o seu timbre, em particular nos campos de “deslocados” na Europa, soava particularmente grave. A sombra do genocídio paira sobre os países de Leste. Pensa-se mesmo que ele pode recomeçar a qualquer momento. O conselheiro para as questões judaicas do exército americano em Munique afirma aos membros da comissão: “Se nos retirarmos amanhã, haverá

pogroms no dia seguinte. O anti-semitismo está em expansão. Os alemães detestam os “deslocados”. Um refugiado grego conta como foi deportado para Auschwitz, como a sua mulher e o seu filho de um ano de idade foram queimados nos crematórios; o seu único sonho, prossegue, é instalar-se na Palestina. Estes refugiados estão instalados a poucos quilômetros — por vezes mesmo dentro — das fábricas de morte de que conseguiram escapar, como o campo de Hahne, rica zona de ocupação britânica, próximo do campo de Bergen-Belsen onde as tropas britânicas encontraram dez mil cadáveres entre os barracões. Deixaram-nos morrer de fome...

Um factor contribui para a decisão assumida pelos membros da comissão: é o que designarei por “visão colonial”. Na Palestina, os vários observadores ocidentais que se sucederam nos anos 1940 destacavam todos a “diferença de desenvolvimento” entre judeus e árabes. Frank Aydelotte participa em 1946 numa comissão anglo-americana: “Parti de Washington com sentimentos bastante anti-sionistas... Mas quando se vê de tudo o que estes judeus fizeram da Palestina, trata-se do maior esforço criativo no mundo moderno. Os árabes não fizeram nada de semelhante e destruíram tudo o que os judeus fizeram. Não devemos permitir tal coisa”. O representante da Guatemala na Unscop conta, nas suas memórias, que, “lado a lado com o século XX, fomos encontrar vestígios do século XV. Carregadores de água árabes, curvados sob odres cheios, que andam a arrastar os pés, batendo com duas tigelas de lata para chamar a atenção para a sua mercadoria; e, de tempos a tempos, um burro percorrendo lentamente a rua, seguido de um árabe que lhe bate com um pau, enquanto os carros, buzinando com impaciência, fazem fila atrás dele”. De um lado a civilização, simbolizada pelo automóvel, do outro o mundo selvagem e os seus burros...

Aceitemos por um instante este raciocínio. Na Argélia, as plantações dos colonos franceses eram bem melhor cuidadas do que as dos camponeses árabes; deveria por isso ser recusada a independência à Argélia? Ninguém nega que, no tempo do apartheid, os bairros dos brancos eram “asseados, bem tratados, alegres”, enquanto os guetos dos negros eram “sujos, perigosos, nauseabundos”. Isto significa que a minoria branca deveria manter o poder? Em 1947, ninguém se questiona sobre se o atraso dos colonizados não seria, entre outras razões, o resultado da colonização... Na época, o grande movimento de descolonização estava apenas no início e o que designamos por “comunidade internacional”, que faz a diplomacia e forja os conceitos para analisar o mundo, era dominada por um punhado de países ocidentais.

A Unscop tira assim as suas conclusões; perfeitamente previsíveis. Se há acordo unânime em relação a pôr fim ao mandato britânico sobre a Palestina, a comissão está entretanto dividida quanto às outras recomendações: a maioria preconiza a partilha da Palestina em dois Estados, um judeu, outro árabe, com uma união económica entre ambos, ficando a região de Jerusalém e os lugares santos sob tutela internacional. Uma minoria defende um Estado federal independente constituídos por duas entidades, uma árabe, outra judaica. As negociações prosseguem para definir os contornos dos dois Estados. Finalmente, o plano é submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de Novembro de 1947: o Estado judaico deverá ocupar 55% da Palestina, com quinhentos mil judeus e quatrocentos mil árabes; o Estado árabe, com setecentos mil árabes e alguns milhares de judeus, o restante território; a zona de Jerusalém contará com cerca de duzentas mil pessoas, metade judeus, metade árabes.

Para poder “passar”, este texto tem que recolher dois terços dos votos da Assembleia Geral das Nações Unidas. A incerteza sobre o resultado mantém-se até ao último minuto. Os Estados Unidos multiplicam as pressões sobre os Estados hesitantes. A Grécia vê-se ameaçada de ser privada da ajuda americana em caso de rejeição, num momento em que está a braços com uma revolta comunista, mas Atenas votará, mesmo assim, contra. Em relação à Libéria, Washington insinua que poderá ser sujeita a um embargo sobre a borracha; Freetown cede. A própria França, que se absteve quando das votações preliminares, é “aconselhada” pelo amigo americano e adere ao plano da maioria. Finalmente, a Assembleia Geral das Nações Unidas “recomenda” a partilha da Palestina, por 33 votos contra 13 e 10 abstenções — na época, o número de membros das Nações Unidas (no essencial países europeus e latino-americanos) era reduzido, comparado aos cerca de 190 em 2001.

Israel teria sido criada, qualquer que fosse a votação da ONU. Na verdade, já existia

virtualmente desde fins de 1930. Entretanto, a decisão da ONU é importante na medida em que confere legitimidade ao projecto sionista. Ela estabelece também a base de qualquer solução na Palestina: “dois povos, dois Estados”. Em 1988, quando da proclamação do nascimento do seu Estado, os palestinianos farão referência a esta resolução 181 de 29 de Novembro de 1947...

OS MITOS DA GUERRA 1948-1949

Tudo está a postos para a guerra começar. A Grã-Bretanha absteve-se em relação à partilha do território; decide pôr fim ao seu mandato em 15 de Maio de 1948 mas não permite às Nações Unidas que a substitua para garantir uma transição pacífica. A partir de Dezembro de 1947, começam os confrontos entre judeus e árabes da Palestina. A 14 de Maio de 1948, Ben Gourion anuncia a criação do Estado de Israel, e no dia seguinte os exércitos de vários Estados árabes invadem a Palestina. Na sequência de uma guerra que se irá prolongar, entrecortada por tréguas, até Julho de 1949, Israel sai vitoriosa. Alargou as suas fronteiras muito para além do que estava previsto no plano de partilha. Desembarçou-se da grande maioria dos palestinianos residentes no seu território, remetendo-os à condição de refugiados. Ocupa a parte ocidental de Jerusalém, e faz dela a sua capital. Apenas dois territórios escaparam: a Cisjordânia (e Jerusalém Oriental), que a Jordânia anexa em 1950, e a pequena faixa de Gaza, que passa para tutela egípcia mas mantém a sua autonomia: ainda me lembro desses selos egípcios que se vendiam no Cairo em fins de 1950, com a palavra “Gaza” impressa...

A guerra de 1948-1949 deu lugar a numerosos mitos: os dirigentes sionistas teriam pretendido aplicar o plano de partilha; a vitória israelita contra cinco exércitos árabes assumia as dimensões de um prodígio — Análise de um Milagre é o título de uma obra de Arthur Koestler consagrada ao acontecimento —; os refugiados teriam partido por sua iniciativa ou ao apelo dos dirigentes árabes (voltarei a este assunto no próximo capítulo); Israel tentara insistentemente a paz com os seus vizinhos.

Israel é um Estado democrático, no que se refere aos cidadãos judeus, pois os árabes são sujeitos a discriminações em diversos domínios. Após trinta anos, os arquivos foram abertos aos investigadores, ainda que alguns deles, particularmente “sensíveis”, continuem inacessíveis. Permitiram no entanto “revisitar” numerosos mitos da história nacional. As “falsificações históricas” estão longe de ser uma novidade, ou uma particularidade da região. Ernest Renan, que já aqui citei, escrevia: “O silêncio, e eu diria mesmo o erro histórico são um factor essencial da criação de uma nação (...). A investigação histórica acaba sempre por trazer à luz actos de violência que ocorreram no início de todas as formações políticas”.

Também no Médio Oriente, a História ombreia, quase directamente, com as tragédias políticas. Estabelecer se os palestinianos foram expulsos em 1947-1949 ou se partiram por sua vontade tem, evidentemente, consequências concretas em relação ao seu estatuto actual e ao que se designa como “direito de regresso”. E pôr em causa os mitos que aqui evoquei desmonta a idêia da superioridade moral que Israel se arrogou no decurso da segunda metade do século XX.

Os palestinianos, tal como os Estados árabes — à excepção, como veremos, da Jordânia —, recusaram a partilha. Tendo em conta a correlação de forças, poderia considerar-se que teriam feito melhor em aceitá-la, como alguns deles pensaram... Podemos também entender que o princípio da partilha fosse sentido como particularmente intolerável. Por que razão 400.000 de entre eles deveriam passar a ser uma minoria num Estado judaico? Por que é que aos judeus, que representavam um terço da população, era atribuído 55% do território do país?

Quanto aos sionistas, a sua tática ultrapassou a dos adversários. Sabiam que discurso utilizar nas instâncias internacionais, mesmo que não estivessem dispostos a aceitá-lo de facto... Já há longos anos que o movimento sionista se via confrontado com propostas de partilha da Palestina, nomeadamente a da comissão Peel, em 1937. Ben Gourion aceitou-a em princípio, mas foi claro em relação aos membros do seu partido: “Tal como não considero esta proposta de Estado judaico como a solução definitiva para os problemas do povo judeu, não vejo a partilha de território como a solução definitiva para a questão da Palestina. Os que rejeitam a partilha do território têm razão

porque este país não pode ser dividido, pois constitui uma entidade única, não apenas de um ponto de vista histórico, mas também geográfico e econômico”. Dirigindo-se ao executivo sionista, foi ainda mais directo: “Após a organização de um grande exército no quadro da fundação do Estado, acabaremos com a partilha de terras e ocuparemos o conjunto da Palestina”. Já em 1937 a aceitação do princípio da partilha era pura e simplesmente tática. Sê-lo-ia também em 1947.

Na sua intervenção, em 3 de Dezembro de 1947, perante a Histadrut, a central operária judaica, Ben Gourion afirma que o plano de partilha que tinha acabado de aceitar publicamente “não proporciona as bases para um Estado judaico estável. Devemos encarar esse facto com clareza e objectividade. Uma tal divisão nem sequer nos dá uma garantia absoluta de que o controlo permanecerá nas mãos da maioria judaica”. E sublinha em numerosas ocasiões que os limites do Estado judaico serão determinados pela força das armas. O texto da declaração da independência de 14 de Maio de 1948 não contém, aliás, qualquer menção nem à resolução de 29 de Novembro de 1947, nem à questão das fronteiras. Simultaneamente, os seus representantes garantem ao presidente norte-americano que o Estado de Israel foi fundado “nas fronteiras aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas”. Pura mistificação...

Assim, os sionistas violaram abertamente as recomendações da resolução 181. Esta propunha um período de transição de dois anos (até Setembro de 1949) para pôr de pé nomeadamente a união económica. Ora, Ben Gourion decidiu a proclamação do Estado em 14 de Maio de 1948, liquidando qualquer hipótese de compromisso. Por outro lado, pretendia a todo o custo impedir a criação de um Estado palestino, também neste caso contra a Carta do plano de partilha. Uma tal possibilidade existiria de facto? Sabe-se pouco sobre a opinião dos palestinos. O que é certo é que o Alto Comité árabe, sob a égide de Hajj Amine El Husseini, rejeitou categoricamente a resolução das Nações Unidas, de acordo com a opinião majoritária. Mas terá sido o Alto Comité muito criticado, e os palestinos estariam prontos a lutar? Muitas aldeias árabes assinaram acordos de não-beligerância com os seus vizinhos judeus. Como sublinha um responsável sionista, “a maioria das massas palestinas aceitava a partilha como um dado adquirido e não acreditava na possibilidade de a recusar”. Ben Gourion assinalava em 14 de Março de 1948:

“Na sua grande maioria, eles não nos querem combater”. Alguns dirigentes de organizações influentes, como a Liga de Libertação Nacional (comunista), defendiam um compromisso. Ninguém poderá dizer se um acordo teria ou não sido possível, mas em momento algum Ben Gourion encarou seriamente uma tal opção.

Já tinha sido negociada uma partilha de facto com o emir Abdallah da Jordânia. Os Estados árabes estavam profundamente divididos. A Jordânia, que integrava a Legião Árabe, o mais eficaz dos exércitos árabes, cobiçava uma parte da Palestina — e alinhava com os sionistas para esmagar os palestinos. O rei Farouk do Egipto só tardiamente impôs a invasão aos seus reticentes generais. Síria desconfiava das ambições das dinastias hachemit de Amã e Bagdad. Nenhuma forma de coordenação, nenhum plano comum de batalha foi elaborado pelos países árabes.

Por outro lado, a 14 de Maio de 1948, o total das forças árabes no teatro de operações, tanto dos Estados que tinham invadido a Palestina como dos próprios palestinos não ultrapassava os 25.000 soldados, enquanto recém-criado exército de Israel, Tsahal, juntava 3.500 homens, atingindo os cem mil em Dezembro. Em qualquer das etapas, o exército israelita contou sempre com mais soldados do que todos os exércitos seus inimigos juntos. Se durante os primeiros meses dispunha de pouco material pesado, superou essa fraqueza recorrendo ao fornecimento clandestino, e ilegal, de armas provenientes da Checoslováquia. Um dos elementos mais insólitos deste conflito, tendo em conta a inflexão que depois se registou foi o apoio moral e material da União Soviética e seus aliados ao movimento sionista, sendo então objectivo prioritário de Moscovo forçar a saída dos britânicos da região. A derrota árabe inscreve-se assim nas estratégias de forças. É verdade que David venceu Golias, mas era um Golias com pés de barro... Entretanto, Israel perdeu mil pessoas durante os combates, ou seja, 1% da sua população, e esta sentiu-se como se, uma vez mais, tivesse estado à beira do extermínio.

Logo que entram em vigor os acordos de armistício com os países árabes — o último foi assinado com a Síria em Julho de 1949 —, Israel estende-se sobre um território bem mais vasto do

que o previsto pelo plano de partilha, cerca de 78% da Palestina. Assumiu igualmente o controlo da parte ocidental de Jerusalém. Enfim, o Estado, na prática “eticamente puro”, conta apenas cerca de 150.000 palestinianos, sujeitos a um regime militar até 1966.

Para concluir este capítulo, impõe-se desmascarar uma última mentira, a de que Israel sempre procurou a paz com os seus vizinhos mas nunca terá encontrado correspondência do lado árabe. É bem diverso o discurso que emerge dos arquivos. Depois da guerra estabelecem-se contactos com os três principais vizinhos — a Jordânia, a Síria e o Egipto. Israel recusa sempre qualquer concessão para obter a paz: “queremos a paz em troca da paz”, escreve Ben Gourion. Não está em causa, nem a devolução dos territórios conquistados nem tão-pouco a autorização para o regresso dos refugiados palestinianos. O primeiro ministro israelita admite mesmo a conquista da Cisjordânia e de Gaza.

Por mais de uma vez, entre 1949 e 1951, o emir Abdallah da Jordânia propõe diversos compromissos, que são rejeitados. Moshé Sharett, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, relata: “O rei da Transjordânia diz que quer a paz imediatamente. Claro que nós respondemos que também queremos a paz, mas que não é preciso correr, basta andar”. Abdallah será assassinado em 20 de Julho de 1951, por um palestiniano....

Em Março de 1949, em Damasco, pela primeira mas não pela última vez, o exército assume o poder, sob a direcção do coronel Hosni El Zaim. Propõe então a Israel uma paz oficial com abertura de embaixadas. Em troca, pede algumas concessões no que respeita à água e aos territórios, mas declara-se prestes a acolher trezentos mil refugiados palestinianos. Ben Gourion rejeita estas propostas, tal como a proposta de um encontro directo com o dirigente sírio. El Zaim será derrubado a 14 de Agosto de 1949 e executado. No que respeita ao Egipto, principal potência do mundo árabe, tanto o regime do rei Farouk como, após o golpe de Estado dos “oficiais livres” de 23 de Julho de 1952, o de Gamal Abdel Nasser, negociam secretamente com Israel. Até 1955 avança-se com vários planos, alguns sob a égide dos Estados Unidos.

É uma evidência que Israel não “correu” atrás da paz. Claro que a instabilidade do mundo árabe, traumatizado pela derrota, dividido em correntes rivais, pesava em qualquer negociação. Nada garante que estas “aberturas” tivessem conduzido à paz. Mas esta via nem sequer foi explorada pelo Estado judaico. Como explicava a Ben Gourion Abba Eban, o representante israelita nas Nações Unidas: “Não devemos correr atrás da paz. Para nós bastam os acordos de armistício. Se correremos atrás da paz, os árabes exigirão o seu preço: ou territórios, ou o regresso dos refugiados, ou ambos. É melhor esperar alguns anos”. Cinquenta anos depois, continua-se à espera.

CAPÍTULO V

DO GENOCÍDIO À EXPULSÃO, OS SOFRIMENTOS DO OUTRO

Já estou a ouvir os protestos indignados, os brados de vingança, os processos de intenção. Como se podem misturar acontecimentos, como se pode comparar o que não é comparável? Para uns, a Shoah é um acontecimento único. Para outros, os palestinianos não são responsáveis pelo genocídio dos judeus, e a sua evocação não passa de “manipulação”, nada tem a ver com o conflito do Médio Oriente.

Deixemo-los com a sua indignação. Os factos são teimosos, mesmo que nos recusemos a vê-los. Parto de uma constatação simples: tanto os judeus israelitas como os palestinianos estão marcados por um profundo sofrimento, por um medo existencial. Para os primeiros, o genocídio nazi faz parte integrante da sua identidade e temem a sua “repetição”; cada atentado é vivido como o sinal de um possível ressurgimento da “besta imunda” que foi o nazismo, por vezes como a prova de um “eterno anti-semitismo”. Para os palestinianos, a expulsão e o desenraizamento de 1948-1949 são uma prova traumática de que continuam a sofrer os efeitos, temendo, também eles, a sua “repetição”. Muitas centenas de milhares foram novamente expulsos em 1967; e a “transferência” dos palestinianos da Cisjordânia e de Gaza para os países árabes não é uma ameaça sistematicamente agitada pelos responsáveis israelitas? Estes dois medos impregnam os protagonistas, as suas visões do mundo, os seus comportamentos quotidianos. Para retomar uma formulação de Karl Marx, elas tomaram-se numa “força material”. Ignorá-lo é privar-se de compreender uma das dimensões determinantes do conflito.

Antes do mais, clarifiquemos os termos do debate. Não se trata minimamente de “comparar”, por um lado, o genocídio, a vontade que lhe está subjacente de liquidação metódica de milhões de pessoas com base na sua religião ou na sua “raça”, com, por outro, a expulsão, momento traumático para os palestinianos mas que não é sinónimo de extermínio, mesmo que seja acompanhado de massacres. Aliás, os dois acontecimentos não têm lugar no mesmo continente, não envolvem os mesmos actores, não resultam de circunstâncias análogas. É verdade que os judeus foram massacrados pelos nazis, mas os palestinianos, expulsos primeiro pelas milícias judaicas e depois pelo exército israelita, sem terem qualquer espécie de responsabilidade no genocídio, foram de alguma forma vítimas indirectas. Enfim, para eles, o exílio continua e o seu calvário não gerou o mínimo reconhecimento oficial nem qualquer forma de “arrependimento”, tanto da parte de Israel como da comunidade internacional.

Os israelitas falam da Shoah, os palestinianos evocam a Nakba; ambos os termos podem ser traduzidos por “catástrofe”. Tanto para uns como para outros poderíamos invocar as palavras de Andrómaca, sobre a queda de Tróia: “Uma noite cruel, que foi para todo um povo uma noite eterna”. Tentarei re-situar os percursos de cada um destes dois cataclismos.

A “SHOAH”

Com a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, em Janeiro de 1933, as perseguições aos judeus assumem um carácter sistemático. Mas só se transformam em extermínio após o início da Segunda Guerra Mundial. A invasão da União Soviética, em Junho de 1941, marca uma etapa. “No que respeita à questão dos judeus, o Führer estava decidido a fazer uma limpeza geral. Tinha avisado os judeus de que, se fosse desencadeada mais uma guerra mundial, seria o seu fim. Não eram meras palavras. A guerra mundial começou, o esmagamento dos judeus impôs-se inevitavelmente. Esta questão deve ser encarada sem qualquer sentimentalismo”. Assim fala Josef Goebbels, o responsável pela propaganda nazi, do discurso de Adolf Hitler aos deputados do Reich, em Berlim, a 12 de Dezembro de 1941. Os massacres em grande escala tinham já começado nos

territórios de Leste, na União Soviética. Em cada cidade, em cada aldeia, centenas, mesmo milhares de judeus e comunistas são liquidados por comandos especializados, os Einsatz-gruppen, e muitas vezes enterrados em valas comuns. Os relatos destes actos abomináveis foram recolhidos por dois grandes escritores soviéticos, Ilya Ehrenburg e Vassili Grossman, numa obra impressionante: O Livro Negro sobre a celerada exterminação dos judeus pelos invasores fascistas alemães nas zonas provisoriamente ocupadas da URSS e nos campos de extermínio na Polónia.

É então que Hitler toma a decisão de passar do massacre “artesanal”, chamemos-lhe assim, para o massacre industrial: o primeiro campo de morte abre em fins de 1941, o gaseamento em massa começa em Auschwitz na Primavera-Verão de 1942 com a utilização de um poderoso desinfetante, o Zyklon B. Esta liquidação visa todos os judeus, mas também outros grupos “indesejáveis”, como os ciganos. Que dizer do horror destes crimes? Há milhares de testemunhos. Por vezes é tal a saturação que já não somos capazes de os ouvir nem de lhe extrair as lições. Tanto mais que há do melhor e do pior, o autêntico e o falso, o ouro e o chumbo. Limito-me aqui a citar algumas linhas retiradas de dois testemunhos.

Quando do processo contra Adolf Eichmann, um dos organizadores da “solução final”, em Israel em 1961, o escritor Yehiel Di-Nur conta a sua experiência do campo de Auschwitz: “Estive lá cerca de dois anos. Cada fracção de segundo fazia parte de um tempo diferente. Os habitantes deste planeta não tinham nome. Não tinham pais nem filhos. Não se vestiam como nós nos vestimos. Não tinham lá nascido e não iam aí gerar os seus filhos. A sua própria respiração era ritmada por leis de outra natureza. Não viviam nem morriam segundo as leis deste mundo. Os seus nomes eram números (...). Estou a vê-los, estão a olhar para mim, estou a vê-los”.

Primo Levi, nascido em Turim em 1919, também ele deportado para Auschwitz em 1943, escreve em Se For um Homem, em 1947: “Imaginemos agora um homem privado não apenas dos seus entes queridos, mas da sua casa, dos seus hábitos, das suas roupas, enfim de tudo, literalmente de tudo, o que possuía: será um homem vazio, reduzido ao sofrimento e à necessidade, privado de qualquer discernimento, esquecido de toda a dignidade: porque não é raro, quando se perdeu tudo, perder-se também a si próprio; será um homem de quem se poderá decidir a vida ou a morte de coração leve, sem qualquer espécie de consideração humana, a não ser, quando muito, um critério de utilidade. Compreenderemos então o duplo sentido do termo “campo de extermínio” e o que entendemos pela expressão “bater no fundo”. E, mais adiante, acrescenta:

“Fomos transportados em vagões superlotados, vimos as nossas mulheres e os nossos filhos partir para o nada; e nós, transformados em escravos, repetimos centenas de vezes o percurso sempre igual dos animais de trabalho, mortos interiormente antes de morrer de facto, anonimamente. Não regressaremos. Ninguém sairá daqui, que possa levar até ao mundo, com a marca impressa na carne, a sinistra notícia do que, em Auschwitz, o homem pôde fazer a outro homem”.

Como qualquer acontecimento histórico, o genocídio dos judeus suscitou debates e controvérsias. Antes do mais sobre o seu lugar e significado: é um caso único? Será de ler nele a prova de um eterno anti-semitismo? Que lições morais extrair? Depois, sobre a sua “utilização”: aqui, reaproximamo-nos das margens do conflito israelo-palestiniano. Finalmente, e é o mais assustador, sobre a sua própria “existência”: uma corrente “negacionista” defende que o genocídio nunca aconteceu, que as câmaras de gás são uma invenção dos judeus, ou dos sionistas, para suscitar a piedade e a solidariedade com Israel.

Retomemos estas questões por ordem. O genocídio dos judeus (ou Shoah) — não utilizarei o termo “holocausto”, porque implica um sacrifício religioso das vítimas — inscreve-se na lógica da estratégia nazi. Esta não foi exclusivamente dirigida contra os judeus, mesmos que eles tenham sido as suas principais vítimas. Os ciganos, já referidos, os eslavos, e em particular os polacos, eram igualmente visados. Se Hitler tivesse alcançado a vitória, teria alargado a sua política de exterminação a todos aqueles que os nazis considerassem como “sub-humanos”. Como assinala o jornalista israelita Boaz Evron, o anti-semitismo estava “no coração do sistema de exterminação, mas esse sistema era mais vasto; tratava-se de um sistema de “selecção” infundável, uma instituição fundamental e permanente do império nazi”. E acrescenta: “O massacre dos judeus da Europa não é

um fenómeno exclusivo da história judaica, mas faz parte do aprofundamento geral do sistema europeu (...). Os judeus não são uma raça à parte e radicalmente diferente do resto da humanidade, como pretendiam os nazis, e como o desejariam os supranacionalistas”. De facto, para muitos sionistas, o genocídio dos judeus só seria explicável pelo ódio “eterno” em relação ao “povo escolhido”; não poderia assim ser comparado a outros genocídios, nem inscrever-se na história da Europa dos anos 1930.

Gostaria de abordar esta questão de um outro ângulo. Nas suas reflexões sobre os “abusos da memória”, o filósofo Tzvetan Todorov explica que, se o trabalho de recuperação do passado é importante, mais importante ainda é o uso que dele fazemos. O acontecimento recuperado, afirma, pode ser interpretado quer de forma “literal” quer de forma “exemplar”. No primeiro caso, o facto traumatizante — aqui o genocídio dos judeus — fica fechado sobre si próprio, não é comparável, não lhe extraímos qualquer lição para a vida actual; permanece impenetrável para quem não pertencer ao grupo perseguido. No segundo caso, pelo contrário, decidimos “utilizá-lo (e servir-mo-nos dele) como um modelo para compreender situações novas”.

Demasiado abstracto? Tentemos descer ao terreno, à Terra Santa. O historiador israelita Tom Segev, já citado, resume assim as duas lições contraditórias que a sociedade israelita pode tirar do genocídio dos judeus: 1) Ninguém tem o direito de “lembrar aos israelitas imperativos morais como o respeito pelos direitos humanos”, porque os judeus sofreram demasiado e os governos estrangeiros foram incapazes de os ajudar; 2) podemos, pelo contrário, pensar que o genocídio “intima cada um de nós a preservar a democracia, combater o racismo, defender os direitos humanos”. Este um debate presente em qualquer comunidade traumatizada. Contra os autismos comunitários, impõe-se tirar do genocídio dos judeus uma lição humanista, universal. “Vocês não podem compreender”, dizem alguns judeus... Pois, justamente, podemos compreender. O genocídio dos judeus não é um facto inacessível a todos os não-judeus, não é um assunto que diga respeito apenas aos judeus, mas a todos os seres humanos. Faz parte do património comum da humanidade. Devemos reflectir sobre ele, precisamente porque nos questiona sobre a nossa “humanidade”. Como foi possível, por exemplo, que milhões de seres humanos tenham participado, sem hesitações, no funcionamento do enorme complexo industrial dos campos de extermínio? Estaremos nós, tal como somos, ao abrigo de tal coisa? Não se trata aqui de saber o que faríamos na mesma situação — a História não se repete —, mas de nos perguntarmos porquê, depois do genocídio dos judeus, foi ainda possível o século XX registar tantas monstruosidades. Marek Edelman, um dos dirigentes da insurreição do gueto de Varsóvia em 1943, fez o seguinte comentário a propósito da guerra na Bósnia-Herzegovina: “É uma vitória póstuma de Hitler”. Não se trata, como sublinha Tzvetan Todorov, de fazer uma amálgama fácil entre o genocídio e os acontecimentos da ex-Iugoslávia, mas de sublinhar o que aproxima estes dois acontecimentos, a “purificação étnica”.

Nesta perspectiva, podemos interrogarmo-nos sobre o carácter “ritual” da comemoração do genocídio dos judeus, em geral desligada de qualquer lição moral concreta ligada ao mundo em que vivemos. A força de querer fazer dele um acontecimento à parte, retira-se-lhe qualquer dimensão pedagógica.

O debate sobre a guerra da Argélia deveria entretanto levar-nos a pensar mais globalmente. A colonização apoiou-se na ideia de uma “hierarquia” das civilizações, na teoria da evolução aplicada às sociedades humanas. No século XIX, esta doutrina da supremacia viu-se corroborada pela invenção do conceito de “raça”, conceito investido de toda a aura que rodeia a ciência positivista. “Não há forma de filantropia ou teoria racial que possa convencer as pessoas razoáveis de que a preservação de uma tribo de cafres da África do Sul seja mais importante para o futuro da humanidade do que a expansão das grandes nações europeias e da raça branca em geral”, escrevia o teórico alemão Paul Rohrbach, no best-seller publicado em 1912 “O Pensamento Alemão no Mundo”. Esta visão de escalonamento racial contribuiu também para o nascimento do anti-semitismo moderno no qual Hitler baseou a sua política de extermínio. Explicar esta “correlação” permitiria, por exemplo, levar os jovens originários do Magrebe ou da África negra a compreenderem melhor por que é que a história da Segunda Guerra Mundial também lhes diz respeito: os seus pais e avós foram vítimas das mesmas teorias delirantes e criminosas que os

judeus.

O genocídio é transporte para o cerne do conflito israelo-palestiniano. Como todos os acontecimentos históricos, é “instrumentalizado”, utilizado com fins políticos. Para os sionistas, ele é a prova da necessidade de Israel como refúgio para os judeus do mundo. Ele serve também para “intimidar” os críticos do Estado de Israel considerados como anti-semitas mais ou menos camuflados, e para reforçar a solidariedade das opiniões públicas ocidentais. Claro que se impõe recusar esta chantagem... Mas nada seria mais nefasto do que reduzir a memória judaica — ou mesmo israelita — do genocídio a simples propaganda. Muitos israelitas têm mesmo medo, apesar da superioridade incontestável do seu país. Viveram com angústia a crise do Verão de 1967 — na véspera da Guerra dos Seis Dias, contra o Egito, a Síria e a Jordânia —, angústia avivada pelos apelos incendiários das rádios árabes. Parecia-lhes vislumbrar nestas declarações uma ligação com a propaganda dos nazis. E a forma como, por vezes, eram recebidos no mundo árabe alguns apóstolos do negacionismo não podia deixar de reforçar este sentimento.

De resto, participei nestes últimos meses em numerosos debates, nomeadamente com jovens franceses muçulmanos, sobre o drama palestino e em torno de *O Islão em Questão*, um livro de diálogos com Tariq Ramadan. Apercebi-me, por vezes, de alguma perturbação em torno do genocídio dos judeus, da sua utilização, do seu lugar na História. Não podemos deixar instalar-se a confusão alimentada pelos negacionistas.

ROGER GARAUDY E O NEGACIONISMO

Sintetizemos as histórias que nos andam a vender, como lembra Pierre Vidal-Naquet: o genocídio é um “mito” e as câmaras de gás uma invenção. Um dos porta-vozes desta “seita”, Robert Faurisson, afirma: “Hitler jamais ordenou nem admitiu que alguém fosse morto devido à sua raça ou religião”. A “solução final” não teria passado da expulsão dos judeus para Leste e o número de vítimas não teria excedido algumas centenas de milhares. Este grupo esteve ligado, desde a sua origem, aos nostálgicos do nazismo, aos partidários da extrema-direita e do anti-semitismo. Contam-se também nas suas fileiras alguns iluminados, ingénuos, gente crédula. Em França, inclui alguns trânsfugas da extrema-esquerda, animados por uma hostilidade radical em relação ao sionismo e a Israel.

A 13 de Julho de 1990, a França adoptou a Lei Gayssot, que altera a lei sobre liberdade de imprensa acrescentando-lhe o artigo 24 bis: é passível de sanção (prisão por um ano e multa de 300.000 francos, mais outras penas anexas) quem conteste “a existência de um ou vários crimes contra a humanidade tal como se encontram definidos pelo Artigo 6º do estatuto do Tribunal Militar Internacional anexo ao acordo de Londres de 8 de Agosto de 1945 e que tenham sido cometidos, ou por membros de uma organização declarada como criminosa em aplicação do Artigo 9º do dito estatuto, ou por uma pessoa reconhecidamente culpada de tais crimes por um tribunal francês ou internacional”. Dito de forma mais clara, não se tem o direito de negar a existência de “crimes contra a humanidade”, e nomeadamente o genocídio dos judeus.

Seria necessário um tal texto? Nos Estados Unidos, o direito de emitir opiniões racistas, de negar o genocídio, é garantido pela Constituição. Em França, não. Qualquer destas opções tem as suas vantagens e os seus inconvenientes.

Não sei se me resignaria a que fosse possível defender-se, por exemplo na televisão, teorias hostis aos árabes, aos negros, aos judeus. Por outro lado, condenar alguém porque nega o genocídio dos judeus pode levar à ideia de que haveria uma verdade de Estado “acima de qualquer debate” que impediria o trabalho dos historiadores.

Uma tal “verdade”, que escapa à investigação, não existe em França nem no mundo ocidental. Entre 1990 e 1995, apareceram quase tantos trabalhos sobre a perseguição e extermínio dos judeus como entre 1945 e 1984. Numerosos estudos pontuais permitiram esclarecer os mecanismos da exterminação, a situação nos campos de morte, as categorias de população visadas. Há opiniões muito diversas entre os historiadores. Alguns consideram que a política anti-semita seguia um caminho determinado, definido à partida no *Mein Kampf* e com um objectivo claro: a exterminação

dos judeus. Outros sublinham a indefinição das intenções dos nazis e lembram que foram necessários anos de debates, de hesitações, de confrontos entre os centros de poder rivais sob a arbitragem de Hitler para que a “solução final” se impusesse.

Por que é que, apesar de todas as provas disponíveis, há quem continue a duvidar da existência do genocídio? Os “negacionistas” não são o único grupo a defender teorias ao arrepio dos factos. Milhões de americanos pensam que o seu governo e o mundo estão infiltrados por extraterrestres. Há dez anos a esta parte que há quem considere, incluindo cientistas reconhecidos, que o vírus HIV não está na origem da sida. Mas as teses de Robert Faurisson e dos seus adeptos alimentam-se do anti-semitismo tradicional e, mais recentemente, apoiam-se numa crítica radical do Estado de Israel. O raciocínio é o seguinte: Israel utiliza o genocídio para estabelecer a sua legitimidade, como tal é preciso negar o genocídio para lhe retirar legitimidade. Estas teses viram o seu interesse renovado em França e no mundo árabe com Roger Garaudy.

Este homem tem um percurso no mínimo surpreendente: comunista e estalinista nos anos 1950 e 1960, “comunista renovador” nos anos 1970, sentiu-se depois fascinado pelo cristianismo antes de se converter ao islamismo. Convicções fortes, portanto, mas pouco duradouras. Em 1996, publica uma obra intitulada *Os Mitos Fundadores da Política Israelita*. Em virtude da Lei Gayssot, é condenado pelos tribunais franceses por “contestação de crimes contra a humanidade”. Numerosos intelectuais árabes e franceses muçulmanos viram neste julgamento uma caça às bruxas, uma prova da influência sionista em França.

Contrariamente à maioria dos membros da “seita” dos negacionistas, Roger Garaudy demarca-se do anti-semitismo tradicional. Ele denuncia, por exemplo, como uma falsificação, os Protocolos dos Sábios do Sion e saúda a memória dos “mártires do levantamento do gueto de Varsóvia”. Mas é levado por um ódio visceral em relação ao Estado de Israel, ódio que o cega e lhe vale numerosas simpatias no mundo árabe. É caso para elogiar Jean-Marie Le Pen porque denuncia o bloqueio contra o Iraque, apesar das suas diatribes anti-árabes?

“Os mitos do século XX”: assim se intitula o terceiro capítulo do livro de Garaudy. Ele, que foi um antifascista, ter-se-á esquecido que se trata do título de um clássico do ideólogo nazi Alfred Rosenberg? “Será que houve, durante a guerra, um “genocídio” dos judeus?” pergunta-se o nosso autor. Não, responde; não “se trata da liquidação de todo um povo”, pois o judaísmo “registou um impulso considerável no mundo depois de 1945”. Portanto, não houve genocídio dos arménios pois os arménios sobreviveram, nem houve genocídio dos tutsis, ou dos khmeres... Com um tal raciocínio, poderíamos também dizer que os palestinianos não foram expulsos em 1948, pois alguns puderam continuar a morar nas suas casas...

Hitler era, de facto, hostil aos judeus, prossegue Roger Garaudy, mas não pretendia exterminá-los. A “solução final” resume-se numa deportação para Leste levada a cabo em condições terríveis: marchas forçadas, fomes, privações, epidemias, etc. Assim nunca houve uma máquina de extermínio. E lança-se numa macabra contabilidade para demonstrar que as estimativas do número de vítimas variaram no decurso dos anos. É verdade que, no que respeita ao número de mortos em Auschwitz, os números oscilaram entre os quatro milhões logo a seguir à guerra e um milhão actualmente. Será isso surpreendente? Sabemos qual o número exacto de mortos durante a guerra da Argélia em 1962? Isto é um facto para muitos outros conflitos. Mas, no caso do genocídio dos judeus, o número de mortos está mais ou menos definido: cerca de seis milhões — metade nas câmaras de gás, um milhão a tiro (nomeadamente na frente oriental), tendo os restantes morrido nos guetos ou em consequência de maus tratos, subalimentação, etc. Este o resultado de inúmeros trabalhos que Roger Garaudy ignora completamente. O seu trabalho resume-se a uma colagem de citações retiradas do contexto, prática que ele utiliza para “demonstrar” por fim que as câmaras de gás nunca existiram. Assim, Roger Garaudy é, no sentido próprio, um negacionista que em nada difere de Robert Faurisson e dos seus acólitos anti-semitas. Ao condená-lo, as autoridades francesas tomaram-no, aos olhos de alguns, numa vítima. Mas é lamentável que intelectuais europeus ou árabes tenham defendido o seu “direito à expressão” sem condenarem as teses de que ele se fez porta-voz.

Entretanto, nem toda a crítica da política israelita o mesmo do sionismo corresponde à

expressão de um anti-semitismo ou de uma atitude negacionista. Importa recusar qualquer tipo de chantagem, como a exercida por Patrick Gaubert, presidente da Liga Internacional contra Racismo e o Anti-Semitismo (LICRA), num artigo de opinião do Figaro de 7 de Junho de 2001. Ele denuncia o aumento de actos anti-semitas em França e a doença que está na origem destas “perigosas metástases”: “O mal é conhecido. O anti-sionismo, vasto e difuso empreendimento intelectual e político — quando não mesmo racista —, visa o não reconhecimento do direito do povo judeu regressar à terra dos seus antepassados ou, mais concretamente, o direito de Israel à existência”. O leitor já compreendeu, o livro que neste momento está a ler é parte uma campanha anti-semita.

Para concluir estas reflexões, citarei o intelectual americano-palestiniano Edward Said: “A tese segundo a qual o Holocausto não passa de uma invenção dos sionistas circula aqui e ali de forma inaceitável. Como podemos esperar que o mundo inteiro tome consciência dos nossos sofrimentos enquanto árabes se nós próprios não conseguimos tomar consciência dos outros, mesmo que se trate dos nosso opressores, e se nos revelamos incapazes lidar com os factos desde que não sirvam a visão simplista de intelectuais bem-pensantes que recusam ver o elo que existe entre o Holocausto e Israel? Dizer que devemos tomar consciência da realidade do Holocausto não significa de forma alguma aceitar a idéia de que o Holocausto desculpa os sionistas do mal infligido aos palestinianos. Pelo contrário, reconhecer a história do Holocausto e da loucura do genocídio contra o povo judeu dá-nos mais credibilidade no que respeita à nossa própria história; permite-nos pedir aos israelitas e aos judeus que vejam a ligação entre o Holocausto e as injustiças dos sionistas impostas aos palestinianos”.

MASSACRES E “TRANSFERÊNCIA”

As injustiças feitas aos palestinianos? Durante decênios, um debate sobre o drama dos refugiados opôs os dois campos. Já o referi: durante a guerra de 1948-1949, 700 000 a 800 000 palestinianos “abandonaram” as suas casas e tornaram-se “refugiados”. Foram alojados em campos de tendas, frequentemente reunidos por aldeias, por bairros. Não somos responsáveis pela sua sorte, martelava David Ben Gourion, enquanto recusava qualquer idéia de “regresso”. Os palestinianos teriam abandonado as suas terras em resposta aos apelos dos exércitos invasores árabes que pretendiam ter o terreno livre. No entanto, numerosos palestinianos, incluindo historiadores, como Walid Khalidi, garantiam já nos anos 60 que o seu povo tinha sido vítima do que hoje designaríamos como “Limpeza étnica”. Não tenhamos dúvidas, este debate não é meramente teórico. Reconhecer que os palestinianos foram expulsos é aceitar que têm direito, como povo vitimado, a “reparações” morais e materiais. Para Israel e para a sua opinião pública, é aceitar renunciar, em parte ao estatuto de “única vítima”.

O Estado judaico evoca frequentemente a “pureza das armas”, mas as armas nunca são puras. E as armas vitoriosas ainda menos... Os vencedores ficam frequentemente embriagados com os seus sucessos, a sua superioridade o que os leva a cometer aquilo que a lei internacional classifica como “crimes de guerra”. Não se trata aqui de afirmar que apenas um dos lados se excedeu em 1948-1949. Assim, poucos dias depois do massacre de Deir Yassin, de que voltarei a falar, um transporte que fazia a ligação entre o sector judeu de Jerusalém e o monte Scopus, transportando numerosos médicos e enfermeiros judeus, caiu numa emboscada: cerca de 80 pessoas foram mortas. Não vamos, também neste caso, entrar em contabilidade macabras... Mas vale a pena insistir em dois pontos: o grupos sionistas, e posteriormente o exército israelita cometeram inúmeros massacres, de que alguns permanecem ainda ocultos em documentos classificados como “confidenciais”: os palestinianos foram vítimas de uma política sistemática de expulsão, justificada por uma certa concepção de “Estado judaico”.

Comecemos pelos massacres. O mais conhecido é o de Deir Yassin, ocorrido em 9 de Abril de 1948. Nesse dia grupos de dissidentes de Irgoun e de Lehi, apoiados pela Haganah, ocupam esta aldeia próxima de Jerusalém. Assassinaam cem a cento e dez pessoas — durante muito tempo será referido o número de 250 —, em grande parte mulheres e crianças. A matança é imediatamente condenada pela Agência judaica que a atribui a grupos dissidentes e apresenta as suas desculpas,

esforçando-se Haganah por dissimular o papel que jogou nesta operação. Este acontecimento acelerou o êxodo dos palestinianos, aterrorizados com o avanço das milícias judaicas.

Mas se Deir Yassin é um massacre que fez correr muita tinta, mesmo em Israel, não foi o único. Graças à persistência de historiadores palestinianos e ao trabalho dos seus colegas israelitas nos arquivos, outras matanças vieram ao de cima. Apenas citarei duas, relatadas no seu diário por Joseph Nachmani, um alto dirigente da Haganah. Ele evoca “os actos cruéis cometidos pelos nossos soldados”: “Eles entraram na aldeia de Safsaf, cujos habitantes tinham erguido a bandeira branca. Separaram as mulheres dos homens, amarraram as mãos de 50 a 60 camponeses e mataram-nos, enterrando-os numa fossa comum. Também violaram muitas mulheres (...). Em Salha, que tinha igualmente erguido a bandeira branca, cometeram um verdadeiro massacre, matando homens e mulheres, 60 a 70 pessoas. Onde foram eles arranjar uma tão grande dose de crueldade, idêntica à dos nazis? Aprenderam com eles”.

O historiador Benny Morris, um dos pioneiros da “Nova História” de Israel, publicou as suas confidências. Nelas considera que Nachmani, chefe militar e dirigente sionista activo, considerado pelos jornalistas como o “assassino sem lágrimas”, sintetiza de certa forma o paradoxo de Israel: “O sionismo tem sempre duas faces. Uma primeira construtiva, moral, pronta ao compromisso; e uma outra destrutiva, egoísta, militante, chauvino-racista. Ambas são sinceras e reais”.

Trata-se de um facto terrível. Uma percentagem não negligenciável dos combatentes da guerra de 1948-1949 era sobrevivente dos campos de morte nazis. Alguns retiraram daí as más lições... Farei um paralelo com a guerra da Argélia. O general Paul Aussaresses foi sem dúvida um homem corajoso; participou em perigosas operações da Resistência na França ocupada. Acaba de publicar as suas memórias, em que reconhece ter torturado ou morto, com as suas próprias mãos, dezenas de resistentes argelinos... Arié Biro, sobrevivente de Auschwitz, era o comandante de um grupo de páras israelitas durante a campanha de 1956; com os seus homens, assassinou uns cinquenta prisioneiros de guerra egípcios. Ele reconheceu os factos. Um jornalista disse-lhe: “Isso é um crime de guerra!”, ele respondeu: “É verdade, e depois?” Não houve qualquer consequência, nem um inquérito nem um processo...

As atrocidades que aqui refiro aceleraram naturalmente o êxodo dos palestinianos. Mas voltemos ao início. Após a votação do plano de partilha da Palestina em Novembro de 1947, dão-se os primeiros confrontos na Palestina. E, com eles, uma primeira vaga de palestinianos, nomeadamente as camadas mais abastadas, emigra para os países vizinhos. Estas fugas contribuem para desorientar uma população ainda traumatizada pela repressão de 1936-1939. O verdadeiro êxodo começa em Abril de 1947. Há naturalmente múltiplos factores que o explicam: medo dos combates e das represálias, desejo de pôr a família em lugar seguro, receio de acabar por ficar isolado numa região de maioria judaica, etc. A situação e a atitude das tropas judaicas e posteriormente israelitas também variaram conforme os períodos. Em Haifa, por exemplo, na Primavera de 1948, são os dirigentes palestinianos que, aterrorizados com a ofensiva da Haganah, decidem partir e apelam à população que os siga.

Mas o facto de que uma percentagem substancial de palestinianos foi expulsa manu militari, nomeadamente depois de Abril de 1948, está actualmente confirmado. Limitemo-nos a alguns exemplos. Antes do mais o das cidades de Lydda e Ramleh, conquistadas em Julho de 1948. Nas suas memórias, Itzhak Rabin, o mesmo que em Setembro de 1993 apertou a mão a Yasser Arafat, conta:

“Marchávamos ao lado de Ben Gourion. Allon Ygal, comandante da frente sul voltou a perguntar: “Que devemos fazer com a população?” Ben Gourion agitou a mão num gesto que significava: “Expulsem-nos”. Allon e eu trocamos opiniões. Eu estava de acordo em que era essencial expulsá-los (...). A população não abandonou voluntariamente os locais. Não havia outra alternativa senão a utilização da força e tiros de advertência para obrigar os habitantes”. Esta passagem será censurada na versão definitiva das memórias, mas foi reproduzida pelo New York Times de 23 de Outubro de 1979. No total, setenta mil pessoas serão assim expulsas de Lydda e de Ramleh, ou seja, 10% dos refugiados. “Decidimos purificar Ramleh”, dirá mais tarde Ben Gourion.

Um outro exemplo, revelado mais recentemente por Benny Morris, é o que ocorre durante a

operação Hiram, em Outubro de 1948, na região central da Alta Galileia. Já não havia então quaisquer dúvidas quanto ao desfecho da guerra. Benny Morris encontrou ordens explícitas de expulsão. Moshé Carmel, um dirigente militar, comunica a todos os comandantes locais: “Façam tudo o que estiver ao vosso alcance para limpar rápida e imediatamente as zonas conquistadas de todos os elementos hostis, de acordo com as ordens que foram dadas. É preciso ajudar os habitantes a sair das zonas conquistadas”. Benny Morris mostra também que, durante esta operação, os massacres não foram apenas actos incontrolados, mas tudo indica que correspondiam a uma directiva visando semear o terror. Enfim, terminados os combates, tiveram lugar numerosas operações de expulsão, abarcando pelo menos vinte mil pessoas. Estas operações foram acompanhadas da destruição de mais de 470 aldeias palestinianas.

Em Junho de 1948, o governo israelita, numa reunião cujas actas permanecem a coberto do “segredo de defesa”, decide interditar qualquer regresso dos refugiados em nome da “segurança interna” — o mesmo argumento avançado, por exemplo, pelos sérvios e os croatas, nas regiões da Bósnia controladas por si, para recusar o regresso dos refugiados muçulmanos.

Foi emitida alguma ordem central de expulsão? Contrariamente aos historiadores palestinianos e a alguns colegas seus, Benny Morris contesta esta ideia. É só a partir de Abril de 1947, e com a implementação do Plano Dalet, que os comandantes no terreno recebem carta branca. Esta directiva militar determina a realização de “operações contra os centros de população inimiga situados na área do nosso sistema de defesa ou nas proximidades (...). Estas operações podem ser levadas a cabo da seguinte forma: ou destruindo as aldeias (incendiando-as, dinamitando-as e colocando minas nas suas ruínas), especialmente nos casos de centros populacionais difíceis de dominar; ou através de operações de limpeza e controlo (...). Em caso de resistência, os grupos armados devem ser liquidados e a população expulsa para fora das fronteiras do Estado”. Benny Morris descobriu recentemente uma ordem da Haganah, datada de 24 de Março de 1948, em que se pede aos soldados para terem um comportamento correcto com os palestinianos. Ele utiliza este texto em apoio da sua tese: é só depois de Abril de 1948, na sequência de derrotas militares, que é implementada uma estratégia de expulsão. Quando do início dos combates, os dirigentes sionistas não tinham qualquer pretensão a “desembaraçar-se” dos palestinianos.

No entanto, desde muito cedo numerosos dirigentes e ideólogos sionistas defendem a “transferência”. O historiador palestiniano Nur Masalha escreveu dois livros sobre o lugar que esta ideia ocupa no pensamento sionista desde as origens até hoje. São inúmeros os exemplos. O próprio Herzl assinala, no seu diário, em 1895: “Devemos expropriá-los com calma. O processo de expropriação e de deslocação dos pobres deve ser levado a cabo secretamente e com prudência”. Esta ideia coincide com a do Estado judaico: para povoar a Palestina com milhões de imigrantes, era preciso limpar o terreno. Esta ideia é aliás ratificada, como referi no capítulo II, em 1937 pela comissão Peel, que defende a saída de mais de 200.000 árabes. Ben Gourion vê nesta “transferência obrigatória” um dos pontos mais inovadores do relatório. Em Maio de 1944, declara que “a transferência dos árabes é mais fácil do que qualquer outro tipo de transferência. Há Estados árabes na região (...). E é óbvio que se árabes (palestinianos) forem enviados (para os países árabes), isso levará a uma melhoria da sua situação, e não o contrário”. Tudo indica que, em relação a este tema, havia consenso entre os principais dirigentes sionistas. Nestas condições, uma “ordem central” seria necessária?

Em síntese, uma percentagem não negligenciável dos palestinianos foi expulsa, outros partiram por razões complexas. Mas, mesmo neste caso, é preciso lembrar que qualquer pessoa que fuja de combates tem o direito de regressar à sua casa: é um princípio fundamental do Direito Internacional, que as Nações Unidas se esforcem por aplicar, por exemplo, na antiga Iugoslávia. Em relação aos palestinianos, a Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas reafirmou esse direito já em 11 de Dezembro de 1948: “É preciso garantir aos refugiados que o desejem o regresso o mais rápido possível às suas casas e aí viverem em paz com os seus vizinhos, e devem ser pagas indemnizações, a título de compensação pelos seus bens, aos que decidam não regressar a suas casas e por qualquer bem perdido ou danificado (...)”

As Nações Unidas contabilizam, em 2001, 3,7 milhões de palestinianos refugiados. A sua

sombra pesa sobre a região. Abordarei, no próximo capítulo, possíveis soluções para este problema, mas, antes do mais, é vital que tanto a comunidade internacional como Israel reconheçam o mal que lhes foi infligido. O seu drama merece um reconhecimento moral. Trata-se também de garantir que um tal crime não possa voltar a repetir-se. Por outro lado, o mundo árabe deverá reconhecer Israel nas suas fronteiras de 1967, e os palestinianos deverão ter em conta a realidade do sofrimento dos judeus. Yasser Arafat compreendeu-o, ele que desejaria ter assistido, em Janeiro de 1995, ao quinquagésimo aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz... Por que é que os organizadores recusaram a sua presença?

CAPÍTULO VI

MAIS UMA GUERRA?

(1950-2001)

“Quando a poeira da próxima guerra israelo-palestina ou israelo-árabe tiver pousado, seremos certamente os vencedores. E vós, senhor Primeiro-ministro, surgireis do fumo do campo de batalha para pronunciar os mais brilhantes elogios fúnebres diante da terra ainda fresca das tumbas. Podereis mesmo persuadir muita gente de que se tratou da mais justificada das guerras levadas a cabo pelos judeus. Será uma guerra em que ganharemos todas as batalhas, mas estas vitórias apenas nos reconduzirão ao ponto de partida. Quem melhor do que vós sabe que, quando a última batalha estiver terminada e formos de novo obrigados a sentarmo-nos à mesa de negociações com os palestinianos e os representantes dos países árabes, com os americanos, os europeus e talvez também com uma delegação internacional, será para discutir as mesmas dolorosas questões territoriais, Jerusalém e o direito dos refugiados a regressarem?” Assim se exprimia, no fim do ano 2000, em carta aberta ao primeiro-ministro Ehoud Barak, intitulada “Um minuto antes da próxima guerra”, Shaul Mishal, um professor de Ciências Políticas da Universidade de Telavive. O seu implacável raciocínio baseia-se em cinquenta anos de uma história dolorosa.

1950. Israel é uma realidade, em fronteiras alargadas; a sua população duplicou entre 1948 e 1951; o Estado, reconhecido interacionalmente, adere à Organização das Nações Unidas. É doravante um facto, um dado adquirido, apesar da recusa árabe em o reconhecer. Quanto à Palestina, desapareceu tanto do mapa geográfico como do político. Os palestinianos estão dispersos; alguns tomaram-se cidadãos de Israel, outros da Jordânia, centenas de milhares vivem num estado degradante nos campos de refugiados, no exílio.

A história poderia ter ficado por aí. São conhecidos múltiplos exemplos de povos esmagados, varridos da face do globo, quer pelo extermínio, quer pela assimilação. Moshé Sharett, ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, explicava em 1948: “Os refugiados palestinianos encontrarão o seu lugar na diáspora. Graças à selecção natural, uns resistirão, outros não (...). A maioria irá tornar-se num rebotalho do género humano e fundir-se com as camadas mais pobres do mundo árabe”. Em apoio desta hipótese, podem invocar-se as transferências em massa de populações que se seguiram à Segunda Guerra Mundial: milhões de alemães foram empurrados para oeste pelo novo traçado das fronteiras; milhões de pessoas cruzaram-se pelos caminhos quando da divisão da Índia e da criação do Paquistão, em 1947.

Com os palestinianos, as coisas correram de forma diferente. Porquê? Os Estados árabes rejeitaram a sua integração? Se é verdade que a política destes governos em relação aos refugiados nem sempre foi (nem é) muito hospitaleira — ela foi variando, em função dos países e das épocas —, é antes do mais a recusa obstinada, teimosa em desistir destas centenas de milhares de camponeses e aldeãos que explica este facto. Esta recusa apoiava-se numa idéia: a de um “regresso” rápido às suas casas. O exílio, pensavam, iria durar apenas uns meses, os exércitos árabes iriam recuperar, um qualquer milagre iria acontecer. Mas a sua obstinação testemunhava também uma identidade enraizada que a desgraça dos campos de refugiados e a dilaceração do exílio irão fortalecer. Uma nova geração de militantes transformou este sentimento difuso em força política: e daí resultou o renascimento palestiniano.

Este renascimento desenvolve-se no contexto radicalmente novo dos anos 50 e 60. Duas linhas de fractura dividem o mundo desde 1917: uma que opõe os países capitalistas à União Soviética e, posteriormente, após 1945, o que será apelidado de “campo socialista”; outra que separa o Ocidente dos países colonizados, que mais tarde serão designados como “Terceiro Mundo” ou “Sul”. Em 1945, o Norte domina o planeta, com um punhado de países a subjugar o essencial do continente africano, o Médio Oriente, a Indochina, a Índia, etc. Em vinte anos, o atlas do mundo muda radicalmente: um a um, os povos conquistam a sua independência, dezenas de novos Estados forçam a entrada nas Nações Unidas, o Movimento dos Não-Alinhados, criado em 1955 em

Bandung (Indonésia), ganha alento. Na Argélia como no Vietname, a liberdade conquista-se na ponta da espingarda. Na América Latina, a exemplo de Cuba, proliferam os movimentos guerrilheiros contra os regimes militares ou pró-americanos. Os anos de 50 e 60 são anos de revoluções, da revolução. O Ocidente encarna o passado, o futuro será da revolução, do socialismo.

O mundo árabe não é poupado. Movimentos populares abalam os tronos, derrubados por jovens oficiais de trinta anos. Gamal Abdel Nasser e os “oficiais livres” tomam o poder no Cairo em 23 de Julho de 1952, Abdel Karim Kassem derruba a monarquia em Bagdad a 14 de Julho de 1958. O desastre da expedição do Suez em 1956 marca o fim dos sonhos britânicos e franceses de recuperação. A fusão do Egipto e da Síria num único Estado, com o nome de “República Árabe Unida”, em 1958, desencadeia vagas de esperança. A Voz dos Árabes, a rádio do Cairo, apela à unidade, de Marrocos ao Golfo Pérsico, do Sudão à Síria. Os palestinianos vibram com os discursos de Nasser, com as suas homéricas gargalhadas de desafio aos “imperialistas”. A Argélia acede à independência em 1962.

Neste contexto de radicalização, e enquanto os sinais de paz emitidos pelos “oficiais livres” ou por outros dirigentes árabes em direcção a Israel continuam sem resposta, abre-se uma era de rivalidades. Nasser, o dirigente mais popular da região, à cabeça do Estado mais poderoso, entra em choque com outros centros de poder no mundo árabe: os países “reaccionários”, como a Arábia Saudita ou a Jordânia, mas também os que escolheram uma via revolucionária, como o Iraque de Kassem. Nesta competição a Palestina torna-se um trunfo. Quem a defenderá melhor? Nasser ou Kassem? Assim se gera uma dinâmica. Em Setembro de 1963, a Liga Árabe coopta, como “representante da Palestina”, Ahmed Choukeyri “até que o povo palestiniano esteja em condições de eleger os seus representantes”. A primeira cimeira de chefes de Estado árabes, reunida no Cairo de 13 a 17 de Janeiro de 1964, decide lançar as bases de uma “entidade palestiniana”. A 28 de Maio inicia-se em Jerusalém o primeiro Congresso Nacional Palestino, que marca a criação da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

A OLP está sob a tutela dos países árabes, nomeadamente do Egipto. Não pode decidir sozinha a sua estratégia nem definir as suas perspectivas ou formas de luta. Não se reduz entretanto a um mero instrumento. Toda uma geração de militantes palestinianos é arrancada à miséria dos campos. É formada nas escolas da Unrwa, a comissão das Nações Unidas encarregada dos refugiados palestinianos, frequenta as universidades do Cairo e de Beirute. Discute sobre as causas da derrota dos seus antepassados e milita activamente em prol da “desforra”. Na sua grande maioria confia, como a maior parte das elites radicais da região, que a unidade árabe permitirá a “libertação da Palestina”. A criação da OLP responde assim às suas aspirações.

Paralelamente emergem pequenas organizações palestinianas mais autónomas. Nos anos 1950, o Kuwait lança-se numa política de desenvolvimento graças às suas riquezas petrolíferas. Muitos palestinianos emigram para o emirato em busca de trabalho. Ocupam postos de funcionários, de médicos, de professores. Um de entre eles, Yasser Arafat, funda em Outubro de 1959 a Fatah, cujo nome é criado a partir das iniciais invertidas de “Movimento de Libertação da Palestina”. A Fatah defende que a libertação da pátria deve ser obra dos próprios palestinianos, e não dos países árabes. A guerra de libertação argelina serve de modelo. “Tudo o que vos pedimos (aos regimes árabes) é que rodeeis a Palestina de uma cintura defensiva e acompanheis a luta entre nós e os sionistas”, pode ler-se numa das suas publicações. A partir de Janeiro de 1965, a Fatah inicia acções armadas contra Israel. Este activismo, enquanto os países árabes se limitam a proclamações ocas, vale-lhe uma crescente simpatia entre os refugiados; mas o movimento permanece como marginal até à guerra de Junho de 1967.

1967. Uma vez mais, a região sofre um profundo abalo. Em seis dias, os exércitos egípcio, sírio e jordano são esmagados por Israel. Todo o território histórico da Palestina passa para o controlo de Israel; a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental tomam-se “territórios ocupados” (Israel conquista também o Golão sírio e o Sinai egípcio). A derrota de Nasser põe um ponto final nas esperanças de unidade árabe. Ela confirma as teses da Fatah, que reforça a sua hegemonia entre os palestinianos e o controlo da OLP. Pela primeira vez desde o fim dos anos 30, os palestinianos retomam nas mãos o seu destino.

Entre as organizações de fedayin (“os que se sacrificam”), as mais conhecidas, para além da Fatah de Yasser Arafat, são a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), de George Habache, e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), de Nayef Hawatmeh. Na sua perspectiva, a luta armada, e nomeadamente a guerra de guerrilha, é a única via possível para a libertação da Palestina. Estas organizações instalam-se na Jordânia, donde multiplicam investidas nos territórios ocupados. Uma vaga revolucionária atravessa a região. Jean Genet, escritor francês que participou nesta odisséia falhada, fala de “uma revolução grandiosa como um fogo-de-artifício, um incêndio que se propaga de banco para banco, de ópera para ópera, da prisão para o Palácio da Justiça”.

Mas a revolução ameaça a estabilidade dos Estados árabes e o domínio dos Estados Unidos sobre o petróleo.

Vai-se enfraquecendo com as divisões internas, as rivalidades exacerbadas. Em Setembro de 1970 (“Setembro negro”), os fedayin são liquidados na Jordânia pelo rei Hussein. A Resistência palestina refugia-se no Líbano. Para não desaparecer da cena internacional e por desespero, lança-se no terrorismo internacional, simbolizado pela organização Setembro Negro: desvio de aviões, ataque contra atletas israelitas a quando dos Jogos Olímpicos de Munique de 1972, etc. Mas, simultaneamente, evolui, questiona a ideia de luta armada como “única via para a libertação da Palestina”, mergulha na acção política e diplomática. Acaba por abandonar, em 1973, as “operações externas”, como os ataques contra objectivos israelitas e estrangeiros. Os países árabes, por ocasião das cimeiras de Rabat (1973) e de Argel (1974), reconhecem a OLP como “o único representante do povo palestino”. Yasser Arafat é recebido triunfalmente nas Nações Unidas. A OLP abre representações paradiplomáticas na maioria dos países do Terceiro Mundo, na URSS, nas “democracias populares” e mesmo em alguns países da Europa ocidental. Flexibiliza também as suas posições. Até 1967, cingiu-se estritamente à “libertação de toda a Palestina” (segundo os termos da sua Carta Nacional), o que implicava a expulsão dos “colonos judeus”. Em 1969, a Fatah passa a reivindicar “a construção de um Estado democrático em que coexistam muçulmanos, cristãos e judeus”: pela primeira vez depois de 1948, os palestinos reconhecem que a presença dos judeus na Palestina é irreversível. A partir de 1974, a OLP propõe a construção de um Estado na Cisjordânia e em Gaza, apesar da oposição de uma “frente de recusa” dirigida pela FPLP. Embora não implique o reconhecimento de jure do Estado de Israel, este novo objectivo pressupõe a coexistência de facto de dois Estados. Mas a situação continua bloqueada: Israel, apoiada pelos Estados Unidos, recusa qualquer discussão com uma “organização terrorista”; alguns dos seus responsáveis negam mesmo a existência de um povo palestino e tentam um acordo com o rei Hussein: a devolução de uma parte da Cisjordânia em troca da paz.

Não irei aqui relembrar em pormenor a história dos vinte e cinco anos entre a ocupação de Junho de 1967 e a Conferência de Madrid (Outubro de 1991) e os acordos de Oslo (1993). Pretendo apenas sublinhar duas linhas de evolução. Ao longo deste período, os palestinos orientam-se, passo a passo, para a aceitação do facto israelita. Por outro lado, constata-se o carácter vacilante da solidariedade dos regimes árabes: em 1970, os fedayin são esmagados pelo exército jordano; em 1975-1976, no início da guerra civil, o são no Líbano pelo exército sírio. Aprendem, com sangue e lágrimas, que só podem contar com as suas próprias forças, que a solidariedade árabe se limita a declarações tanto mais radicais quanto não se lhes seguem quaisquer posições práticas.

No fim dos anos de 70, o Cairo assina uma “paz separada”. Em Outubro de 1973, as tropas egípcias e sírias tentam reconquistar os seus territórios ocupados em 1967. Mas, após alguns sucessos iniciais, a “guerra de Outubro” (também chamada “guerra do Kippour” ou “guerra do Ramadão”) acaba mal. Ela dá entretanto lugar a uma viragem, pois desemboca em 1978 nos acordos separados entre o Egipto e Israel. O presidente Anouar El Sadat obtém a evacuação de todo o Sinai, mas deixa cair a Palestina. Pela primeira vez, a frente árabe surge publicamente dividida. Ao abandonar o campo de batalha, o Egipto, o mais poderoso dos países árabes, deixa as mãos livres ao governo de Israel, que invade o Líbano em Junho de 1982. A operação é pensada e orquestrada por Ariel Sharon, o poderoso ministro da Defesa. A OLP é expulsa e refugia-se na Tunísia, os seus combatentes são dispersos pelo mundo árabe, enquanto as milícias da direita

libanesa, sob o olhar indiferente ou cúmplice do exército israelita, massacram os habitantes dos campos de Sabra e Chatila. Fim de uma época.

Doravante, a luta palestina cinge-se à Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental. Conquistados por Israel em 1967, esses territórios são considerados pela comunidade internacional como “ocupados”. É lá que se poderá edificar um Estado palestino independente, sobre esses 22% do território histórico da Palestina, enquanto o plano de partilha de 1947 lhe atribuía 45%. “O verdadeiro dia negro foi o sétimo dia da Guerra dos Seis Dias (1967). Deveríamos então decidir retroactivamente se conduzíamos uma guerra defensiva ou uma guerra de conquista e optamos por uma guerra de conquista. O declínio de Israel começou nesse dia”. Assim se expressava o professor Yeshayahu Leibovitz, um judeu profundamente religioso de Israel. Ele previu que os territórios ocupados iriam tornar-se no cancro do seu país. Anunciou o domínio dos religiosos sobre o Estado e o crescente papel dos serviços secretos, primeiro contra os habitantes dos territórios ocupados, depois contra os israelitas que se opusessem à política de anexação. Ninguém é profeta no seu país...

O DIA-A-DIA NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS

A colonização, “ponta-de-lança” da estratégia israelita, tornou a ocupação diferente de qualquer outra. Em Setembro de 1967 é criado o primeiro colonato na Cisjordânia, em Kfar Etzion, na região de Hebron. Simultaneamente, o governo trabalhista de Levy Eshkol inicia a “judaização” de Jerusalém anexada e “unificada”, que proclama “capital eterna de Israel”. Esta estratégia, levada a cabo sob pressão de uma fracção fanatizada de judeus (alguns dos quais com passaportes americanos ou franceses), em nome da segurança ou invocando um direito bíblico sobre “a Judeia e a Samaria”, conduz a um novo esbulho dos palestinos e à confiscação das suas terras. Utilizando, conforme os casos, leis datando do mandato britânico e mesmo do império otomano, os sucessivos governos israelitas apropriam-se de 65% das terras da Cisjordânia e de 40% das de Gaza. Para além do seu papel militar (nomeadamente no vale do Jordão), a teia muito densa de colonatos, implantada na Cisjordânia ou em Gaza, permite o controlo e vigilância da população. Os colonos armados, por vezes membros de grupos de extrema-direita, não hesitam em dar apoio às tropas de ocupação ou assumir eles próprios as funções da polícia. Em 2001 contam-se cerca de duzentos mil colonos em Jerusalém, outros tantos na Cisjordânia e seis mil em Gaza. O termo “colônia” não deve entretanto enganar-nos. O espírito pioneiro dos anos 20 e 30 esvaiu-se, salvo entre um punhado de fanáticos. Desde o início dos anos 80, Israel utiliza, para “encher” as colônias, a crise da habitação. Aos jovens casais que não conseguem arranjar uma casa a preço aceitável nas grandes cidades israelitas, é proposta a sua instalação nas colônias urbanas na Cisjordânia. Algumas situam-se a menos de trinta quilómetros de Telavive, e os preços são aí duas a três vezes inferiores. As estradas circulares permitem aos colonos evitar qualquer encontro com os autóctones.

Como faz notar Eitan Felner, director executivo de B’Tselem, organização israelita de defesa dos direitos humanos nos territórios ocupados, “ao dar aos colonos os mesmos direitos que aos seus cidadãos, Israel estabeleceu um sistema de segregação e discriminação no qual duas populações vivendo na mesma região (a Cisjordânia e Gaza) são sujeitas a dois sistemas diferentes de leis. Os palestinos estão submetidos à lei militar e frequentemente são julgados em tribunais militares; mas os israelitas que cometam idênticos delitos estão sujeitos à lei e aos tribunais civis israelitas. Os colonos judeus gozam dos mesmos direitos que os judeus de Israel: total liberdade de movimentos, de palavra e de organização, participação nas eleições locais e nacionais (israelitas), segurança social, sistema de saúde, etc. Para os palestinos, a viver a escassas centenas de metros das colônias, a liberdade de movimentos está seriamente limitada. Não podem votar para limitar os poderes do exército de ocupação e não têm direito à segurança social israelita. Em África, o nome que se dá a este sistema é apartheid”.

Estas colônias brotam por todo o lado, junto das cidades e aldeias palestinas sufocadas por este garrote que se fecha mais em cada dia que passa: a construção de novos alojamentos torna-se impossível, o natural crescimento das povoações irrealizável. Os camponeses perdem as suas terras

e são obrigados a procurar trabalho em Israel; os jovens não podem construir a sua casa, constituir família. Os palestinianos tornam-se estrangeiros na sua própria pátria.

Em Gaza e Ramallah, um jovem de 30 anos não conhece nada que não seja a ocupação. Se for rapaz tem uma probabilidade em duas, digamos, de ter passado pela prisão. O seu irmão, o seu pai ou o seu primo foi morto; vários membros da sua família ficaram incapacitados. O seu horizonte não ultrapassa uns poucos quilómetros quadrados. Que dizer do horror do arrastar de uma vida assim? Como teríamos nós reagido em França se estes jovens fossem nossos filhos?

Encontrei algumas notas, tomadas no decurso de viagens por lá, onde tento reflectir tanto a angústia como a resistência.

1985. “Para regressar de Gaza a Telavive apanho, com um amigo israelita, um táxi colectivo. Connosco, cinco jovens palestinianos. Sem ser propriamente tenso, o ambiente não é propício ao diálogo, ainda que falemos árabe. As cantigas árabes, que o motorista ouve no seu leitor de cassetes, povoam o silêncio. Começa então uma discussão em torno da canção; pedimos-lhe para pôr uma cassette de Marcel Khalifé, um cantor progressista libanês. O gelo rompe-se de imediato; já não somos “do outro lado”, as línguas soltam-se. Todos os passageiros vão a Telavive onde, na sua maioria, são empregados de restaurante e ganham entre mil e mil e quinhentos francos por mês (150 a 225 euros). Como dezenas de milhares de outros palestinianos, vão todos os dias trabalhar do outro lado da “linha verde”, essa fronteira que separa Israel dos territórios ocupados. Estes são “declarados”, “recenseados”; o que não é o caso para todos. Assim, todas as manhãs, realiza-se em Telavive o “mercado de escravos” onde, desde as 5 horas, se juntam homens vindos de Gaza para vender a sua força de trabalho. Os empreiteiros israelitas passam de carro e contratam os trabalhadores de que precisam. Pagos à jornada, sem garantias sociais nem estabilidade de emprego, representam uma mão-de-obra utilizável a bel-prazer... Tal como os imigrantes na Europa, os palestinianos encarregam-se dos trabalhos que ninguém quer fazer.

“A vida quotidiana de um jovem palestiniano sob a ocupação é tudo menos fácil. O nosso motorista conta a história, banal mas exemplar, do seu irmão. “Ele partiu para a Iugoslávia para estudar para mecânico. Depois do primeiro ano, dedicado à aprendizagem da língua, regressou de férias. Foi convocado pela polícia, que lhe fez a seguinte proposta: ou trabalhas para nós ou não podes voltar a viajar. Como ele recusou, foram buscar uma questão, velha de quatro anos, da sua participação numa manifestação. Foi apresentado a tribunal militar, onde bastou uma única testemunha para que fosse condenado. A polícia encontrou, evidentemente, uma testemunha que o reconheceu, quatro anos depois! Apanhou três meses de prisão e não pode voltar a viajar”.

Esta legislação de excepção é aplicada em larga escala; a acusação mais frequente é a de “atirar pedras”, que — teoricamente — pode levar até vinte anos de prisão. Alguns exemplos retirados da imprensa: a 29 de Janeiro de 1985, Mujahed Nimr Ahmad Nabhan, um jovem de 15 anos do campo de refugiados de Kalandia, é condenado a um ano de prisão e três anos de pena suspensa por atirar pedras. A 11 de Fevereiro, Ahmed Moussa Issa, 14 anos, do campo de refugiados de Dheisheh, é condenado a cinco anos de prisão por ter atirado um cocktail molotov. A 28 de Março, Anis Abdal Karim Sa’ed, 16 anos, originário de Gaza, é condenado a seis meses de prisão e cinco meses de pena suspensa por atirar pedras. Há aqui poucos jovens que, numa ou outra ocasião, não tenham conhecido a prisão. Com quatro mil presos de “segurança” que anualmente passam — ou ficam — pela prisão, os territórios ocupados detêm uma das mais elevadas percentagens de presos políticos do mundo”. Em Dezembro de 1987 começa a Intifada, a “revolta das pedras”. Dia após dia, os jovens defrontam as forças de ocupação com calhaus; a população organiza greves e manifestações; alastra o boicote aos produtos israelitas. Algumas semanas mais tarde, vou à Palestina. Caderno de viagem:

“Chamemos-lhe Bassam. O seu nome é Ahmed e Naplouse, Arabi em Ramallah. Tem 20 anos, não conheceu nada de diferente da ocupação, e no entanto, sente que está a viver os melhores anos da sua vida. Tem os olhos vermelhos de cansaço e ainda não sabe onde vai dormir nessa noite; vive no medo de uma nova interpelação. Em poucos meses, a Cisjordânia e Gaza tornaram-se numa imensa prisão: mais de nove mil presos. Em França, seria necessário prender trezentas mil pessoas para atingir uma percentagem equiparável de presos políticos.

Bassam conhece todos os cantos da cidade, todos habitantes do seu bairro. Aí ele move-se à vontade, bate a todas as portas, pede a este e àquele para contar a última incursão dos colonos, a forma como a população os expulsou, como o exército veio em seu socorro. Bassam evita grandes os grandes eixos e as patrulhas israelitas que os vigiam; mas sabe que o país real lhes escapa ao controle, apesar dos milhares de homens envolvidos na operação — anteriormente quinhentos soldados eram suficientes para manter a ordem em toda a Cisjordânia.

Bassam é comunista; Ahmed adere à Shabiba, organização da juventude próxima da Fatah; Arabi não se reconhece em nenhum grupo em particular, mas a OLP representa para ele a sua identidade palestina. Têm todos o mesmo sorriso, a mesma confiança, esta confiança renovada que surpreende o visitante habituado à desesperança de antes da Intifada”.

Intifada: esta palavra traduz-se por “levantamento”. A Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 24 de Junho de 1793 Lembra: “Quando o governo viola os direitos dos povos, a insurreição é para o povo, e para cada sector popular, o mais sagrado e inalienável dos deveres”.

Esta Intifada marca uma viragem. David e Golias invertem os papéis, Israel aparece como um impiedoso ocupante. Os media internacionais transmitem imagens de adolescentes armados de pedras abatidos pelo exército. Mesmo em Israel cresce a consciência de que não se pode continuar impunemente a dominar a Cisjordânia e Gaza. Os mais conscientes lembram a afirmação de Karl Marx: “Não pode ser Livre um povo que oprime outros povos”.

“ESTADO JUDAICO” E DEMOCRACIA

Que dizer de Israel? Afirmar que o país mudou é dizer pouco. Em poucas décadas tornou-se, graças nomeadamente à ajuda massiva dos Estados Unidos, uma potência económica moderna. Desenvolveu uma indústria de alta tecnologia e domina completamente a revolução da Internet. Acolheu, nos anos 80, centenas de milhares de imigrantes soviéticos. O seu PNB por habitante é de cerca de dezanove mil dólares, superior ao de Espanha, próximo do da Grã-Bretanha (22 000 dólares) ou do da França (24 000 dólares). Enfim, para os cidadãos judeus, é uma democracia plena, embora sofrendo dos mesmos defeitos das outras democracias ocidentais: desigualdades sociais, reinado do dinheiro, política-espectáculo, etc. É também uma sociedade profundamente dividida, entre ashkenazes e sefarditas (judeus ocidentais e judeus orientais), entre laicos e religiosos, entre os russos e os outros, etc. Mas o que faz de Israel um Estado à parte na família das democracias ocidentais é, por um lado, o seu carácter de “Estado judaico” e, por outro, a ocupação que se arrasta.

Entre os seis milhões de israelitas, um milhão são palestinos, que, embora dispondo do direito de voto, são cidadãos de segunda. Viveram, até 1966, sob “regime militar” porque eram considerados (e frequentemente continuam ainda a ser considerados) como “inimigos internos”. Foram sujeitos a confiscação de terras, humilhações, racismo, mas tiveram por outro lado acesso à educação, tomaram consciência da sua identidade e do seu peso na sociedade israelita. Quando foi desencadeada a segunda Intifada, os palestinos de Israel manifestaram a sua solidariedade com os seus irmãos e irmãs do outro lado da “Linha verde” (fronteira de 1967). Organizaram, em Outubro de 2000, manifestações em que treze pessoas foram mortas pela polícia. Imaginemos em França — em que a população é dez vezes a de Israel — incidentes, ainda que violentos, nos subúrbios, em que o balanço fosse de 130 mortos... Após muitas hesitações, o governo de Ehoud Barak aceitou a criação de uma comissão de inquérito. As suas conclusões seriam divulgadas no Outono de 2001, mas já antes os testemunhos perturbavam os responsáveis. Contrariamente ao que inicialmente tinha sido dito, as forças da ordem usaram balas reais. Um comandante de uma unidade da polícia explicou que tinha recebido ordens para atirar não apenas contra quem pudesse ameaçar a sua vida (não havia nenhum manifestante com armas de fogo...), mas também contra quem quer que brandisse... uma físga.

Israel não pretende apenas ser um refúgio, um Estado para os judeus, mas também um “Estado judaico”. Numa entrevista ao Libération (6 de Julho de 2001), Sallai Meridor, presidente da Agência judaica, afirma: “É preciso manter a qualquer preço uma maioria judaica em Israel”. A

qualquer preço? Qual seria a nossa indignação se um dirigente sérvio da Bósnia considerasse que se impunha, “a qualquer preço”, manter uma maioria sérvia na Bósnia?

Israel defronta-se de ora avante com um dilema fundamental: como ser simultaneamente um “Estado judaico” e uma democracia? Um deputado árabe apresentou-se, há uns anos atrás, como candidato a primeiro-ministro.

Poderá um árabe ser primeiro-ministro num “Estado judaico”? Os cidadãos árabes (são um milhão) poderão ser cidadãos como os outros num “Estado judaico”? Esta contradição não deixará de atormentar Israel.

A ocupação dos territórios palestinianos vai também corroendo o país. Enquanto em França houve polémica em torno da utilização da tortura durante a guerra da Argélia, Israel é a única democracia a ter autorizado, durante décadas, a utilização de “pressões físicas moderadas” sobre os presos. A utilização de tortura é um facto corrente. Com o andar do tempo, o prolongamento da colonização corrompeu a sociedade israelita, levou ao baixar das suas barreiras morais. Mas Israel é uma democracia, afirma-se. Sim, e depois? Uma democracia pode levar a cabo guerras de conquista, guerras coloniais. Uma democracia pode torturar resistentes, assassinar inocentes, martirizar um povo, como o fizeram a França na Argélia ou os Estados Unidos no Vietname. É verdade que há espaços de liberdade que permitem denunciar estas acções, mas tal não diminui o seu peso. Uma bomba “democrática” que cai num campo de refugiados é menos mortífera do que uma bomba lançada por um poder ditatorial?

ABERTURA EM OSLO

Os tempos mudam. No fim dos anos 80, dá-se uma redistribuição das cartas na cena internacional e regional: a União Soviética afunda-se e os Estados Unidos averbaram uma vitória retumbante sobre o Iraque. Para libertar o Kuwait, Washington encabeçou, em nome do “direito internacional”, uma cruzada em que se envolveram o Egipto, a Arábia Saudita, a Síria e outros países árabes. Mas o direito internacional não se aplica também à Palestina? Por que é que as resoluções das Nações Unidas serão pertinentes para o Kuwait mas continuam a ser letra-morta para a Palestina? Pressionados pelos seus aliados árabes, os Estados Unidos contribuem de forma decisiva para uma conferência de paz em Madrid em Outubro de 1991: pela primeira vez desde 1949, delegações de diversos países árabes, dos palestinianos e de Israel encontram-se à mesma mesa.

O “cansaço” dos dois campos contribui também para o degelo. Em Israel, desenvolve-se um Movimento pela Paz diferente, unitário. O cimento ideológico que une o país diluiu-se. Uma parte dos jovens recusa os três anos de serviço militar, obrigatório para todos com excepção dos alunos das escolas religiosas. Eles querem uma vida “normal”, não vibram com os nomes bíblicos de Judeia e Samaria, não têm qualquer vocação de “pioneiros”. Por seu lado, os palestinianos, abatidos por uma resistência difícil, desejam ver rapidamente reconhecidos os seus direitos sobre a Cisjordânia e Gaza.

À margem das negociações israelo-árabes, israelitas e palestinianos reúnem-se secretamente em Oslo e adoptam uma “Declaração de princípios sobre o período transitório de autonomia”. “É tempo — afirmam o governo israelita e a Organização de Libertação da Palestina — de pôr fim a décadas de conflito, reconhecer os nossos legítimos direitos políticos recíprocos, esforçar-se por viver em coexistência pacífica, dignidade e segurança mútuas, alcançar um acordo de paz justo, duradouro e global e uma reconciliação histórica”. A 13 de Setembro de 1993, em Washington, sob os auspícios do presidente americano Bill Clinton, Yasser Arafat e Itzhak Rabin apertam as mãos. Uma enorme esperança varre a região, o mundo. Palestinos e israelitas parecem ter chegado ao limiar da paz.

Que previam os acordos de Oslo? Um período de “autonomia” de cinco anos na Cisjordânia e Gaza, durante o qual uma Autoridade palestiniana administraria a vida dos palestinianos. O exército de ocupação deveria retirar-se das cidades e aldeias, mas continuaria a controlar as fronteiras exteriores assim como a garantir a segurança dos colonatos. Os principais temas polémicos —

traçado das fronteiras, Jerusalém, refugiados, colonatos, etc. — ficariam “em suspenso”, e seriam objecto de negociações para um acordo permanente, que deveriam começar no terceiro ano da autonomia, ou seja, em Maio de 1996. A filosofia dos acordos, definida pela resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, resumia-se na fórmula: “a paz em troca da terra”. Mas Israel exigiria a paz, e a terra...

A fluidez, uma “ambiguidade construtiva”, como dizem os americanos, caracterizava o texto de Oslo. Representava, apesar de tudo, uma oportunidade histórica de pôr fim ao conflito com base na coexistência pacífica de dois povos, de dois Estados. E é preciso admitir que esta oportunidade foi perdida. Alguns afirmam que já o tinham previsto, que o que aconteceu era inevitável. No entanto, a História é obra dos homens e das mulheres que a fazem. Nem o assassinato de Itzhak Rabin por um extremista israelita, nem a vitória da direita israelita nas eleições de 1996 por alguns milhares de votos, nem os erros de cálculo de Ehoud Barak estavam inscritos “nas estrelas”.

Claro que o falhanço se deve também a tendências mais profundas. A paz falhou, antes do mais, porque a potência dominante, Israel, tanto governo como opinião pública, recusou reconhecer o Outro, o palestino, como um igual, como um ser humano gozando das mesmas prerrogativas de qualquer outro ser humano. O direito dos palestinos à dignidade, à liberdade, à segurança e a independência foi sistematicamente subordinado ao dos israelitas. Nunca será de mais lembrar: os acordos de Oslo não eram um contrato de casamento entre dois parceiros iguais em direitos e deveres, mas um arranjo entre o ocupante e o ocupado. E o ocupante impôs sempre, em cada etapa e com o apoio dos Estados Unidos, a sua perspectiva. Entre 1993 e 2000 foi assinada uma dezena de acordos, mas só uma pequena percentagem das disposições inscritas nos textos foi aplicada: os presos políticos palestinos não foram todos libertados, o porto de Gaza não foi construído, a “passagem segura” para a Cisjordânia e Gaza foi semiaberta com cinco anos de atraso em relação ao calendário previsto, etc. Itzhak Rabin declarou que “nenhuma data é sagrada”. Os atrasos acumulados irão desgastar a paciência dos palestinos...

A paz, que deveria ter aberto o caminho à independência e à prosperidade, trouxe vexames e privações. A gangrena dos colonatos ia devorando inexoravelmente as terras. O governo israelita impôs uma divisão kafkiana da Cisjordânia em zonas A, B e C: a zona A — as grandes cidades — sob controlo palestino total; a zona B — a grande maioria das aldeias palestinas — sob a autoridade administrativa palestina, continuando o exército israelita responsável pela segurança; a zona C — ocupada. No ano 2000, no momento em que estalou a segunda Intifada, a Autoridade Palestina reinava sobre zonas esparsas por apenas 40% da Cisjordânia (se contarmos com as zonas A e B) e sobre dois terços da faixa de Gaza.

Muna Hamzeh viveu muito tempo no campo de refugiados de Dheisheh, próximo de Belém, na zona A, ou seja, em “território palestino”. Instalou-se aí após uma longa permanência nos Estados Unidos. Em 1998, quando a conheci, estava confinada, há já quatro anos, a alguns quilómetros quadrados. A sua história condensa o pesadelo em que se debatem muitos dos seus compatriotas. Muna tem um passaporte americano. Todos os três meses, deve sair do país e pedir novo visto concedido pelas autoridades palestinas. A partir de 1994, recusou cumprir esta diligência. Afinal não vivia na sua terra, a Palestina? É-lhe permitido viver encerrada na zona A, mas se se aventura nas zonas B ou C arrisca-se a ser interpelada, a qualquer momento, pelo exército israelita e... expulsa da sua pátria. O seu diário, O Quotidiano em Dheisheh, publicado em inglês e em francês, traduz melhor do que qualquer análise política as causas da segunda Intifada.

Hebron reflecte também a arbitrariedade das opções israelitas. Este grande aglomerado populacional palestino deveria ter sido evacuado até ao fim de 1995, tal como todas as outras cidades da Cisjordânia. Mas tal não aconteceu. Porquê? A partir de 1979, no coração desta “cidade dos patriarcas” onde se encontra o túmulo de Abraão, impuseram-se algumas centenas de fanáticos judeus. Iluminados, fanáticos de Jeová, armados com metralhadoras, protegidos pelo exército, provocam e agridem permanentemente a população árabe. Em Janeiro de 1997, sob a égide dos Estados Unidos, o governo de direita e Yasser Arafat assinam um inacreditável acordo. A cidade é dividida em duas: uma parte, que engloba os quatrocentos colonos e... trinta mil palestinos, continua sob ocupação; a outra parte é evacuada. Desde o início da Intifada, estas populações são

mantidas em permanente recolher obrigatório, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas. É apenas levantado por algumas horas, de três em três dias, para permitir aos habitantes ir comprar comida. As crianças estão confinadas às suas casas e deixaram de poder ir à escola. O interesse de quatrocentos fanáticos prevaleceu.

Que dizer das humilhações quotidianas que os palestinianos sofreram durante estes “anos de paz”? Um estudante a caminho da sua universidade nunca está certo de passar as barreiras. Um operário que trabalha todos os dias em Israel (não tem o direito de lá dormir por “razões de segurança”) levanta-se às quatro da manhã para constatar que o exército não o deixa passar. Centenas de habitações, supostamente construídas de forma ilegal, foram destruídas. Desde o início de 1993, Jerusalém está interdita aos palestinianos da Cisjordânia; muitos habitantes da cidade foram privados dos seus papéis e expulsos. Para a maioria dos palestinianos, a vida quotidiana degradou-se depois da assinatura dos acordos de Oslo.

Apesar de tudo, a opinião pública continuou a apoiar, ao longo de anos, o “processo de paz”. A Autoridade assumiu os seus poderes e Yasser Arafat foi triunfalmente recebido em Gaza. Realizaram-se eleições no início de 1996 para designar o Conselho Legislativo; a participação foi massiva. Os palestinianos queriam acreditar que a independência brilhava no final do caminho. Após a assinatura dos acordos de Oslo II, em Setembro de 1995, instalou-se mesmo um certo clima de confiança entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat. Mas, em 4 de Novembro de 1995, o primeiro-ministro israelita é assassinado por um fanático judeu durante uma manifestação pacifista. Sucede-lhe Shimon Peres. Uma série de atentados suicidas, lançados pelo movimento islamita Hamas na Primavera de 1996, desemboca na vitória, à justa, da direita e de Benjamin Netanyahu nas eleições.

Que papel desempenhou o terrorismo no fracasso de Oslo? Começemos por tentar definir este conceito fluido, manipulado por uns e por outros, explorado para desacreditar o adversário. Digamos, para simplificar, que o termo “terrorismo” designa actos de violência dirigidos de forma cega contra civis. Os Estados são quem mais o utiliza: a França na Argélia, os Estados Unidos no Vietname, a Rússia na Tchetchénia, Israel no Líbano, numerosos governos do Terceiro Mundo, do Iraque à Indonésia, contra a sua própria população. O terrorismo é também frequentemente a arma dos que nada têm, a resposta do fraco ao forte. Foi em particular utilizado quando das lutas de libertação. A história confirmou muitas vezes: não é raro que os antigos terroristas vistam a farpela de respeitáveis dirigentes. Como referi no capítulo II, nos anos 1930 e 1940 Menahem Begin e Itzhak Shamir, à cabeça do Irgoun e do Lehi, levaram a cabo mortíferos atentados contra civis árabes, antes de acederem aos mais altos cargos em Israel. Os “assassinos da FLN”, assim designados, dia após dia, pela maioria da imprensa francesa, são os mesmos que dirigem a Argélia independente. O poder sul-africano branco acabou por negociar com o Congresso Nacional Africano (ANC), cujos métodos eram regularmente denunciados pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Itzhak Rabin apertou a mão a Yasser Arafat, “um homem com as mãos sujas de sangue judeu”.

As atrozes imagens das vítimas do terrorismo abalam as opiniões públicas. Provocam, muito justamente, uma indignação contra os que utilizam esta arma cega. Entretanto, é preciso ultrapassar a condenação moral para mergulhar na realidade política. E perguntar-se: poderemos combater eficazmente o terrorismo sem eliminar as suas causas?

O movimento Hamas (movimento da resistência islâmica) nasceu da organização dos Irmãos muçulmanos que foi, nos anos 70 e no início dos anos 80, ajudado pelos serviços secretos israelitas para... lutar contra a OLP. O Hamas manifestou desde 1993 a sua hostilidade aos acordos de Oslo. Bem estruturado, controlando organizações de ajuda às populações mais pobres e uma rede de mesquitas, criou uma estrutura clandestina, as brigadas Ezzedine El Qassam. Estas brigadas lançaram vagas de atentados contra civis israelitas, nomeadamente na Primavera de 1996, de que resultaram dezenas de mortos. Para pôr fim a estas acções, a Autoridade Palestiniana utilizou contra esta organização, entre 1997 e 2000, a tática da cenoura e do cacete, da repressão e do “aliciamento”. Conseguiu assim reduzir consideravelmente o número de atentados e isolar o Hamas de uma população que apostava ainda na paz.

Em contrapartida, a resposta israelita ao terrorismo foi irracional. Ao mesmo tempo que exigia

uma maior determinação por parte da Autoridade Palestiniana, o governo de Telavive suspendeu as negociações, o que dava ao Hamas uma espécie de direito de veto sobre o processo de paz, afastando a perspectiva de uma solução e alimentando o desespero da população palestina. Posteriormente, o governo de Israel multiplicou as represálias colectivas, ao arrefecimento do direito humanitário internacional, recorrendo nomeadamente aos “bloqueios”: durante um dia, dois dias, uma semana, os habitantes eram mantidos como prisioneiros nas suas cidades ou aldeias. As pessoas eram impedidas de ir trabalhar, as mercadorias apodreciam nos depósitos, os doentes morriam por não poderem ir para o hospital. O nível de vida da maioria dos palestinos afundava-se, o desemprego e a pobreza alastrava. Como é que tal punição poderia contribuir para a erradicação do terrorismo? Só uma estratégia teria sido eficaz: um passo decidido para o fim total da ocupação, para a criação de um Estado palestino.

Em 1999, os palestinos estão no limite da sua paciência. Já não acreditam em negociações, nos compromissos nunca concretizados. Desconfiam de uma Autoridade Palestiniana corrompida pela corrupção e pelo autoritarismo. No mês de Maio, o trabalhista Ehud Barak vence as eleições gerais e substitui Benjamin Netanyahu. Apesar da sua esmagadora vitória, relega o dossier palestino para segundo plano e perde vários meses a negociar, em vão, com a Síria. Toma a corajosa decisão de retirar o exército israelita do Líbano mas recusa concretizar a prometida nova retirada das tropas da Cisjordânia, gerando inquietação e suspeita na direcção palestina. Na Primavera de 2000, são retomadas as negociações sobre o estatuto final da Cisjordânia e Gaza. Chegou o momento de tomar entre mãos os dossiers mais espinhosos: o traçado das fronteiras, o destino dos 3,7 milhões de refugiados palestinos, os colonatos, Jerusalém, etc. Ehud Barak convence o presidente norte-americano Bill Clinton a convocar uma cimeira entre ele e Yasser Arafat para “forçar o destino”, alcançar uma paz definitiva. O dirigente palestino manifesta as suas reservas; duvida que seja possível dar a volta, em poucos dias, a dossiers difíceis e marcados por forte carga emocional. Finalmente, cede às pressões. A reunião tem lugar em Camp David, em Julho de 2000. O falhanço é tanto mais sentido quanto se tinham alimentado altas expectativas. Ehud Barak, e com ele toda a classe política e a maioria dos intelectuais israelitas, dirá que os palestinos recusaram uma “oferta generosa”, que, uma vez mais, deixaram escapar uma oportunidade histórica.

Uma “oferta generosa”? Sob que perspectiva? Do Direito Internacional, que impõe a Israel a retirada de todos os territórios ocupados em 1967 e o desmantelamento de todos os colonatos, incluindo os instalados em Jerusalém Oriental? “Oferta generosa”... Só por si a expressão já diz muito: é a de um vencedor, que o vencido deve aceitar humildemente. Ela traduz a visão de uma paz imposta pelo mais forte ao mais fraco. Durante meses, uma ininterrupta ofensiva mediática ocultou esta realidade, atribuindo aos palestinos o falhanço da cimeira. Um ano depois, são conhecidos os pormenores do encontro de Camp David, e eles confirmam o carácter profundamente iníquo das propostas israelitas. O Estado palestino admitido por Ehud Barak apenas dispõe de uma soberania limitada. A vida dos palestinos continua subordinada ao ocupante. Nove e meio por cento da superfície da Cisjordânia está anexada e cerca de dez por cento, ao longo do Jordão, alugada “a longo prazo” a Israel. A Cisjordânia está praticamente dividida em três partes por dois grandes blocos de colonatos. Israel mantém o controlo das fronteiras exteriores do Estado palestino. Não há qualquer solução prevista para os refugiados. No que respeita a Jerusalém, em contrapartida, Ehud Barak torceu um dogma intocável ao admitir, pela primeira vez, a partilha de “Jerusalém unificada”, decretada em 1967 como “capital eterna” de Israel. A cidade poderia tornar-se a capital dos dois Estados, ficando embora por definir a parte que pertenceria a cada um. Esta proposta gerou uma onda de protestos em Israel — apesar do apoio da maioria à opinião do seu primeiro-ministro —, mas também em certos círculos das comunidades judaicas espalhadas pelo mundo, tanto mais radicais quanto estão confortavelmente instaladas longe do campo de batalha. Elie Wiesel, Prémio Nobel da Paz, demarca-se num texto no *Le Monde* (18 de Janeiro de 2001), intitulado: “Jerusalém, é urgente esperar”, em que recrimina o primeiro-ministro israelita pelas suas cedências. Mais vale o muro das lamentações que a paz. É o que diz em substância esta “grande consciência”. É verdade que Elie Wiesel nega que os palestinos tenham sido expulsos. Questionado sobre os massacres de Sabra e Chatila, não teve uma palavra de compaixão pelas

vítimas... Os mais fanáticos nem sempre são quem seria de esperar.

Camp David termina assim num fracasso parcial. Será caso para fazer soar as trombetas do Apocalipse? As negociações prosseguem, certos avanços são ainda possíveis e alguns chegaram a haver. Mas a população palestina já não quer saber, já não acredita. Sete anos são volvidos desde a assinatura dos acordos de Oslo, o prazo de cinco anos para a autonomia foi largamente ultrapassado, a ocupação e a colonização perpetuam-se. A 28 de Setembro de 2000, Ariel Sharon impõe-se de forma provocatória na esplanada da mesquita de Jerusalém; em três dias, o exército israelita faz trinta mortos e quinhentos feridos. À falta de qualquer orientação central, os palestinos revoltam-se. Exigem o fim imediato da ocupação, nem mais um mês. Assim se inicia a Segunda Intifada.

Embora o governo israelita seja o principal responsável por esta explosão, a direcção palestina não pode ser completamente absolvida da confusão que se instala depois de Setembro de 2000. Marcada pelas práticas autoritárias de Yasser Arafat, bloqueada pelas lutas pela sucessão, corroída pela corrupção, demonstra uma total paralisia ao longo de meses. Não se tinha dado conta da dimensão do perigo que a possível vitória de Ariel Sharon nas eleições representava. Mostrou-se incapaz, quer de formular claramente os seus objectivos, quer de definir uma estratégia, quer de responder, através de uma campanha mediática, à desinformação que se seguiu à cimeira de Camp David. Alimentou os medos na opinião pública israelita através de certas declarações intempestivas sobre o direito ao regresso de todos os refugiados ou ao pôr em causa o carácter sagrado, para o judaísmo, do monte do Templo. Na convicção de que os Estados Unidos detinham 99% das cartas do jogo das negociações, negligenciou um factor crucial: nenhum acordo é possível sem o apoio da opinião pública israelita. Mas nenhuma destas falhas justifica a não aplicação do direito na Palestina: a Cisjordânia, Gaza e Jerusalém Oriental continuam a ser territórios ocupados, e os palestinos têm direito a um Estado independente, seja boa ou má a estratégia da direcção da OLP.

Um ano após o início da Segunda Intifada, persiste uma esmagadora sensação de oportunidade perdida. Cresceu o fosso entre os dois povos. A 6 de Fevereiro de 2001, os israelitas elegeram para primeiro-ministro Ariel Sharon, falcão empedernido, o principal arquitecto da guerra do Líbano em 1982 e um dos responsáveis pelos massacres de Sabna e Chatila. Para a opinião pública, a Segunda Intifada teria mostrado o “verdadeiro rosto” de Yasser Arafat e testemunharia o seu desígnio secreto de destruir o Estado de Israel. Insensíveis aos sofrimentos do Outro, os israelitas sentem-se, uma vez mais, em perigo; o medo vem ao de cima. Entretanto, são os palestinos quem paga o preço mais esmagador, em termos de vidas humanas, paralisia das instituições e vida económica.

Tudo o que foi conquistado nas negociações de Madrid e de Oslo está ameaçado: o reconhecimento recíproco entre israelitas e palestinos, a normalização das relações entre Israel e os países árabes, as oportunidades de uma cooperação económica e de um impulso para a democracia na região. Daqui até 2020, 58% da população a viver no território Palestina-Israel será árabe; cerca de um terço dos cidadãos de Israel (nas suas fronteiras de 1967) serão... palestinos. Teremos de nos resignar à perspectiva de uma luta de morte entre as duas “comunidades”, a uma guerra de religiões? “Nós ou eles”, será esta a palavra de ordem para as próximas décadas?

O desperdício parece tanto maior quanto, na sequência da cimeira de Camp David, as negociações — cerca de cinquenta sessões no total — permitiram avanços significativos. Ehoud Barak, que em Camp David apresentou as suas propostas como sendo para “pegar ou largar”, foi obrigado a entrar na via do compromisso, como o testemunham os resultados do último encontro entre a sua equipe e uma delegação palestina, em Janeiro de 2001 em Taba (Egipto).

Em primeiro lugar, as duas partes reconheceram que o reordenamento territorial deveria ser feito com base nas fronteiras de 4 de Junho de 1967, devendo ser compensada qualquer anexação por Israel de territórios palestinos. A delegação israelita propôs devolver 94% da Cisjordânia (incluindo cerca de 20% dos colonos) e de ceder o equivalente a 3% em territórios israelitas; a delegação palestina aceitou ceder 2% da Cisjordânia (abarcando 60% de colonos). Todos os colonatos em território palestino seriam desmantelados. A evacuação deveria ser feita rapidamente — em três anos segundo a proposta de Israel, dezoito meses segundo a dos

palestinos. Jerusalém não seria dividida e tornava-se a capital de dois Estados — tendo os palestinos aceite a anexação, por Israel, das colônias judaicas em Jerusalém Oriental. O Estado judaico controlaria igualmente o Muro das Lamentações, e os palestinos a esplanada das Mesquitas. As duas partes mantiveram-se em desacordo em relação ao problema da soberania, mas estudaram várias possibilidades, entre as quais a de a confiar, por um período limitado, aos cinco membros do Conselho de Segurança e a Marrocos. Quanto à segurança, as posições também se aproximaram. Os palestinos admitiram uma limitação do armamento do seu Estado assim como a instalação, sob certas condições, de postos de alerta israelitas. A presença de uma força internacional nas fronteiras foi igualmente aceite.

O último contencioso, o mais complexo em termos afectivos e concretos, diz respeito ao destino dos 3,7 milhões de refugiados palestinos dispersos entre a Jordânia, o Líbano e a Síria, e ainda na Cisjordânia e em Gaza. No capítulo anterior analisamos as origens desta situação de facto, a estratégia de limpeza étnica que levou à expulsão de um grande número de palestinos em 1948-50. Mas sublinhemos aqui o drama humano. Eles não são meros peões que se deslocam no tabuleiro de xadrez político, mas pessoas de carne e osso, exiladas há décadas, cortadas das suas raízes, da sua pátria. Sabemos o que realmente desejam: viver em Israel num “Estado judaico”? Regressar a uma aldeia varrida do mapa há muito tempo? Obter compensações? Sabê-lo-ão os próprios?

O testemunho de Fayçal, um jovem de 15 anos que vive no campo de Chatila (Líbano), resume estas contradições: “Em sonhos vi-nos a nós, as pessoas do campo, carregando as nossas coisas em caravanas semelhantes às que os nossos pais referem quando contam a sua partida da Palestina em 1948. Mas desta vez regressávamos à Palestina. Depois de ter passado Naqoura, vi um grande lago e perguntei ao meu pai o que era aquilo. Respondeu-me: “É o Tiberíades, meu filho, não o reconheces?” Senti o peito dilatar-se e pus-me a olhar. Do camião, vi desfilar uma terra verde, verde, cheia de oliveiras. E chegamos à Palestina. Imediatamente toda a gente dispersou, cada um para a sua aldeia. Quem era de Haifa voltou para Haifa, quem provinha de Jaffa voltou para Jaffa. Fiquei só, e todos os meus amigos da escola se foram embora. Senti-me terrivelmente solitário e disse de mim para mim: se ao menos nós, que vivemos no campo, pudéssemos criar uma pequena povoação, uma aldeia ou um campo parecido com Chatila, onde vivêssemos. E fui procurar os meus amigos e disse-lhes: “Vamos construir uma povoação no coração da Palestina em que fiquemos juntos e que seja como no campo...” Mas foi então que acordei.”

Como lembra o intelectual palestino Elias Sanbar num magnífico texto intitulado “Um espectro ronda Israel...” (Le Monde, 25 de Janeiro de 2001), “para os negociadores palestinos, o direito de regresso é um direito humano inalienável, não um direito a imigrar para um país qualquer. Assim, este direito não é negociável, mas, desde que reconhecido, já o é a sua aplicação, a sua concretização prática. Fica assim bem claro: este enunciado engloba não só uma posição de princípio, mas também uma sequência, no fundo duas fases — o reconhecimento do direito deve preceder a sua aplicação; ele é indispensável para se poder negociar, ou seja relativizar, a sua implementação na prática”.

O direito dos refugiados a regressar à sua terra é bem um “direito humano inalienável”, um princípio universal válido tanto na ex-Iugoslávia, como no Ruanda ou na Tchetchénia. Todos se lembram ainda da guerra da Bósnia e dos acordos de Dayton que lhe puseram termo. A comunidade internacional considerou então, como uma das condições para um acordo, todos os refugiados poderem regressar a suas casas. Por diversas vezes, em 2001, os exilados muçulmanos tentaram instalar-se nas cidades sérvias ou croatas da Bósnia de onde tinham sido expulsos; viram-se confrontados com a violenta recusa por parte das populações locais em nome do risco que a sua presença fazia pesar sobre os “equilíbrios demográficos”. Que eu saiba, nenhum intelectual, nenhum jornalista ocidental, apoiou esta rejeição. O que é inaceitável na Bósnia passa a ser tolerável na Palestina? Dois pesos, duas medidas?

Os negociadores de Taba compreenderam-no. A parte israelita ratificou duas ideias fundamentais. Antes do mais reconheceu que qualquer solução deveria levar à aplicação da Resolução 194 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que afirma o direito dos refugiados palestinos a regressar a suas casas. Israel reconheceu ainda, pela primeira vez, uma parcela de

responsabilidade no problema dos refugiados. Com base nestes princípios e na confirmação, por parte dos negociadores palestinos, que não exigiriam um regresso imediato e incondicional dos refugiados a Israel, começaram a ser elaboradas as soluções concretas. Seriam propostas aos refugiados cinco possibilidades: o regresso a Israel; o regresso para os territórios israelitas cedidos por Israel à Palestina; o regresso para o Estado palestino; a instalação no seu lugar de residência (Jordânia, Síria, etc.); a partida para outro país (vários Estados, nomeadamente o Canadá, declararam estar dispostos a aceitar contingentes significativos de palestinos). Insistindo embora na livre escolha dos refugiados, os responsáveis palestinos sublinharam que não pretendiam pôr em causa o carácter judaico do Estado de Israel — como foi reconhecido quando da declaração de independência da Palestina adoptada pelo Conselho Nacional em 1988. Admitiram igualmente que seria Israel a decidir em última instância quem poderia instalar-se no seu território. O Estado judaico consentiu no regresso de quarenta mil refugiados em cinco anos, mas os palestinos responderam que um número inferior a cem mil não possibilitaria quaisquer avanços. As duas partes estiveram também de acordo quanto à ideia de dar prioridade aos refugiados no Líbano, os que vivem nas condições mais difíceis devido à política discriminatória do governo de Beirute. Uma comissão internacional e um fundo internacional seriam rapidamente criados para indemnizar os refugiados.

Por que é que não foi possível transformar os avanços registados em Taba num acordo? Não havia tempo para conseguir um verdadeiro tratado, teria sido necessário contentar-se com uma simples declaração. Ora, como ambos os protagonistas sabiam, as eleições israelitas estavam na calha. Ehoud Barak enredava-se em evasivas; alguns dos seus próprios ministros acusavam-no de querer sacrificar os interesses nacionais ao seu futuro político. Para mais, uma derrota nas eleições após a assinatura de um documento israelo-palestino não seria sinónimo de recusa dos compromissos obtidos em Taba? Por outro lado, os palestinos hesitavam em assinar um documento que incluía numerosas concessões (nomeadamente em relação a Jerusalém e aos refugiados), quando Ariel Sharon não se sentiria obrigado por uma simples declaração. A ideia, a certa altura acarinhada, de uma cimeira Arafat-Barak como última oportunidade acabou por ser abandonada.

Para que se não perdessem os avanços obtidos nos últimos meses, as duas delegações encarregaram Miguel Angel Moratinos, enviado especial da União Europeia, presente em Taba — os Estados Unidos, em plena transição presidencial, não enviaram nenhum representante —, de elaborar uma síntese das conclusões. Para a história, sem dúvida, mas também porque, a qualquer momento, seria naturalmente necessário voltar à mesa de negociações.

Transformar os compromissos de Taba num acordo de paz formal exigirá ainda esforços e boa vontade. Mas as grandes linhas de uma solução aceitável para as duas partes, que poria um ponto final no conflito entre israelitas e palestinos e levaria a uma paz global na região e ao reconhecimento de Israel pelo mundo árabe, estão traçadas. Apesar da actual escalada e da ascensão dos extremismos, um entendimento baseado nestes princípios poderia recolher o acordo das duas populações, que desejam sair desta guerra sem fim. Apoiando um tal acordo, eventualmente impondo-o mesmo, a comunidade internacional, as Nações Unidas, desempenhariam, por uma vez, o seu papel.

Porque a outra única opção possível não passa de um pesadelo, o apocalipse tantas vezes anunciado sobre esta terra três vezes santa, um apocalipse em que não haverá distinções entre uns e outros, entre vencedores e vencidos. De que temos já uma dramática amostra com a escalada de violência militar israelita e a multiplicação dos atentados suicidas palestinos. A Bíblia conta a história de Sansão, um dos heróis da luta do seu povo contra os ocupantes filisteus, feito prisioneiro pelos seus inimigos que o cegaram e o levaram para Gaza. Um dia, os filisteus foram-no buscar para se divertir à sua custa: “Sansão tacteu as duas colunas centrais sobre as quais assentava o templo e apoiou-se nelas, o braço direito contra uma e o braço esquerdo contra a outra. Disse Sansão: “Morro com os filisteus”, depois empurrou com toda a força e o templo desmoronou-se sobre os tiranos e todo o povo que lá se encontrava. Foram mais numerosas as mortes que provocou com a sua morte do que aquelas que fez ao longo da sua vida”.

CRONOLOGIA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL À SEGUNDA INTIFADA

1914

Início da Primeira Guerra Mundial. O império otomano alinha com a Alemanha e com o Império Austro-Húngaro.

1916

Acordos secretos Sykes-Picot entre a França e a Grã-Bretanha para a partilha do Médio Oriente.

1917

2 de Novembro: Lorde Arthur James Balfour, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, envia uma carta a lorde Walter Rothschild, representante dos judeus britânicos, em que anuncia que o governo britânico “encara favoravelmente o estabelecimento na Palestina de uma pátria para o povo judeu”.

9 de Dezembro: Ocupação de Jerusalém pelas tropas britânicas.

1920

Maio: Levantamentos sangrentos em Jerusalém contra a imigração judaica.

1922

Julho: A Sociedade das Nações confia à Grã-Bretanha o mandato sobre a Palestina.

1929

Agosto: Novos levantamentos em Jerusalém. Manifestações por toda a Palestina. Pogrom em Hebron.

1933

Janeiro: Hitler chega ao poder na Alemanha.

1936

Greve geral palestina entre Abril e Outubro. Assim começa a “grande revolta palestina”, que irá prolongar-se até 1939.

1937

7 de Julho: Relatório da Comissão de Inquérito Peel, que propõe a partilha da Palestina entre dois Estados, mas mantendo o controlo britânico.

1939

17 de Maio: É adoptado o Livro Branco britânico, que prevê a criação na Palestina de um Estado unificado em que judeus e árabes partilhariam o poder, a limitação da imigração judaica tal como a compra de terras pelos sionistas.

Setembro: Início da Segunda Guerra Mundial.

1942

Maio: É adoptado pela organização sionista mundial o programa de Biltmore, que exige a criação de um Estado judaico ocupando toda a Palestina e a liberdade de imigração.

1947

Fevereiro: Londres decide levar a questão palestiniana às Nações Unidas.

29 de Novembro: A Assembleia Geral das Nações Unidas adopta, por maioria de dois terços, o plano de partilha da Palestina segundo a Resolução 181, que prevê um Estado judaico, um Estado árabe e uma zona “com um estatuto internacional específico” em tomo de Jerusalém.

1948

9-10 de Abril: Massacre de uma centena de habitantes na aldeia palestiniana de Deir Yassin.

14 de Maio: O nascimento do Estado de Israel é proclamado por David Ben Gourion.

15 de Maio: Entram na Palestina os exércitos árabes, que recusam o plano de partilha — exércitos da Transjordânia, Egipto e Síria, apoiados por contingentes libaneses e iraquianos.

11 de Dezembro: As Nações Unidas adoptam a Resolução 194 que proclama o direito dos refugiados a regressar às suas casas (ou a uma indenização).

1949

11 de Maio: Israel torna-se membro da ONU.

De 23 de Fevereiro a 20 de Julho: Os acordos de armistício assinados por Israel e pelos seus vizinhos árabes ratificam os resultados da guerra.

1950

Abril: Anexação da Cisjordânia pela Transjordânia. O Egipto assegura o controlo sobre Gaza. Israel adopta uma lei de regresso, que atribui oficialmente a nacionalidade a qualquer imigrante judeu.

1956

Outubro-Novembro: Agressão de Israel, França e Grã-Bretanha contra o Egipto na sequência da nacionalização por Nasser do canal de Suez, em 26 de Julho.

1959

Outubro: Primeiro congresso da Fatah, criada no Kuwait.

1964

13-17 de Janeiro: Primeira cimeira dos chefes de Estado árabes no Cairo.

29 de Maio: Criação da Organização de Libertação Palestina (OLP) em Jerusalém.

1965

1 de Janeiro: Primeira acção militar da Fatah contra Israel.

1967

5-10 de Junho: Guerra dos Seis Dias — Israel ocupa o restante território da Palestina

(Cisjordânia, faixa de Gaza e Jerusalém Oriental), o Sinai egípcio e o Golã sírio. A partir do Verão, inicia-se o processo de colonização dos territórios.

22 de Novembro: O Conselho de Segurança das Nações Unidas adota a Resolução 242. Esta considera condições para uma paz duradoura, quer o direito Israel à existência e à segurança, quer a “retirada das forças armadas dos territórios ocupados”. A sua filosofia resume-se no princípio: “a paz em troca da terra”.

1969

1-4 de Fevereiro: Quinto Conselho Nacional Palestino. Yasser Arafat torna-se presidente do Comitê Executivo da OLP.

1970

Setembro: Os confrontos entre o exército jordano e a OLP levam ao aniquilamento desta. Em 1971, é expulsa da Jordânia. A direcção da resistência palestina instala-se no Líbano.

1972

5-6 de Setembro: Assassinato de vários atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique por um comando da organização palestina — Setembro Negro.

1973

6 de Outubro: Ofensiva das tropas egípcias e sírias para reconquistar os territórios ocupados por Israel. Início da guerra de Outubro, também designada por Guerra do Kippur ou do Ramadã.

26-28 de Novembro: Cimeira árabe de Argel. A OLP é reconhecida como “o único representante do povo palestino”. A Jordânia abstém-se na votação desta resolução.

1977

12-20 de Março: Décimo terceiro Conselho Nacional Palestino da OLP no Cairo. Aceitação da ideia de um Estado palestino independente edificado numa parcela da Palestina.

1969

1-4 de Fevereiro: Quinto Conselho Nacional Palestino. Yasser Arafat torna-se presidente do Comitê Executivo da OLP.

1970

Setembro: Os confrontos entre o exército jordano e a OLP levam ao aniquilamento desta. Em 1971, é expulsa da Jordânia. A direcção da resistência palestina instala-se no Líbano.

1972

5-6 de Setembro: Assassinato de vários atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique por um comando da organização palestina Setembro Negro.

1973

6 de Outubro: Ofensiva das tropas egípcias e sírias para reconquistar os territórios ocupados por Israel. Início da guerra de Outubro, também designada por Guerra do Kippour ou do Ramadão.

26-28 de Novembro: Cimeira árabe de Argel. A OLP é reconhecida como “o único representante do povo palestino”. A Jordânia abstém-se na votação desta resolução.

1977

12-20 de Março: Décimo terceiro Conselho Nacional Palestino da OLP no Cairo. Aceitação da ideia de um Estado palestino independente edificado numa parcela da Palestina.

17 de Maio: A direita ganha pela primeira vez as eleições em Israel. O seu dirigente, Menahem Begin, torna-se primeiro-ministro.

19-21 de Novembro: Viagem do presidente egípcio Anouar El Sadate a Jerusalém.

1978

14 de Março: Israel invade o Sul do Líbano.

17 de Setembro: Assinatura dos acordos de Camp David entre o Egipto, Israel e os Estados Unidos.

1981

6 de Outubro: Assassinato do presidente Sadate.

1982

25 de Abril: Fim da evacuação do Sinai por Israel.

6 de Junho: Início da invasão israelita no Líbano e cerco de Beirute.

14-18 de Setembro: Assassinato do novo presidente do Líbano, eleito mas ainda sem ter tomado posse, Béch Gemayel. Entrada das tropas israelitas em Beirute Ocidental. Massacres nos campos de Sabra e Chatila. Balanço: oitocentos mortos segundo a comissão de inquérito israelita presidida pelo juiz Kahane, mil e quinhentos segundo a OLP.

1987

Dezembro: Início em Gaza, e posteriormente na Cisjordânia, da Primeira Intifada, ou a “revolta das pedras”.

1988

12-15 de Novembro: Décima nona sessão do Conselho Nacional Palestino em Argel: a OLP proclama o Estado palestino, reconhece as resoluções 181 e 242 das Nações Unidas e reafirma a sua condenação do terrorismo.

1991

30 de Outubro: Abertura da Conferência de Madrid pelos presidentes americano e soviético George Bush e Mikhail Gorbachov, seguindo-se, a 3 de Novembro, as primeiras negociações bilaterais entre Israel e os seus vizinhos árabes, incluindo os palestinos, no quadro de uma delegação comum jordano-palestina.

1992

23 de Junho: Itzhak Rabin e o Partido Trabalhista vencem as eleições legislativas israelitas.

1993

9-10 de Setembro: Israel e a OLP reconhecem-se mutuamente.

13 de Setembro: Assinatura pela OLP e pelo governo israelita, na Casa Branca, na presença de Itzhak Rabin e Yasser Arafat, da declaração de princípios sobre os acordos interinos de autonomia.

1994

25 de Fevereiro: Massacre na mesquita de Hebron: o colono Baruch Goldstein assassina 29 palestinianos.

29 de Fevereiro: Acordo de Paris entre Israel e a OLP sobre questões econômicas.

4 de Maio: Acordo do Cairo entre Itzhak Rabin e Yasser Arafat sobre as modalidades de aplicação da declaração de princípios israelo-palestiniana.

1 de Julho: Regresso de Yasser Arafat a Gaza.

14 de Outubro: Yasser Arafat, Shimon Peres e Itzhak Rabin recebem conjuntamente o Prêmio Nobel da Paz.

26 de Outubro: Assinatura de um tratado de paz entre Israel e a Jordânia.

1995

28 de Setembro: Yasser Arafat e Itzhak Rabin assinam em Washington acordos sobre a extensão da autonomia à Cisjordânia, designados de acordos de Oslo II.

4 de Novembro: Assassinato de Itzhak Rabin por um estudante israelita da extrema-direita. É substituído por Shimon Peres.

Novembro-Dezembro: Israel conclui a sua retirada das cidades palestinianas — com excepção de Hebron.

1996

20 de Janeiro: Yasser Arafat é eleito presidente da Autoridade Palestiniana e os seus apoiantes obtêm dois terços dos 80 lugares no Conselho de Autonomia, que passa a chamar-se Conselho Legislativo.

Fevereiro-Março: Como represália pelo assassinato de Yehia Ayache, o “arquitecto” do Hamas, pelos serviços secretos israelitas, o Hamas organiza, em Jerusalém, Telavive e Ashkelon, uma série de sangrentos atentados terroristas que fazem mais de cem mortos e desestabilizam governo de Peres.

Abril: Operação “Uvas da Cólera” do exército israelita contra o Líbano. Dia 18, uma centena de civis refugiado no campo de Cana da ONU morre sob as bombas israelitas. Cessar-fogo no dia 27.

24 de Abril: Reunido pela primeira vez na Palestina, em Gaza, o Conselho Nacional Palestino elimina da sua Carta todos os artigos que ponham em causa a existência do Estado de Israel.

29 de Maio: Benjamin Netanyahu e a sua coligação, reunindo a direita, a extrema-direita e os grupos religiosos, vencem à justa as eleições israelitas.

27-29 de Setembro: A abertura, pela municipalidade judaica em Jerusalém, de um túnel por baixo da esplanada das Mesquitas provoca os mais graves actos de violência nos territórios ocupados desde o fim da Intifada (76 mortos).

1997

15 de Janeiro: Protocolo de acordo sobre a retirada israelita da cidade de Hebron.

25 de Setembro: A polícia palestiniana autónoma encerra seis escritórios e associações ligadas ao Hamas.

1999

4 de Maio: Fim do período de autonomia palestiniana previsto pela declaração de princípios de 13 de Setembro de 1993. O Conselho Central da OLP aceita adiar a proclamação do Estado palestino independente.

17 e Maio: Eleições, em Israel, dos 120 deputados à Assembleia e do primeiro-ministro. O

candidato trabalhista Ehoud Barak obtém uma vitória folgada.

2000

Maio: Retirada antecipada — estava prevista para 7 de Julho — do exército israelita do Sul do Líbano.

11-24 de Julho: Negociações em Camp David entre Ehoud Barak, Yasser Arafat e Bill Clinton.

28 de Setembro: O chefe do Likoud, Ariel Sharon, aparece na esplanada das Mesquitas em Jerusalém. No dia seguinte registam-se os primeiros confrontos, as primeiras vítimas e o início da Segunda Intifada.

2001

21-27 de Janeiro: Conversações de Taba entre israelitas e palestinianos.

6 de Fevereiro: O candidato da direita, Ariel Sharon, é eleito primeiro-ministro de Israel com 62,5% dos votos.

BIBLIOGRAFIA

A minha dívida em relação aos historiadores e intelectuais palestinos e israelitas é imensa. Não me é possível citar aqui todas as suas obras — limitei-me nesta sucinta biografia a alguns trabalhos franceses ou traduzidos em francês —, mas queria ainda assim mencionar os seus nomes, sem qualquer ordem: Walid Khalidi, Benny Mornis, Ilan Pappé, Nur Masalha, Elias Sanbar, Simha Flapan, Idith Zertal, Ilan Halévi, Boaz Evron, Tom Segev, Avi Shlaim, Zeev Stemhell, Edward Said, Yezid Sayigh. Queria também prestar uma particular homenagem a Maxime Rodinson e a Pierre Vidal-Naquet, cujas reflexões me serviram de bússola no terreno minado que decidi atravessar.

Sobre a história do conflito israelo-palestino, podem-se consultar, em francês:

Olivier CARRÉ, *Le Mouvement national palestinien* Gallimard, coll. “Archives”, 1972.
Alain GRESH, Dominique VIDAL, *Palestine 47. Un partage avorté*, Complexe, 1987.
Ilan HALEVI, *Sous Israël, la Palestine*, Le Sycomore, 1978.
Henry LAURENS, *La Question de Palestine. Linvention de la Terre sainte*, Fayard, 1999.
Ilan PAPPÉ, *La Guerre de 1948 en Palestine*, La Fabrique, 2000.
Tom SEGEV, *C'était en Palestine au temps des coquelicots*, Liana Levi, 2000.

Sobre os judeus, o sionismo e a nação:

Suzanne CITRON, *L'Histoire de France autrement*, Les Editions ouvrières, 1992.
Eric HOBBSBAWM, *Nations e Nationalisme depuis 1780*, Gallimard, 1990.
Maxime RODINSON, *Peu pie juif ou problème juif*, La Découverte/Poche, 1997.
Tom SEGEV, *Le Septième million. Les Israéliens et le Génocide*, Liana Levi, 1993.
Pierre VIDAL-NAQUET, *Les Juifs, la mémoire et le présent*, La Découverte, 1991.

Sobre o genocídio, a memória e a expulsão dos palestinos:

Primo LEVI, *Si c'est un homme*, Julliard, 1987.
Tzvetan TODOROV, *Les Abus de la mémoire*, Arléa, 1998.
Dominique VIDAL, com Joseph ALGAZY, *Le Pêché originel D'Israel*, L'Atelier, 1998.
Pierre VIDAL-NAQUET, *Les Assassins de la mémoire*, La Découverte, 1987.